



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LAIS MELO LIMA

TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO:
CONFLITOS NA PESCA ARTESANAL – ARAGUARI, PORTO GRANDE, AMAPÁ,
AMAZÔNIA

BELÉM

2020

LAIS MELO LIMA

TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO:
CONFLITOS NA PESCA ARTESANAL – ARAGUARI, PORTO GRANDE, AMAPÁ,
AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

BELÉM

2020

LAIS MELO LIMA

TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO:
CONFLITOS NA PESCA ARTESANAL – ARAGUARI, PORTO GRANDE, AMAPÁ,
AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia

Data da Aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Orientador – UFPA

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula
Co-orientador – UFPA

Prof. Dr. Alan Nunes Araújo
Examinador Interno – UFPA

Prof. Dr. Mariana Neves Cruz Mello
Examinador Externo – SEDUC/PA

DEDICATÓRIA

*Dedicado a Luiz Carlos Monteiro Lima e a
Maria Catarina dos Santos M. Lima*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Deus, por ser a força maior da minha vida e por não me deixar desistir!

Aos meus pais Luiz Carlos Monteiro e Maria Catarina dos Santos; sem eles eu nada poderia.

Ao meu irmão Laylson, pelas suas orações.

Ao meu amigo e companheiro nessa trajetória e, também, professor de Geografia Jean Charles Santana, por todo seu apoio. Obrigada!

A minha tia Maria Helena Silva de Melo e aos meus padrinhos, João Marciano e Maria Telma Ladislau do Nascimento, minha eterna gratidão!

A minha prima Edinete e seu esposo Sebastian, por me acolherem, em Macapá.

À professora da graduação Vera Lúcia Martins Figueiredo, principal incentivadora desse momento.

Aos professores, orientador desta dissertação, Prof. Dr. Christian Nunes da Silva e Co - orientador o Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula, a minha gratidão! Pelos diversos momentos de construção ao longo desses dois anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará.

As minhas companheiras de campo, durante esses dois anos, a doutoranda Vicka Marinho e a bolsista Adria Melo!

Aos meus colegas de turma de mestrado, meu muito obrigada, pelos momentos compartilhados.

Ao ICMBio, pela parceria estabelecida em campo.

Ao Sr. Hamilton Junho, nosso guia na FLONA e na intermediação com as famílias entrevistadas.

Ao Sr. Denilson, que nos acompanhou nos inúmeros trajetos realizados.

Aos pescadores artesanais de Porto Grande.

À Capes, pela concessão da bolsa, sem a qual seria impossível a realização da pesquisa.

*Cada um lê com os olhos que tem. E
interpreta a partir de onde os pés pisam.
Todo ponto de vista é a vista de um ponto.*

Leonardo Boff

RESUMO

O presente estudo tem objetivo principal discorrer sobre os fatores que contribuíram para as transformações na territorialidade dos pescadores artesanais do Rio Araguari - Amapá. Localizados no trecho médio da bacia, os pescadores artesanais de Porto Grande fazem parte da parcela de atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos instalados na última década. Com a instalação, os pescadores artesanais do Araguari passam a relatar alterações nos ciclos de reprodução dos peixes e, conseqüentemente, perda da territorialidade pesqueira e de áreas piscosas, correndo maior pressão sobre novas áreas e insegurança na trafegabilidade em peixeiros anteriormente utilizados. Com o novo uso, passa-se a relatar a ocorrência de conflitos e disputas pelo recurso. Dessa forma, recorreremos ao panorama de políticas implementadas sobre o espaço amazônico, para compreender as estratégias de uso e apropriação conferidas nas diferentes temporalidades pelos diferentes agentes, assim como as respectivas resistências da atividade pesqueira.

Palavras-chave: Pesca. Territorialidade. Araguari. Resistências.

ABSTRACT

The main objective of this study is to discuss the factors that contributed to the changes in the territoriality of artisanal fishermen on the Araguari-Amapá River. Located in the middle of the basin, artisanal fishermen from Porto Grande are part of the group affected by the hydroelectric projects installed in the last decade. With the installation, artisanal fishermen from Araguari started to report changes in the fisheries' reproduction cycle, and consequently loss of fishing territoriality and fishing areas – occurring greater pressure on new areas and insecurity of trafficability in previously used fishing grounds. With the new use, they begin to report the occurrence of conflicts and disputes over the resource. In this way, we resort to the panorama of policies implemented over the Amazonian space to understand the strategies of use and appropriation conferred at different times by different agents, as well as the respective resistances of the fishing activity.

Keywords: Fisheries. Territoriality. Araguari. Resistances.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sede do Município de Porto GrandeFonte: Lima (2020)	20
Figura 2 – Roteiro de entrevistas	25
Figura 3 – Acampamento a pescador artesanal de Porto Grande no Alto Araguari ..	73
Figura 4 – Espécies comercializadas: a) branquinha, b) trairão, c) mandubé, d) mafurá, e) piranha e f) tucunaré	77
Figura 5 – Pescador artesanal, mostrando apetrechos de pesca (espinhel).....	80
Figura 6 – Apetrecho atiradeira	80
Figura 7 – Apetrecho denominado boia.....	81
Figura 8 – Apetrecho denominado isca ou anzol	81
Figura 9 – Rede.....	82
Figura 10 – Atracadouro.....	84
Figura 11 – Embarcações próximas às residências	85
Figura 12 – Residência ribeirinha.....	85
Figura 13 – Embarcação saindo para acampamento no alto Araguari.....	86
Figura 14 – Circuito da pesca artesanal em Porto Grande, no Amapá	89
Figura 15 – Atracadouro.....	90
Figura 16 – Ponto de comercialização fixo.....	91
Figura 17 – Mercado municipal	91
Figura 18 – Venda do peixe em carrinho de mão.....	92
Figura 19 – Sede da FLONA	101
Figura 20 – FLONA do Amapá	102
Figura 21 – Disposição mineral	105
Figura 22 – Exploração de seixo, às margens do Araguari.....	106
Figura 23 – Localização dos empreendimentos	108
Figura 24 – Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão.....	109
Figura 25 – Hidrelétrica Ferreira Gomes	109
Figura 26 – Missa em protesto aos impactos no Araguari.....	114
Figura 27 – Peixes mortos em Ferreira Gomes.....	114
Figura 28 – Área inundada pelo empreendimento hidrelétrico	116
Figura 29 – Área inundada, com perda da vegetação.....	116
Figura 30 – Mapeamento participativo	119
Figura 31 – Agentes transformadores (mapeamento participativo).....	120

Figura 32 – Mapeamento	121
Figura 33 – Geração de energia prevista pelos empreendimentos hidrelétricos no Araguari.....	122
Figura 34 – Medidores instalados pela empresa Cachoeira Caldeirão	123
Figura 35 – Base do ICMBio, no alto Araguari	124
Figura 36 – Pesca realizada dentro da FLONA.....	125
Figura 37 – Áreas identificadas como de tensão, na pesca artesanal	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico de pirâmide etária.....	67
Gráfico 2 – Prática de outras atividades.....	69
Gráfico 3 – Principais espécies comercializadas.....	76
Gráfico 4 – Síntese de apetrechos	79
Gráfico 5 – Registros da pesca artesanal no estado do Amapá.....	87
Gráfico 6 – Percentual de entrevistados.....	118
Gráfico 7 – Dados sobre dificuldades de acesso ao recurso.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bibliografias consultadas	22
Quadro 2 – Políticas consultadas (relatórios e documentos)	23
Quadro 3 – Referências da pesca artesanal brasileira.....	26
Quadro 4 – Principais espécies relatadas	74
Quadro 5 – Apetrechos utilizados na pesca da Amazônia amapaense	83

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FLONA – Floresta Nacional
FLOTA – Floresta Estadual do Amapá
BPC – Benefício de Prestação Continuada
RENCA – Reserva Nacional do Cobre e Associados
UC – Unidade de Conservação
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
NEO – Neenergia Investimentos S.A
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
FIDAM – Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA – Plano Plurianual
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
ONGs – Organizações Não Governamentais
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
PPP – Parcerias Público-Privado
SPE – Sociedades de Propósito Específico
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul

ENID – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CADAM – Mina de Extração e Pré-Beneficiamento de Caulim
CAEMI – Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
AMCEL – Amapá Florestal e Celulose S.A
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
SIN – Sistema Interligado Nacional
SIGMINE – Sistema de Informações Geográficas da Mineração
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recurso Hídricos
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
CNO – Construtora Norberto Odebrecht
OG – Organização Odebrecht
MMA – Ministério do Meio Ambiente
IMAP – Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos P.C.T.
COPALMA – Companhia de Palma do Amapá Ltda.
RESEX – Reserva Extrativista
IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
APA – Área de Proteção Ambiental
UHE – Usina Hidrelétrica
PEA – População Economicamente Ativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 ALGUNS APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1.2 ÁREA DE ESTUDO	18
2 POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA	30
2.1 CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO TERRITORIAL AMAZÔNICO	31
2.2 POLÍTICAS PARA A AMAZÔNIA NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930).....	34
2.3 DITADURA MILITAR	37
2.4 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA NA REDEMOCRATIZAÇÃO E ABERTURA AO NEOLIBERALISMO	40
2.5 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO LULISMO E O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	44
2.6 CONTEXTO BOLSONARISTA: CENÁRIO DE INCERTEZAS	54
3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DE PORTO GRANDE – AMAPÁ	61
3.1 BREVES APONTAMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES AMAZÔNICAS	61
3.2 PORTO GRANDE: NA CONFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS.....	64
3.3 PESCADORES ARTESANAIS DE PORTO GRANDE	67
4 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TENSÕES NA PESCA	93
4.1 PERSPECTIVAS ACERCA DO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	93
4.2 AGENTES TRANSFORMADORES NO ARAGUARI.....	99
4.3 TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO: CONFLITOS NA PESCA ARTESANAL NO ARAGUARI	112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134
ANEXO A – MODELO DO QUESTIONÁRIO	142
ANEXO B – MATERIAL INFORMATIVO UTILIZADO NA PESQUISA	143
ANEXO C – NORMAS DE UTILIZAÇÃO DA BASE DO ICMBio DO AMAPÁ	148
ANEXO D – DOCUMENTOS DO ICMBio PRODUZIDOS PARA O ESTUDO	150

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal na Amazônia está enraizada na relação pluriétnica estabelecida por povos indígenas e na aproximação com os diversos grupos. Tal pluralidade permitiu, tanto a diversificação do uso de instrumentos de captura quanto o aumento de conhecimentos sobre espécies, servindo como base para a produção e reprodução da pesca artesanal amazônica.

O pescador amazônico, enquanto ribeirinho, tem sua vivência favorecida pelas relações estabelecidas com o rio, pelo fluxo das relações de sociabilidades, possibilitadas pelas dinâmicas comerciais e pelas práticas de lazer e moradia, permitindo a reprodução da vida e dos saberes.

A pesca artesanal é uma atividade que resiste pela circunscrição de suas territorialidades, perpassando por processos de rupturas, disjunções e distanciamentos (RAFESTTIN, 1993), influenciando diretamente em suas continuidades e temporalidades (SAQUET, 2007) e coexistindo a atuação de políticas predatórias, que passam a ocupar e a inserir novas formas ao espaço amazônico. Estabelece-se, assim, um cenário de coexistências, contradições e conflitualidades, decorrentes de políticas que acentuam a atuação de fatores exógenos, por meio de estratégias envoltas em modelos temporais e especulativos, distanciando-se da realidade local (BECKER, 2015). Entre a atuação desses agentes, encontram-se agrupamentos humanos, dentre os quais estão pescadores artesanais, disputando espaços com empreendimentos hidroelétricos, de forma desleal e desigual.

Neste contexto, a presente dissertação tem, como justificativa, contribuir com informações sobre a pesca artesanal no Rio Araguari, o qual vem sendo perpassado por transformações decorrentes do estabelecimento dos empreendimentos hidroelétricos, localizados no trecho médio da bacia, lembrando-se do fato relevante de que o pescado é um importante componente alimentar e econômico para a subsistência dos ribeirinhos e, também, para o comércio de Porto Grande.

Quanto à problemática encontrada na instalação de empreendimentos hidroelétricos, ressalta-se a alteração no ciclo de produção dos pescadores e, conseqüentemente, nas rotas da atividade, desencadeando um processo de transformação territorial e afetando, sobretudo, economicamente, os pescadores artesanais, causando conflitos.

A partir de informações qualitativas e quantitativas, obtidas em trabalhos de campo, na área de influência direta e indireta dos empreendimentos hidroelétricos, face aos trechos médio e alto Araguari, podemos compreender aspectos gerais e relacionais, que dialogam com os diversos agentes inseridos nessa discussão. Dentre os aspectos mais relevantes, que nos ajudam a compreender essas questões, estão: a respeito das pescarias, a fabricação e a obtenção dos apetrechos e embarcações; os conflitos, os espaços de moradia e de socialização; assim como a comercialização, na cidade de Porto Grande.

Este cenário contrasta com o chamado desenvolvimento empreendido pelas políticas fomentadas na Amazônia, que têm carregado, em seu discurso, as noções de nacionalismo, de desenvolvimentismo e de integração. Orientado pelas políticas e planos nacionais (CASTRO, 2017), que nada dizem, sobre as populações que lá habitam, esse discurso é atualizado e atravessa os diferentes contextos políticos e governamentais.

Como consequência, há a desestruturação de atividades, como a pesca ribeirinha artesanal¹. O efeito dessas políticas é percebido diretamente sobre as populações que sobrevivem dos recursos naturais. O estabelecimento de empreendimentos hidroelétricos ressignifica o uso do rio, pelos agentes do capital, tornando-o matéria-prima para a geração de energia. A mudança do uso ocorre pela imposição dos novos agentes, acarretando impacto sobre o estoque pesqueiro e, também, sobre o exercício da atividade pesqueira artesanal.

A sobreposição de usos é ocasionada pelo processo de invisibilização de territórios, passando a estabelecer enclaves, circunscritos em uma teia de relações que visa alimentar o mercado global. Com isso, territórios são desarticulados e rearticulados, voltados para o atendimento de interesses exógenos. No contexto de desarticulação, circunscreve-se a territorialidade de comunidades ribeirinhas, de pequenos proprietários de terra e de pescadores artesanais. Sobre estes, buscamos responder à seguinte questão norteadora: quais fatores contribuíram para as transformações na territorialidade dos pescadores artesanais do Rio Araguari, no Amapá?

¹ Dentre tantas contribuições da pesca artesanal, há trabalhos sobre a pesca realizada com instrumentos de baixa predação e de menor escala, podendo, também, ser chamados de pequena produção mercantil, como os trabalhos de Antônio Carlos Santana Diegues.

Como hipótese, compreende-se que os processos ligados aos empreendimentos hidroelétricos na Amazônia brasileira estão inseridos em uma lógica global de exploração comercial dos recursos naturais. Neste sentido, elenca-se uma série de demandas, como o atendimento à exploração mineral e o abastecimento dos mercados estrangeiros, atendendo a demandas provenientes das grandes potências e em favor da expropriação de territórios tradicionais, tais como o de pescadores artesanais do Rio Araguari, no Amapá.

Em busca de responder a esse questionamento, a presente dissertação tem, como objetivo geral, identificar os agentes exógenos, que promoveram o estabelecimento desses empreendimentos, apresentar os efeitos modificadores da territorialidade e apontar as implicações sobre a atividade pesquisada. Para atender ao objetivo geral, foram tomados, como objetivos específicos:

- a) Compreender os projetos de desenvolvimento a que estão vinculadas as hidrelétricas da Amazônia amapaense;
- b) Caracterizar a comunidade pesquisada de Porto Grande - Amapá;
- c) Analisar a dinâmica territorial na pesca artesanal do rio Araguari frente à instalação dos empreendimentos hidrelétricos;
- d) Identificar as resistências territoriais estabelecidas pelos pescadores artesanais de Porto Grande - Amapá.

1.1 ALGUNS APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Para situar o leitor nos argumentos desta dissertação, considera-se relevante a apresentação de três apontamentos metodológicos. O primeiro se refere à situação da área de estudo. O segundo consiste em discorrer sobre os aspectos que orientaram a discussão. Por fim, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados no trabalho de campo e na análise dos resultados da pesquisa de mestrado.

1.2 ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Porto Grande é o ponto de referência para os sujeitos do presente estudo; é o espaço no qual os pescadores artesanais têm fixadas suas moradias e desenvolvem suas atividades de comércio, dentre outros como a compra do óleo para as embarcações e os instrumentos (apetrechos); é nesta cidade que ocorre a concentração para as reuniões sobre o futuro da pesca frente às tensões vivenciadas no Rio Araguari.

Porto Grande está localizado na microrregião de Macapá e na mesorregião do Sul do Amapá, tendo como municípios limítrofes: Ferreira Gomes (Norte e Leste), Mazagão (Sul) e Pedra Branca do Amapari (Oeste), esta última, à 108 km da capital Macapá. O acesso a Porto Grande é pela BR 156 como mostra a Figura 1, que liga Macapá ao Oiapoque, tendo sua sede localizada no entroncamento com a BR 210 (Perimetral Norte) (AMAPÁ, 2013).

Porto Grande é um dos municípios que é banhado pelo Rio Araguari localizando-se às margens desse importante corpo hídrico amapaense, que nasce na Serra do Tumucumaque, seguindo em direção ao Atlântico.

Dados do último censo do IBGE (2010) registram que a população de Porto Grande é de 16.809, contudo a atual estimativa é de 21.484. Aumento esse que pode estar vinculado, dentre outros aspectos, aos empreendimentos hidroelétricos presentes na região.

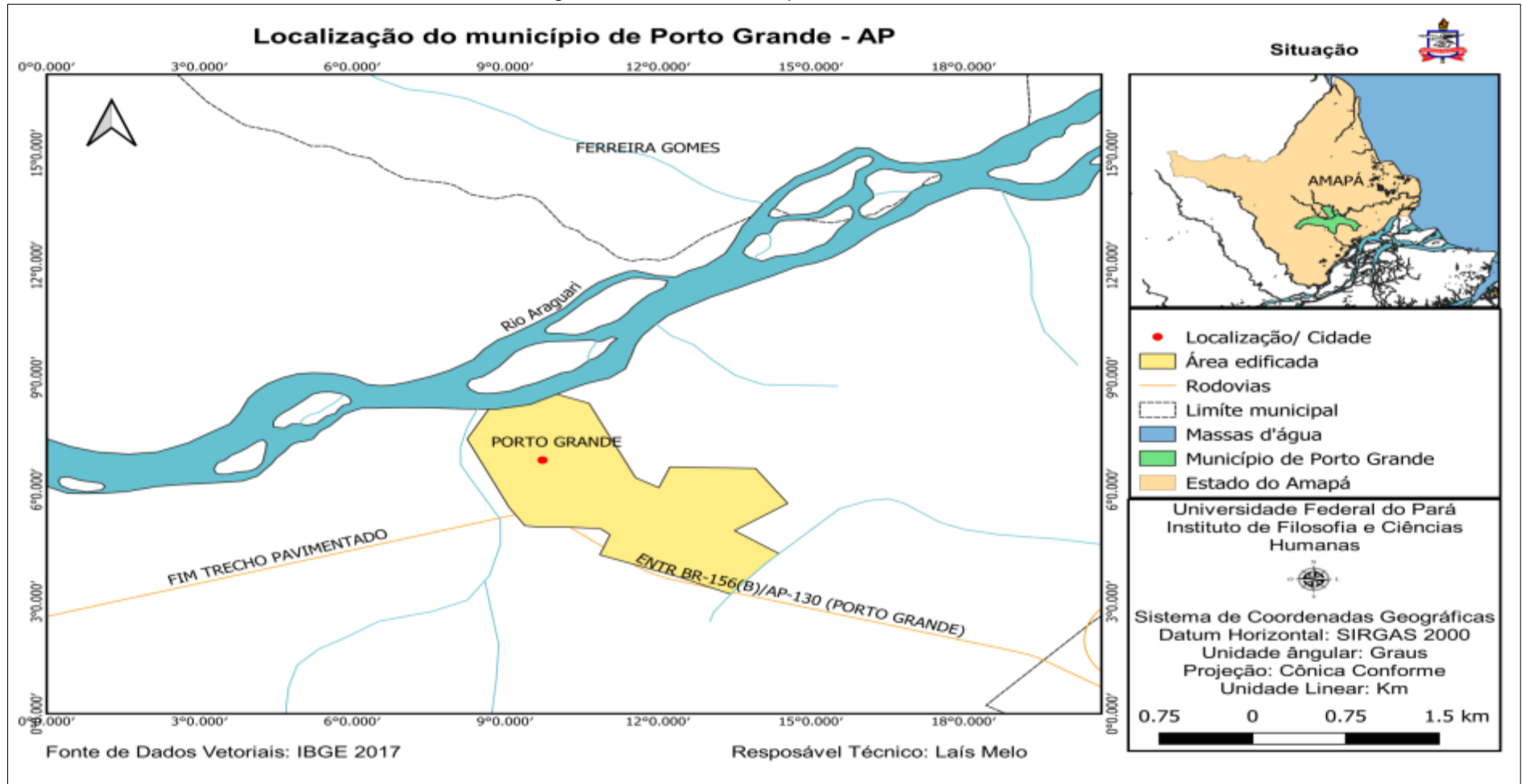
Na década de 1930, Porto Grande era uma espécie de ponto de parada para quem seguia em direção ao garimpo até o distrito de Cupixi, o município de Serra do Navio. O efetivo desenvolvimento da localidade se deu a partir do final da década de 1940, quando foi implantada pelo então governador Janary Gentil Nunes, a colônia agrícola do Matapi. A instalação da colônia objetivava povoar a região e incrementar a produção agrícola do então Território Federal do Amapá, mas foi a exploração do Manganês pela empresa ICOMI que transformou Porto Grande na rota dos garimpeiros.

Porto Grande foi elevado à categoria de município no ano de 1992, até então este era distrito de Macapá pela lei federal 1.503, de 15 de dezembro de 1951, sendo também desmembrado do distrito de Ferreira Gomes, também parte de Macapá.

Quanto a sua influência regional, Porto Grande é classificado como centro local, o que significa que sua centralidade e sua atuação não extrapolam os limites municipais, de modo que a produção e a oferta de serviços se direcionam apenas à satisfação das necessidades da população ali existente (AMAPÁ, 2013).

Com a chegada dos empreendimentos hidroelétricos, a cidade passou a ter a função de moradia para os trabalhadores destinados à construção civil, funcionando como ponto de apoio durante as obras no município de Ferreira Gomes. O atrativo é o baixo custo de vida e a diversidade comercial presente na cidade, dispondo de uma pequena área comercial, feira, farmácias e outros equipamentos urbanos importantes no funcionamento da cidade.

Figura 1 – Sede do Município de Porto Grande



Fonte: Lima (2020)

Apesar de Porto Grande não estar na rota da alta produtividade pesqueira do estado do Amapá, não deixa de ser importante a discussão sobre as territorialidades existentes, já que essas passam a se evidenciar pelas condições encontradas posteriormente à instalação dos empreendimentos hidrelétricos que trazem uma série de impactos, ambientais, sociais e econômicos.

Método

Quanto ao caminho percorrido, buscamos trabalhar com um roteiro esquemático (anexo), derivado deste seguiram entrevistas orientadas por questionário e mapeamento participativo, com fins de obtermos dados quantitativos e qualitativos, desde que combinado ao conceito território e territorialidade em uma das perspectivas em questão (RAFESTTIN, 1993), (SACK, 1986) e (SAQUET, 2007). A partir disso, perseguiu-se a observação das relações de poder, entendendo que estas têm relações diretas sobre as territorialidades, sendo responsáveis pelas situações de tensões na pesca artesanal. A fim de detalharmos melhor os passos, estabelecemos a ordem que se segue.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos serão apresentados associados aos objetivos específicos da dissertação de mestrado. Estes foram a base empírica para as discussões dos respectivos capítulos.

Para cumprir com o objetivo *(a) Compreender os projetos de desenvolvimento a que estão vinculadas as hidrelétricas da Amazônia Amapaense*, trabalhou-se com dados secundários, que foram frutos de pesquisa bibliográfica e documental.

Quadro 1 – Bibliografias consultadas

Autor	Ano/Meio	Perspectiva de desenvolvimento
Bertha K. Becker	Coleção As Amazônias/2015, 2014 (Vol. I, II e III) livro	Contextos político e econômico implementados na Amazônia
Neli Aparecida de Mello	Políticas Territoriais na Amazônia (1ªedição/2006) livro	Processo de apropriação territorial da Amazônia
Antonio Sergio Monteiro Filocreão	População e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (Livro)/2015	Formação socioeconômica do Amapá
Jadson Luis Rabelo Porto	Amapá: Principais Transformações econômicas e institucionais (1943-2000)/Tese	Evolução política e econômica no Amapá: processos de centralização, descentralização e estadualização
Inajara Amanda Fonseca Viana	Dissertação /Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/2017	Estudos sobre o setor elétrico do Amapá e sua influência no desenvolvimento local

Fonte: elaborado pela autora (2020)

A partir do Quadro 2, pode-se apreender as políticas que contribuíram de forma indireta e direta para o agravamento de impactos sobre as populações amazônicas. Os períodos de redemocratização proporcionaram profundas mudanças na questão ambiental e nas populações amazônicas, por exemplo, e tiveram como consequência o reordenamento territorial do estado do Amapá.

Quadro 2 – Políticas consultadas (relatórios e documentos)

POLÍTICA	PERÍODO	PROPOSTAS PARA AMAZÔNIA
PND I	1972 - 1974	- Integração nacional - Polos regionais - Programas de desenvolvimento regional
PND II	1975 - 1979	- Ocupação produtiva de agrominerais na Amazônia - Complexo mineiro-metalúrgico da Amazônia oriental e o programa de desenvolvimento de recursos florestais - Política de colonização da Amazônia
PND III	1980 - 1985	- Crescimento da economia e redistribuição de renda - Construção de uma sociedade democrática
Constituição de 1988	A partir 1988	- Avanços e recursos da questão ambiental brasileira
Programa Aceleração do Crescimento - PAC	Quadro macroeconômico do ano 2007	1º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Dentre os materiais, estão os Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) das UHEs Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, disponibilizados pela Secretária Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e pelo Plano de manejo da Floresta Nacional do Amapá (FLONA).

O acesso a relatórios sobre empreendimentos se deu através de sites governamentais e também através da administração pública, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do

Amapá (IEPA) e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio/FLONA DO AMAPÁ). Essa etapa da pesquisa serviu de base para o primeiro capítulo.

Atrelado ao objetivo *(b) Caracterizar a comunidade pesquisada de Porto Grande – AP*, tomou-se como principal caminho metodológico a realização de trabalhos de campo. Nesse, a principal técnica que permitiu a caracterização foi o uso de questionários.

Foi necessário ir a campo em três momentos, durante os anos de 2018 e 2019, nos meses de maio de 2018 (de 24 a 27), setembro de 2018 (de 26 a 30) e agosto de 2018 (de 04 a 10). Considera-se o trabalho de campo um instrumento de análise geográfica que permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo (SUERTEGARAY, 2005). Com aproximação dos sujeitos da pesquisa, foi possível estabelecer uma teia de relações com as quais gerou uma rede de contatos e possibilidades da pesquisa.

Na etapa de aproximação, foram observados diversos aspectos cruciais para a pesquisa, tais como a localização de órgãos públicos (secretarias, prefeitura, fórum municipal). Nesta etapa do reconhecimento, priorizou-se o diálogo, a busca e a distinção nas conversas banais, para que se pudesse identificar os sinais (KAYSER, 2006) das possíveis tensões.

Em um primeiro campo, privilegiaram-se aspectos do reconhecimento, como a identificação de sujeitos e agentes, na capital Macapá e em Porto Grande.

Em trabalho de campo realizado no período 26 a 30 de setembro de 2018, foram consultadas 33 pessoas. Apesar da população envolvida na atividade ser bem maior, há certo descontentamento com o retorno de propostas à comunidade, consequentemente uma retração a pesquisas na área, causadas também pelas consultorias ambientais de fins não acadêmicos.

De 4 a 10 de agosto de 2019, foram aplicados 16 questionários, totalizando 49 entrevistados. Destaca-se que esse universo de pescadores artesanais residentes em Porto Grande no ano de 2019 é de 123, de acordo com dados oficiais encontrados junto ao Registro Geral de Pescadores Artesanais de Porto Grande. Desta forma, o uso da técnica de questionários alcançou 90%, o que permite uma margem de confiança dos seus resultados de 9,18%.

A realização da pesquisa se deu no âmbito da cidade de Porto Grande e também às margens do Rio Araguari. Até a finalização dos campos foram entrevistadas 49 pessoas, dentre as quais estão homens e mulheres, moradores do município e da margem do Araguari. Quanto ao roteiro do questionário seguiu-se a estrutura presente na Figura 2:

Figura 2 – Roteiro de entrevistas

Perfis dos pescadores artesanais	Pescarias	Impactos
<ul style="list-style-type: none"> • Sexo • Idade • Escolaridade • Atividades complementares • Renda • Benefícios sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Locais • Espécies • Apetrechos • Períodos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização local • Hidrelétricas • Mineração • Instituições

Fonte: Lima (2020)

Com isso, foi organizado um banco de dados que permitiu a análise quantitativa dos questionários, resumindo seus principais resultados percentuais. Para a representação dos dados foram elaborados gráficos de barras e de setor, bem como mapas de densidade.

Tivemos como prioridade o modo de vida e os aspectos regionais da atividade pesqueira artesanal. Além do uso de instrumentos como questionários, roteiro de entrevistas e a cartografia participativa da atividade comercial na cidade de Porto Grande.

Dentre a bibliografia consultada, realizamos a catalogação dos principais trabalhos sobre pesca artesanal, empreendimentos hidrelétricos e conflitos. Dentre tantos que fazem parte do cenário atual, presente no acervo da rede de pesca artesanal, destacamos alguns como principais para nortear:

Quadro 3 – Referências da pesca artesanal brasileira

Autor	Meio/ano	Título
Cátia Antonia da Silva	Livro/2015	Política pública e território
Cátia Antonia da Silva	Livro/2014	Pesca artesanal e produção do espaço
João Marcio Palheta e Christian Nunes da Silva	Livros/2011	Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira
Cristiano Quaresma de Paula	Tese/2018	Geografias da pesca artesanal brasileira
Vicka de Nazaré Marinho Magalhães	Dissertação/2018	Estudo de caso a partir dos pescadores artesanais de Ferreira Gomes
Christian Nunes da Silva	Dissertação/2006	Territorialidades e Modos de Vida de Pescadores do Rio Itaquara, Breves – Pará

Fonte: Lima (2020)

Entre tantos outros aportes teóricos, ressaltam-se as contribuições trazidas nesse trabalho a cerca do reconhecimento do território pesqueiro artesanal presente em Silva (SILVA, 2015). Dentre outros trabalhos do mesmo patamar, existem também as contribuições dos pesquisadores amazônicos sobre os diversos conflitos em Silva (SILVA, 2006), ressaltando o contexto marajoara das pescarias, e Marinho (2018) com os impactos dos empreendimentos hidrelétricos no Rio Araguari, apontando para as modificações na prática pesqueira.

Também foi consultado o banco de dissertação e teses do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, a fim de nos situarmos no contexto regional das transformações que afetam diretamente a atividade pesqueira artesanal. Como resultado, foi elaborado o segundo capítulo.

Atrelado aos objetivos (c), *Analisar a pesca artesanal do Rio Araguari frente à instalação dos empreendimentos hidrelétricos*, e (d), *Identificar as resistências*

territoriais estabelecidas pelos pescadores artesanais de Porto Grande – Amapá, destaca-se o uso do mapeamento participativo como uma importante metodologia de trabalho de campo, no que consiste nos meios (SUERTEGARAY, 2005) e na identificação das conflitualidades e resistências da pesca artesanal do Araguari.

Havia sido programada para o período de 26 a 30 de setembro de 2018 uma reunião com os pescadores artesanais sobre as mobilizações para protestar contra os impactos ocorridos, que foi uma boa oportunidade para encontrarmos uma quantidade significativa de pescadores em assembleia realizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), para tratar de assuntos concernentes aos impactos ocasionados pelas hidroelétricas na atividade. Esse foi um momento de elucidação e direcionamento da técnica do mapeamento.

Este campo foi de fundamental importância para escutarmos os pescadores que relataram não apenas impactos na pesca, mas também outros impactos ocasionados pelas hidroelétricas, como cheia de rios e alagamentos de propriedades.

Dentre os momentos importantes para a construção desta dissertação destacamos a ida até o lago em uma pequena embarcação de motor de polpa. Sendo possível observar os danos ocasionados pelos empreendimentos hidroelétricos, podendo fotografar algumas áreas atingidas.

A importância deste campo foi substancial, pois foi possível dimensionar através da percepção o tamanho da problemática enfrentada pelos pescadores atingidos. Além da importância da atuação de algumas instituições na região, como ressaltam os trabalhos realizados pelo ICMBio, através da associação agroextrativista que tem colaborado com a complementação da renda familiar de alguns pescadores através da produção de óleos, sabonetes e essências, visto que essa relação entre os pescadores de Porto Grande com o trecho do alto Araguari tem-se estreitado pelas relações derivadas dos impactos ocorridos no trecho médio Araguari, em que se localizava grande parte dos pesqueiros.

Com isso, buscamos encontrar espaços e atores. Dessa forma, recorreremos a informantes locais com os quais foi possível chegar até a colônia Z-16, que nos relatou as principais dificuldades da pesca vivenciadas naquele dado momento. Durante a conversa foi possível escutar, para além da fala do presidente, o descontentamento de um pequeno grupo que chegava de uma pescaria malsucedida. Foi possível notar nas falas do grupo memórias individuais de como

outrora fora melhor ou mesmo diferente do presente; observou-se uma reconstituição nas falas, expressa através das suas histórias e experiências; os grandes traços determinantes da situação atual que aparecem claramente (KAYSER, 2006), podendo assim observar sinais de transformação na atividade da pesca.

Logo, é necessário observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para interpretá-los (KAYSER, 2006), para isso, tem-se a necessidade de se compreender o contexto dos fatos que marcam a projeção, a chegada e a instalação dos empreendimentos hidroelétricos no contexto da Amazônia amapaense, relacionando esta análise a partir do cerne da vida dos pescadores até ali impactados e as suas condições de existência.

Foi realizado no período de 04 a 10 de agosto 2019 o mapeamento participativo estruturado a partir do campo anterior e outros registros tais como fotos e marcação de pontos. Para isto realizamos contato prévio com a gerência local do ICMBio via registro no SISBIO, o qual nos disponibilizou a embarcação e o alojamento para a realização do trajeto de Porto Grande até o alto Araguari, onde se encontra a base da Floresta Nacional do Amapá. A ICMBio também realizou a crucial indicação do guia e mateiro o Sr. Hamilton Junho, também ribeirinho, sendo este de suma importância para chegada até alguns pescadores localizados às margens do Araguari.

Realizamos um longo percurso saindo do atracadouro em Porto Grande de voadeira até o alto Araguari no qual também está localizada a base da Floresta Nacional do Amapá (FLONA). Com várias paradas nas casas dos ribeirinhos, sendo possível visitar alguns pescadores da localidade denominada “sapo seco”, estes já encontrados no campo anterior. Com isso foi possível realizarmos a marcação de alguns pesqueiros através do mapeamento participativo, em base disponível por imagens dos sensores remotos (LandSat TM e Google Earth), das áreas pesquisadas pelos pescadores de Porto Grande, que apesar de estarem cadastrados em colônia de Porto estes desenvolvem a pesca no alto Araguari, trecho que tem município de Ferreira Gomes como sede.

Neste campo foi possível compreender o quanto os pescadores de Porto Grande foram impactados pela chegada dos empreendimentos no Rio Araguari. Com os empreendimentos hidroelétricos houve um processo de deslocamento da ictiofauna, afetando a pesca, redirecionando pescadores que outrora já tinham áreas

definidas para colocar seus apetrechos para outras áreas e causando também a fuga de espécies comuns na região e aparecimento de outras como tucunaré. Esta é apenas uma parcela dos impactos levantados nesta dissertação, cuja análise ocorre no terceiro capítulo.

Como organização, optou-se por seguir a seguinte lógica em cada capítulo. Inicialmente, trabalha-se com o aspecto teórico seguido do contexto no qual se insere a presente pesquisa. No capítulo teórico inicial, trabalhamos com a conformação política e territorial estabelecida nos distintos períodos e ressaltamos como essas políticas vão inserindo dinâmicas que desestruturam o território tradicional. No segundo capítulo, busca-se a caracterização da atividade pesqueira de Porto Grande, apresentando elementos importantes para o terceiro capítulo, no qual discutiremos a transformação territorial e o cenário de conflito na pesca artesanal no Rio Araguari.

2 POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA

O presente capítulo tem como objetivo compreender os projetos de desenvolvimento, a que estão vinculadas as hidrelétricas da Amazônia amapaense. Tido como instrumentos de manutenção e apropriação territorial, estes se constituíram em distintas temporalidades contribuindo para a desestruturação de atividades como a da pesca artesanal ao longo de todo processo histórico, político e regional, desencadeado por mecanismos de apropriação e domínio do espaço amazônico.

Visto na qualidade de fronteira do capital natural (AMIN, 2015), o domínio sobre o território amazônico perpassou pela atuação estratégica em diferentes períodos, contemplando cenários de ocupação e domínio, ciclos econômicos, políticas desenvolvimentistas, flexibilização da atuação Estatal; além dos mais recentes como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O atual cenário é composto pela vulnerabilidade ambiental e social das comunidades tradicionais, fundado em uma política de exploração de recursos naturais e de perdas territoriais para os povos tradicionais, como os pescadores artesanais.

De tal modo, entendemos como relevante retomar a geopolítica na qual se insere a Amazônia. Primeiro, o arranjo de consolidação do domínio territorial amazônico (séc. XVII), estabelecido por ações que se voltam para as perspectivas de reconhecimento e demarcações; segundo, o início das primeiras estratégias de Desenvolvimento da Amazônia na República (a partir de 1889) e na Ditadura Militar (1964-1985); e terceiro, nas últimas quatro décadas da Redemocratização e Abertura ao Neoliberalismo (pós-ditadura militar), até o Lulismo e a atualidade.

Entendendo as recentes transformações como manifestações decorrentes de um longo processo de consolidação territorial, este capítulo objetiva compreender as estratégias por trás desse processo, assim como os projetos de desenvolvimento a que estão vinculadas as hidrelétricas da Amazônia amapaense. Retomamos, no próximo tópico, o processo de domínio luso-português na tomada territorial.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO TERRITORIAL AMAZÔNICO

Neste primeiro momento, ressaltam-se as formas e estratégias de ocupação da Amazônia utilizadas nos fins do século XVII. Observando os sistemas socioeconômicos e políticos vivenciados no espaço amazônico nesse período, destacam-se os chamados ciclos econômicos. Estando as atividades extrativas como as principais formas de subsistência econômica e reprodução social, além de serem pioneiras nos processos de apropriação e exploração dos recursos naturais.

Como dito, inicialmente ocorre a exploração das principais atividades extrativistas. Entre elas estão: as drogas do sertão, acontecendo do século XVIII ao início do século XIX; a exploração da economia do cacau também ocorre nesse período; e por fim veio a fase do ciclo da borracha, que tem seu ponto alto na transição do século XIX ao XX, fechando, assim, um período de ciclos econômicos com base nas atividades extrativistas.

A lógica colonial de ocupação da Amazônia está essencialmente consolidada no processo de dominação colonial português (CHAMBOULEYRON, 2006). A política territorial de Portugal é baseada na defesa, em resposta às fragilidades impostas pela presença europeia na costa norte. Define-se a metrópole como um núcleo de expansão e, no caso Belém, segue-se uma série de ações que visam descentralizar o vasto território, consolidando uma política militar de defesa, através de fortificações, como quando ocorreram as disputas dos territórios compreendidos pela chamada Guiana Brasileira, e do atual estado do Amapá (FILOCREÃO, 2015). Esse, movido pelas disputas entre luso-brasileiros e outros países que não reconheciam o tratado de Tordesilhas, estabeleceu a localização de Fortes, promovendo as ditas incursões bélicas, podendo tomar áreas ocupadas por opositores.

Dentre outros mecanismos de ocupação portuguesa estão a caça aos indígenas e às missões religiosas (CHAMBOULEYRON, 2006). Esses dois vetores aprofundaram as movimentações de interiorização. Ainda que dado de forma por vezes não amistosa, o contato com os indígenas através do processo de catequização possibilitou o aproveitamento da mão de obra na coleta das drogas do sertão, proporcionando o conhecimento sobre a área, uma vez que estes nem sempre se subjugavam ao domínio português.

Por outro lado, outras formas além das citadas contribuíram para o processo de possessões do espaço amazônico. Entre essas, como as experiências expansionistas, estão as capitânicas privadas, que foram as responsáveis pelas fundações de vilas, além do desenvolvimento de atividades como a agricultura, utilizada como forma de ocupação política e territorial.

Porém, a relação colonial se manteve através da exportação passando por ciclos prósperos e de recessão econômica (GOMES, 2018). Não seguindo a uma racionalidade de preservação ambiental, a coleta dos produtos era feita até a exaustão, causando períodos de decadência dos produtos. Ainda no período colonial, o ciclo das drogas do sertão marca o abastecimento do mercado europeu com as especiarias amazônicas (XVII-XVIII). Posteriormente, tal relação se mantém com a exploração do cacau e da borracha.

Um dos principais problemas que marca este período compreende a busca e a disponibilidade dos recursos naturais, colocando em evidência o ciclo vital das atividades, passando pela expansão, estagnação e o declínio (GOMES, 2018). Todo esse movimento deixa expressas as fragilidades da economia de base extrativista, as racionalidades ambientais e econômicas, essas tipicamente predatórias e marcadas pela intensa exploração desse período.

Sobre a busca de recursos naturais, uma das características da coleta de drogas do sertão é a possibilidade de ampliação do campo de exploração. Com a procura pelos recursos naturais, expandem-se as áreas, indo de áreas de terra firme e várzeas até os mais remotos espaços (GOMES, 2018), além da trafegabilidade que proporcionava a dinamização do comércio pelos tributários do Rio Amazonas.

Os principais problemas desse período decorrem da relação colonial, já que a coleta neste período não era contínua. Passava-se por longos períodos na procura e coleta das drogas do sertão, logo, tornando essa rarefeita. Como a coleta das drogas era custosa, levou a administração colonial a taxar altos impostos, por ser a única atividade desenvolvida pela colônia.

Seguindo a lógica de dependência, o ciclo do cacau acontece com o predomínio do conhecimento sobre a região. Realizada nas últimas décadas do séc. XVII, nesta fase fala-se em plantações de cacau, para garantir o abastecimento do mercado europeu, além do incentivo da coroa portuguesa, através da isenção de impostos (GOMES, 2018). Mas o que garantiu primordialmente a demanda da exportação foi o cacau nativo. Logo, um dos traços marcantes foi a dependência

desse produto, produzido pela floresta, podendo a produção plantada trazer algum resultado anos à frente, no século XVIII.

Alguns anos mais tarde, o ciclo da borracha apresenta uma relação estabilizada com o mercado da exportação. Com a manufatura da borracha, o olhar se volta para a exploração deste novo mercado, e a apropriação da indústria automobilística estimulou a busca pela borracha na região (FILOCREÃO, 2015).

A exploração deste recurso proporcionou o crescimento econômico da região neste período, tornando-a uma área de atração, já que havia terras e capital disponíveis. A mão de obra da atividade era formada pela população nativa, indígenas e também nordestinos, sendo estes denominados seringueiros (FILOCREÃO, 2015).

Uma das características desse período está no padrão demográfico, no processo de acumulação, que organiza uma relação social diferente da existente, apresentando a expropriação de um determinado grupo sobre o outro, como a classe dos seringalistas e seringueiros. Promovendo fortuna para uns em virtude da exploração da mão de obra do outro (FILOCREÃO, 2015).

É neste momento que aparece outro elemento, o aviamento, um sistema de comércio dentro dos seringais. Feito a partir da troca de objetos de uso, pessoal e trabalho, o seringueiro passava a se endividar, tornando mais difíceis as relações de trabalho, ficando assim os seringueiros obrigados a trabalhar em um sistema de semiescravidão presos no interior da floresta (FILOCREÃO, 2015).

O declínio desta atividade ocorreu em 1912 com a perda do monopólio para a Malásia (GOMES, 2018). Apesar de todo esforço feito para garantir a supremacia deste produto, o Brasil não deu conta de fazer frente às colônias britânicas, sendo transferida a exploração do látex para o continente asiático.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo americano chegou a investir na borracha. Devido ao bloqueio, a região passa a ser uma opção de fornecimento, sendo feito um investimento na produção do produto. No entanto, este não perdurou por muito tempo, tendo que ser mais uma vez encerrado.

Portanto, desse período vale ressaltar a intensa busca por recursos naturais de forma predatória, um chamado processo de dominação dos povos nativos, resultando no primeiro processo de invisibilização dessas comunidades, logo, os primeiros traços de uma reestruturação territorial com a finalidade de atender as relações externas: um primeiro processo de internacionalização.

Um dos principais pontos aos quais podemos vincular os rios amazônicos, mais especificamente aos pescadores artesanais, é à ideia de reconhecimento. Os povos amazônicos possuíam para o período um arcabouço de conhecimentos e permitiram a entrada de colonizadores, exploradores e demais desbravadores, região adentro. Ressaltando a pesca enquanto uma das atividades praticadas por ribeirinhos, podemos elencar este período como enfatizado por Porto-Gonçalves (2015) como voltado para uma dinâmica rio-várzea-floresta.

Com vocação para uma exploração futura, sendo palco de disputas territoriais, a Amazônia era, conforme Porto-Gonçalves (2015), disputada por franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis. Portanto, o domínio sobre a região se deu principalmente pela aliança entre o colonizador e as ordens religiosas. Dessa forma, a circunscrição de povoados ao longo dos rios é uma das marcas desse período.

2.3 POLÍTICAS PARA A AMAZÔNIA NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Considerando as atividades extrativistas como base para uma construção futura, no âmbito de uma política para a região amazônica, aponta-se o período áureo da borracha, como uma experiência significativa junto ao processo de urbanização e internacionalização da Amazônia. Vale ressaltar aspectos importantes como a dinâmica de mercado, a internacionalização da atividade e o declínio. Dentre outros fatores, há a tentativa de enfrentamento da crise, decorrendo do plano de defesa da borracha, que, embora não tenha se efetivado, apresenta elementos para uma possível recuperação econômica.

Como mecanismo estratégico de recuperação da economia amazônica, com o objetivo de intervir na crise gomífera, buscou-se com base em estratégia já experimentada com êxito na economia cafeeira em 1906 (FEITOSA e SAES, 2013), a proposta por meio de um plano de recuperação da economia do espaço amazônico, como uma forma de medida de apoio ao setor. Isso se deu através de investimentos na área do transporte, indústria, saúde e imigração, chegando a estabelecer uma Superintendência.

Vale ressaltar que antes disso a Amazônia passou por dois momentos no que tange a extração do látex. Inicialmente a atividade estava restrita à dinâmica

regional, liquidando com outras culturas; a rentabilidade atraía para a região capital e trabalho. A descoberta do processo de vulcanização da goma (1839) e a sua utilização na indústria automobilística (1890), embasada no chamado auge ocorrido entre 1890 e 1910 (FEITOSA e SAES, 2013), torna-a a principal fornecedora mundial.

Mas sobre o ciclo da borracha alguns autores concordam que podem ser percebidas três fases (CARDOSO e MULLER, 2008). Inicialmente, a fase de emergência, depois a produção de bases racionais e, por fim, a substituição por material sintético. As duas primeiras fases compreendem o aspecto regional, e a terceira corresponde à queda na participação mundial. Em um primeiro momento, existe o destaque da atividade e da possibilidade de inserção no mercado, seguido do fomento industrial e por fim o início do processo de declínio da atividade.

Este período deixou apenas como lucro a contribuição no processo de urbanização de cidades como Manaus e Belém. Decorrente da expansão dos negócios da borracha está a urbanização das cidades e construções como a do Teatro Amazonas e a do Theatro da Paz, heranças do período da borracha (CARDOSO e MULLER, 2008).

Além da modernização e urbanização realizadas neste período, está a concentração de renda das elites locais. A dependência dos governos da economia gomífera é o principal pressuposto do fracasso desse período, levando à constatação de casos de corrupção administrativa, que decorre de conflitos entre os dois principais núcleos, Manaus e Belém, configurando um cenário de crise.

Antes da crise internacional, a relação comercial estabelecida pela região amazônica era intensa. Existindo relações comerciais com importadoras em Nova York e Liverpool (FEITOSA e SAES, 2013), esse modelo comercial aprofundava a dominância do capital comercial e ampliava a vulnerabilidade local.

Feitosa e Saes (2013) apontam o que restou de lucros dessa atividade para região apontando as obras públicas e os serviços urbanos. Quanto aos investimentos produtivos, pouco é encontrado. Os principais gastos eram vistos no consumo da elite, que esbanjava nas importações fazendo com que o capital fosse transferido para outras áreas. Fato é que a região encontrou dificuldades em consolidar uma economia regional.

Embora a região contribua significativamente para a economia do país, o descaso com a mesma agravou ainda mais a crise. O governo da época pouco

contribuiu, apesar de ter se beneficiado da riqueza produzida, que chegou a um sexto da renda nacional (FEITOSA e SAES, 2013). A falta de infraestrutura impediu a disseminação de uma economia regional.

O ambicioso plano de defesa da borracha previa profundas transformações entre infraestruturas e políticas sociais. No entanto, as condições de execução deste plano eram quase inviáveis, além das contradições entre os investimentos em prédios públicos versus áreas produtivas; esses se tornavam pontos a serem questionados (CARDOSO e MULLER, 2008).

Logo, o plano de defesa da borracha passa a ser um instrumento de manutenção das elites locais. Passa a ser uma alternativa, um meio de superar as disparidades regionais sem nem um efeito sobre a estrutura social.

O balanço da economia da borracha é percebido a partir de quatro aspectos (CARDOSO e MULLER, 2008). O primeiro é chamado de sistema de aviamento, com características predatórias, exigindo um exaustivo esforço do seringueiro, além do endividamento do trabalhador, cujo núcleo de negociação era entre as cidades de Belém e Manaus. O segundo aspecto se refere ao processo de circulação estabelecido nas duas cidades. O terceiro, o deslocamento da população para a atividade da coleta do látex. E o quarto aspecto aponta que, apesar da transferência da população para atividade, esta não conseguiu consolidar uma organização social.

Dentre outras contribuições resultantes desse período estão a formação de vilas ou núcleos populacionais (FILOCREÃO, 2015). O saldo desse período vai se verificar na formação de espaços como no Sul do Amapá, em que se concentravam grandes espaços extrativistas como seringais e castanhais existentes nos Rios Maracá e Jari. O capital acumulado desse período garantia poder e influência na sede administrativa que se localizava em Belém.

Os impactos sobre a região amapaense foram imensos, deixando de receber poucos investimentos vindos da atividade da borracha. Esse período se configurou do ponto de vista econômico como um período de transição, em que a população passou a redirecionar os esforços dedicados à atividade extrativa para outras atividades, dentre as quais se destacam a pesca do pirarucu e do grude da gurijuba (FILOCREÃO, 2015), além da pecuária que ajudou atenuar os impactos da crise.

Tamanho foi o impacto ocasionado pela crise da borracha associado à atividade garimpeira na região, que deixou estes trabalhadores aquém de uma perspectiva econômica. Nos fins dos anos áureos a região ficou sem perspectivas

de sobrevivência, até que um novo vetor econômico pudesse se consolidar. Deste modo uma das principais resultantes desse período é a frágil relação comercial sobre um único vetor, no caso a borracha, e a relação isolada que Amazônia vivenciou nesse período – pensando nas relações internas –, que do ponto de vista de políticas desenvolvimentistas seria revisto.

Sobre os elementos do período em questão podemos ressaltar a busca seletiva por recursos naturais (PORTO-GONÇALVES, 2015). Uma vez que este período é marcado como um primeiro devassamento da exploração dos recursos e ficando estes sujeitos à administração territorial, a dispersão da floresta não constitui objeto de interesse. Assim, essa análise revela a dificuldade de apropriação do território e a necessidade de domínio sobre as populações nativas, que posteriormente contribuiriam para as fragilidades na constituição econômica e social da Amazônia.

2.4 DITADURA MILITAR

Alguns anos mais tarde, com a emergência de um novo governo, é instaurado no Brasil um novo contexto político e social, que perdura de 1964 a 1985. Consolidam-se políticas e planos de abertura e integração da região amazônica baseados no discurso “integrar para não entregar”. As ações desse momento são pensadas como um meio de evitar a internacionalização. Por isso, grandes obras começam a ganhar força na região, por exemplo, a construção de rodovias, além de investimento através de instituições públicas e privadas.

Com o declínio do segundo ciclo da borracha, vem a necessidade de reaquecer a economia amazônica (CHELALA e CHELALA, 2011). Dentre as alternativas para esse período está a chamada Operação Amazônia: um pacote de políticas com objetivo de dinamizar economicamente a região – vale se falar, aqui, em políticas industriais para a Amazônia.

No bojo do reaquecimento econômico, lançam-se estratégias com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva (CHELALA e CHELALA, 2011). Isso foi experimentado com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia (SPVEA), baseada na ideia de valorização dos seus recursos naturais, dando aos mesmos um valor comercial. Nesta perspectiva,

valorizar era sinônimo de desenvolvimento. Logo, cabe destacar que a SPVEA foi o primeiro órgão de desenvolvimento.

Sendo este movimento pioneiro, houve dificuldades em consolidar as políticas propostas, já que não possuía autonomia dos seus recursos. Apesar da limitação, a SPVEA teve como um dos seus feitos a inauguração da Rodovia Belém-Brasília.

Cabe salientar que as ações decorrentes desse período contribuem para a compreensão das problemáticas que aqui se instalaram (HEBETTE, 2004). A Amazônia da segunda metade da década de 1960 é a da expansão econômica, tendo como principal discurso o progresso. Baseado neste discurso, o fluxo migratório era redirecionado para a região amazônica.

Seguindo a perspectiva da trajetória camponesa, Hebette (2004) a compreende por três eixos. A migração e colonização; a mobilidade social e de trabalho; e o Estado com políticas de desenvolvimento e migração. Entendemos que os dois primeiros são resultado do terceiro. Dessa forma, buscamos transcender sobre as ações dessas políticas compreensíveis nesse determinado período e seus principais efeitos sobre o espaço amazônico.

Um dos traços que marca esse processo de interiorização é a construção da Rodovia Belém-Brasília, idealizada como via de integração Norte-Sul, e, bem antes da criação da nova capital, a rodovia Bernardo Sayão serviu de mecanismo de orientação no processo de colonização, embora esta já acontecesse bem antes de sua inauguração. No entanto, passa-se a reorientar a polarização em alguns trechos (HEBETTE, 2004).

A política governamental instituída ao longo da Rodovia Belém-Brasília se deu com ênfase na experiência da colonização espontânea ou ainda não dirigida (HEBETTE, 2004). A distinção entre ambas tem conformidade com as formas de atuação estatal, observadas principalmente nas mudanças de perspectivas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, os PND I e PND II.

Certas políticas têm relação direta com a colonização, por exemplo, a política fundiária, a política agrícola ou a política creditícia (HEBETTE, 2004). Políticas que têm por principal objetivo a abertura da região, além do adensamento de áreas. Dentre outros incentivos deste período da Rodovia Belém-Brasília, enquadram-se os programas de incentivos fiscais.

A efetivação dessas políticas só seria possível por meio de uma estrutura organizacional. A chamada Operação Amazônia possibilitou a ampliação e atuação

do que era a SPVEA, passando a se chamar Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), atuando como um órgão executivo, com viés de por em prática as políticas de desenvolvimento para a região. Somados a esses estão a transformação do banco de crédito em Banco da Amazônia e o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM).

A modernização dessas estruturas ajudaria a condução das políticas de desenvolvimento, dando suporte ao planejamento regional e à política de incentivos fiscais, sendo a base para a implantação de investimentos, como a vinda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (1969), associando-se a *United States Steel* (USS); grande empresa siderúrgica norte-americana (CHELALA e CHELALA, 2011); situação que configura uma relação de eixos dinâmicos assim como o papel da Amazônia.

O II PND consubstanciou, mesmo em meio à crise, a ampliação de investimentos no espaço amazônico, tendo como principal vetor a indústria extrativa mineral no Pará e no distrito Industrial de Manaus (CHELALA e CHELALA, 2011). Definindo então como traços marcantes desse II PND o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o complexo minero-metalúrgico da Amazônia Oriental, a política de Desenvolvimento de Recursos Florestais, o uso racional dos solos da Amazônia e a conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, execução do seu distrito agropecuário.

Contudo, o II PND é o plano de execução do que foi gestado em período anterior com adaptações segundo o interesse de políticas subsequentes. Quanto à eficácia nos territórios federais, como o Amapá, cabe salientar que estes decorriam de uma dinâmica própria (PORTO, 2002), já que as transformações ocorridas na Amazônia só foram possíveis com a participação do Estado na ocupação e na integração da economia ao contexto nacional.

O formato de PND perdurou até PND III, contudo ressalta-se o declínio desse modelo, ficando inviável a implementação do PND III devido à dificuldade de financiamentos. O PND durou toda a década de 90, apesar da Constituição de 1988 propor outro instrumento, chamado de Plano Plurianual (PPA). Nesse processo de mudança política o que observa-se é um período desconcentração política e econômica (MATOS, 2002), a partir do qual os governos passam a elaborar seus planos regionais, tendo o PPA como diretriz.

2.5 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA NA REDEMOCRATIZAÇÃO E ABERTURA AO NEOLIBERALISMO

A década de 1980, além de marcar a redemocratização do país, passa a atentar para uma mudança na racionalidade ambiental, visando atender às mudanças de mercado, somadas às perspectivas políticas e econômicas decorrentes das novas relações do capital econômico mundializado.

Com o paradigma da globalização, a Amazônia passa a ter uma importante função no fornecimento de recursos necessários (AMIN, 2015). Com o advento da globalização, a busca das potências hegemônicas por recursos estratégicos redefine o papel da Amazônia, diante do cenário internacional. Com esse novo paradigma, as potências hegemônicas passam a definir políticas sobre regiões estratégicas.

A exemplo disso estão a política de exportação de *commodities* que alteraram significativamente a relação comercial (AMIN, 2015). Tal relação proporcionou uma nova divisão no mercado internacional do trabalho e na apropriação dos recursos naturais, estes passam a definir os espaços vitais estratégicos de recursos naturais.

De acordo com Amin (2015), os chamados espaços vitais estratégicos, enquanto áreas detentoras de recursos naturais, passam a fazer parte do interesse das potências hegemônicas. O aproveitamento desses recursos se tornou uma problemática mundial, já que a Amazônia, enquanto detentora de recursos, se vê em cenários conflitantes, no que diz respeito ao chamado desenvolvimento sustentável.

A indústria de alguns países, como a China, passa a pressionar os territórios vitais pela busca de recursos estratégicos, dos quais suas economias dependem. A entrada do mercado chinês no bloco de potências hegemônicas passa a compor um cenário competitivo por este campo, no qual já estão consolidados alguns países, como Estados Unidos.

Ainda sobre o papel estratégico da Amazônia, enquanto foco de interesse dessas grandes potências, esta passa a ser o foco no processo de mercantilização da natureza. Para explicar o papel da Amazônia nesta fase, discorre-se sobre a utilização dessa nas transformações de artefatos fictícios e objetos reais (BECKER, 2004). Nesta perspectiva, a Amazônia passa a ser objeto de interesse do capital industrial.

Isso traz preocupação aos movimentos ambientais iniciados na década de 1980. A partir deste período, passam a ser discutidas questões fundamentais sobre

a Amazônia. O tema principal é a defesa dos recursos genéticos da fauna e flora amazônica, que aponta para problemáticas, como biopirataria.

Também este momento de redemocratização evidencia um maior protagonismo de movimentos sociais. Acentuam-se os cenários de lutas e os movimentos nos campos. Um emblemático movimento torna-se visível: a luta dos seringueiros contra a derrubada da floresta em função da agropecuária.

Evidenciam-se os debates de cunho ambiental, pontuando questões, como as degradações ambiental e humana. Essas discussões, que começam em 1972, em Estocolmo, passam a ser fundamentais, nas décadas seguintes, influenciando na tomada de decisões de potências mundiais, a fim de assumirem um compromisso com as demandas ambientais e sociais, as quais, depois de alguns anos, constituem a Rio 92, no Brasil (TOGASHI e HACON, 2012). Deste modo, fundamenta-se o que foi proposto pela constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, permeando a necessidade do amparo às camadas sociais menos favorecidas, tal como o compromisso ambiental com as próximas gerações.

A década de 1980 é um período de mudanças globais, em que se exige a substituição da racionalidade econômica pela racionalidade ambiental (LEFF, 2001). Fomentam-se as lutas dos movimentos sociais pelo direito aos seus modos de vida, ganhando atenção de instituições internacionais.

É no bojo desses acontecimentos que se passa a discutir os conceitos de sustentabilidade, tendo como objetivo buscar alternativas de desenvolvimento menos agressivas às populações tradicionais, ressaltando a necessidade de se ter modelos de desenvolvimentos pautados na manutenção do meio ambiente e dos modos de vidas tradicionais.

Ainda que timidamente, o compromisso ambiental surge anos mais tarde no Brasil, tendo como marco a Rio 92. Mesmo com pouca expressividade na conferência de Estocolmo, tem-se, no decreto 73.030/73, a criação de uma secretaria de meio ambiente, como resultado deste evento. Das discussões que marcam os compromissos acordados em Estocolmo, é neste relatório (BRUNDTLAND, 1987) que aparece pela primeira vez o conceito de uso sustentável e o compromisso com as futuras gerações; o nosso futuro em comum. É no decorrer desse acontecimento que se inspira a atual Constituição do Brasil.

É com o compromisso de atender e garantir a justiça social que a Constituição

do Brasil é criada, abordando possíveis soluções de superação da pobreza, satisfação das necessidades básicas, saúde e habitação, e sendo, portanto, um marco na redemocratização do Brasil.

Do ponto de vista das camadas sociais, este foi um momento de rearticulação e reestruturação, surgindo novos sujeitos no que diz respeito a esses movimentos, isto é, uma Organização não Governamental (ONG) (TOGASHI e HACON, 2012). Esses passam a ser mais bem articulados, estabelecendo parcerias internacionais.

Gradativamente uma política ambiental vai se consolidando na legislação brasileira. Em 1981, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) passa a estabelecer uma série de instrumentos para normatizar a questão ambiental. Dentre os quais estão os instrumentos de avaliação de impacto ambiental e licenciamento (6.938/81); a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) e estações ecológicas (6.902/81); a regulação da pesca em períodos de reprodução (7.679/88) e uso de agrotóxicos (7.802/89), além de outros instrumentos, como o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recurso Hídricos (SINGREH) (9.433/97) e a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Dessa forma, a Constituição tem os instrumentos necessários para o fomento de uma discussão socioambiental no Brasil.

Foi ressaltada, na Rio 92, a relação predatória do capital imposta pela ação de países desenvolvidos sobre a demanda ambiental, responsabilizando estes da pobreza e degradação ambiental decorrente de atividades exploratórias. Assim, foram expostas as necessidades na mudança de padrão no consumo e na produção.

A dependência dos países pobres em relação às grandes potências faz com que pautas importantes da Rio 92 sejam ignoradas, quando são excluídos os mecanismos de compensação. Anos mais tarde, a continuação deste debate seria em Johannesburgo, África do Sul (Rio+10). Poucos avanços foram realizados, e os responsáveis por esse fracasso foram Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (TOGASHI e HACON, 2012); esses mantêm uma relação de exploração com recursos estratégicos.

Vale ressaltar que esse novo modelo administrativo, que passa a vigorar na década de 1980, tem influência sobre a gestão de alguns espaços amazônicos, como por exemplo o Amapá. A partir de determinantes políticas e econômicas que passam a comandar uma nova perspectiva de gestão por meio da estadualização do

até então território federal do Amapá (PORTO, 2002). Assim supera-se a administração centralizadora, por ser incompatível com o atual modelo de redemocratização.

Ressalta-se esse período como de transformações, não apenas políticas, mas de cumprimento de uma agenda ambiental no Amapá, bem como de criação de unidades de conservação e industrialização mineral (PORTO, 2002). São exemplos de implantação de unidades de conservação a demarcação do Parque Nacional, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Reservas Extrativistas, Floresta Nacional e também, nesse mesmo período, a estruturação industrial e implantação do Distrito Mineral.

Porto (2002) define os anos 90 como uma década de intensas transformações políticas, ressaltando que, apesar do processo de estadualização, o Amapá ainda não é totalmente autônomo, logo, dependente de transferências federais. O fim da era da Indústria e Comércios de Minérios S/A (ICOMI) ocorre depois de longo período de atividade de extração do manganês, além do esforço em conciliar a questão ambiental com o desenvolvimento econômico, executando dessa forma o Programa Governamental de Desenvolvimento Sustentável. Esse que possibilitou a estruturação a partir do trabalho de agência de fomento à organização do aproveitamento das potencialidades (PORTO, 2002), incluindo a realização de pactos, a partir de parcerias com o mercado internacional, que, de acordo com Porto (2002), possibilitou um maior controle sobre as contas públicas, seguindo a lei de responsabilidade fiscal.

Este período é marcado como de preparação para o acontecimento de políticas e projetos de grande magnitude. Com o processo de integração nacional, estável, a incorporação de políticas de gestão ambiental e uma maior participação no cenário mundial, encaminham-se processos em uma maior escala.

O contexto internacional de preocupação ambiental provocou a construção de uma série de políticas ambientais no Brasil, que foram fundamentais para mediar o avanço do neoliberalismo no país, especialmente no espaço amazônico, a partir do interesse em produção agropecuária e mineral das corporações internacionais. Desta forma os povos tradicionais dependem da política ambiental para se manterem no território.

2.6 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO LULISMO E O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Para que possamos abordar o contexto no qual está inserido o Programa de Aceleração do Crescimento é preciso fazermos algumas ponderações sobre o formato político adotado pelo governo do período em questão, considerando, então, tanto a conjuntura energética como a política de energia adotada.

O governo petista tem seu início no primeiro mandato do ex-presidente Lula em 2003 – passando este por dois mandatos seguidos – e é continuado pela presidenta eleita nas eleições de 2011 e reeleita em 2014, Dilma Rousseff – que tem o mandato interrompido via impeachment. Portanto, o governo petista passa quinze anos no poder, marcando esses anos por políticas assistencialistas e de viés neoliberal.

As políticas neoliberais não são exclusividade dos governos Lula e Dilma, pois começam a ser implantadas há quase duas décadas anteriores ao pleito petista (PAULANI, 2006). Essas práticas econômicas de governo vêm sendo realizadas desde governos como Fernando Collor e Fernando Henrique, e continuam em governos posteriores, ampliando o campo de atuação do capital privado e do livre comércio (LEME, 2010), e assim fortalecendo a ideia de Estado mínimo.

Apesar das controvérsias sobre o empenho de políticas petistas (compensatórias e sociais) afirmadas por autores como (BOITO, 2003) e (ANTUNES, 2004), o fato é que elas serviam de mão dupla para o aprofundamento das políticas neoliberais. Apesar do posicionamento tomado pelo governo, constata-se que não houve um rompimento com as práticas neoliberais, mas um avanço na relação com o capital privado nas áreas de energia e transporte (BOITO, 2003). Isso pode ser mais bem compreendido pela proposta trazida com Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Programa é a experiência mais nítida de acordos entre Estado e o capital privado. Introduzido do ano de 2007:

O programa centraliza os planejamentos e acompanhamentos da introdução de infraestrutura, facilitando a aceleração do desenvolvimento sustentável, aumento da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e sociais, com o envolvimento em ações conjuntas, como as PPPs (governo e iniciativa privada) (SILVA, 2015)

Baseado na premissa de expansão dos investimentos, o Programa se organiza em duas frentes: infraestrutura e ampliação do crédito (SILVA, 2015). Portanto, estimula-se os setores produtivos nas três esferas: municipal, estadual e federal. Dessa forma, as ações do PAC estão sustentadas pelas seguintes estratégias, conforme Jardim (2015):

- Uma programação maciça de investimentos em infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos etc.), geração de energia e infraestrutura social (saneamento e habitação), com grande participação das empresas estatais e bancos públicos;
- Um conjunto de incentivos tributários (exonerações fiscais a setores e bens específicos) e financeiros (expansão e redução do custo do crédito para investimento) ao setor privado, complementado por arranjos institucionais voltados para o estabelecimento de regras estáveis e condições de segurança jurídica ao investimento privado na indústria e na infraestrutura;
- Um arranjo de compromissos da política fiscal e monetária até 2010 (cujo elemento central é a redução progressiva da taxa básica de juros da economia), tendo em vista viabilizar o financiamento do programa de investimento público (pela, entre outras coisas, redução do superávit primário e da velocidade de crescimento dos gastos com pessoal) e tornar consistente em termos macroeconômicos o programa de crescimento, o dispêndio público e a estabilização de preços.

Dessa forma, vai se estruturando mais uma etapa da economia neoliberal no Brasil e, assim, arquitetando-se uma ambientação no campo nacional utilizando um discurso melhorado da ampliação de políticas sociais e geração de emprego. A meta principal do programa é tornar o país um campo atrativo ao capital internacional, posicionando-o na reta dos investimentos.

Na premissa de proporcionar condições e dar garantias, fatores como o do setor energético passaram a ser priorizados – apesar do cenário desfavorável, marcado por casos de corrupção, instalado dentro da Petrobras. Políticas neste sentido vão ao descompasso energético, e medidas são adotadas como a de bandeiras tarifárias (ROSA, 2015). É inegável que o fator energético é fundamental para o funcionamento das cidades.

Embora o Brasil tenha à disposição um quadro favorável ao setor energético, quando tratamos das possibilidades de aproveitamento da matriz energética existente ainda persiste a ausência de investimentos em tecnologias que de fato possam aliar a compensação à diminuição de danos ambientais e sociais (ROSA, 2015). O que se pode observar sobre a diversificação da matriz e investimentos neste período dos governos petistas é que houve um empenho significativo na expansão deste setor, principalmente na construção de usinas hidrelétricas.

A cada período a perspectiva do desenvolvimento é vista por um ângulo, no momento é tida pela perspectiva da infraestrutura, conforme (PASE e ROCHA, 2010) as políticas de infraestrutura são baseadas em formatos de um novo gerenciamento público, criando uma alternativa de libertação das amarras do Estado e passando a ser a solução para os problemas da administração pública.

Como o desajuste fiscal e orçamentário passa a contribuir para um cenário de descrédito (PASE e ROCHA, 2010) e passa, também, a ser um obstáculo para atuação do Estado perante o sistema financeiro mundial, a delegação de poderes a instituições independentes do sistema político passa a ser uma estratégia fundamental na construção ou resgate da credibilidade.

Isso é verificado no governo Lula quando se compromete em dar continuidade às políticas de reforma do Estado. Quando se estabelece o compromisso de cumprir contratos já firmados, o mercado se abranda, e a eleição no ano de 2002 é garantida (PASE e ROCHA, 2010). Essa postura define o formato do novo governo e de como este pretende atuar.

Embora um novo governo, os acordos e parcerias ainda resistem, garantindo “novas formas” para o “velho” estilo político. Com isso, PASE e Rocha (2010) reforçam o fato de que são executados muitos projetos já definidos em governos anteriores, logo, reforçadas as ideias e as decisões do passado, constrangendo e determinando políticas públicas futuras. Dessa forma, o novo governo passa a ajustar e incrementar ações que possibilitem sua gestão.

Seguindo os traços de neutralidade política, o setor energético passa a se fragmentar em unidades de geração, transmissão e distribuição. Esse rearranjo possibilitou que instituições independentes produzissem e distribuíssem (PASE e ROCHA, 2010). O fato da terceirização desse setor fez da energia elétrica uma mercadoria.

Coube ao presidente a regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPPs), passando ao Estado o papel de agente financiador de projetos hidroelétricos, e ficando a cargo das Sociedades de Propósito Específico (SPE) a condução desses projetos.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é apenas uma vertente moderna do chamado desenvolvimento, sendo o modelo ideal da gestão de infraestrutura. Imbricado o contexto Amazônico, trataremos da constituição de uma face dessa ampla proposta à instalação de empreendimentos hidrelétricos. Enquanto o modelo de administração neoliberal materializa a ideia de gestão por infraestrutura (PASE e ROCHA, 2010), o Estado passa a financiar, enquanto o lucro gerado passa a ser administrado pela esfera privada.

Concordamos com PASE e Rocha, quando concluem que as políticas públicas de Infraestrutura constituem um ciclo, tendo início no processo eleitoral, nas disputas no legislativo e, também, na mobilização dos grupos de interesse e na formação da opinião pública, através da mídia, conforme já explicitado, em governos passados.

É lançado, durante o segundo mandato do governo Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com a melhoria do ambiente de investimentos, reacendeu-se a possibilidade de reaquecimento da economia, por meio de projetos infraestruturas (LEITÃO, 2009).

A proposta já nasce como possibilidade de ser uma engrenagem para a economia do país, trazendo como missão a geração de emprego e a dinamização dos diversos setores econômicos. Sobre este aspecto, Leitão (2009) aponta falhas no escopo do programa, quando trata da atuação setorializada, e quanto à competência deste no crescimento da economia. De fato, as dimensões da proposta colocam em cheque a eficácia do programa, tendo em vista as dimensões espaciais de um país como o Brasil e suas especificidades continentais.

De todo modo, Leitão (2009) pontua que as contradições do chamado desenvolvimento territorial têm contribuído para as desigualdades socioespaciais, para disparidades regionais e para a tendência da fragmentação do território nacional. Neste sentido, entendemos como necessário discorrer sobre os aspectos conjunturais vivenciados principalmente no decorrer da década de 1970, sabendo que estes contextos foram aprimorados no atual cenário.

A construção de empreendimentos dessa magnitude compreende uma lógica circunscrita na conjuntura de uma política territorial, que conforme Borges

(BORGES, 2018) compreende também uma iniciativa motivada tanto pela soberania nacional quanto pela abertura e desenvolvimento de mercados, sejam eles locais ou externos. De todo modo, a prática evidencia o processo de apropriação não apenas do Estado, mas dos diversos setores engajados.

Enquanto política territorial, entendemos essa conforme Borges (2018), definindo não apenas pela abrangência, mas por todo processo, a partir do qual esta foi gestada. Passamos a compreender que ela se constitui de uma estrutura geral que é a do Estado aliado às forças restantes. Isso se atrela ao atendimento de outras demandas, tais como a indústria, o transporte e até o contexto externo aos países de origem.

Dessa forma, a construção de empreendimentos hidroelétricos, em suma, está ligada a uma lógica externa, que a condiciona. De acordo com Mello (MELLO, 2006), existem motivações para as políticas implantadas na Amazônia com fins diversos. E da insurgência desses diferentes fins é que emergem os conflitos.

Sobre a lógica de atuação estatal, Mello (2006) ressalta a estruturação fomentada pelo Estado, que se confirma por Borges (2018), ao verificar a lógica do PAC, respondendo à magnitude desses empreendimentos, no que refere ao capital investido e à força de desestruturação, impactando realidades locais. Vale destacar que a compreensão política territorial tem forte relação com a conexão regional de esferas que visam à integração nacional, como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e a política de Eixos Nacionais de Integração e de Desenvolvimento (ENID) (BORGES, 2018), sendo estas uma escala continental e o PAC uma versão de porte nacional.

Conforme Borges (2018), a IIRSA visa formar um corredor de exportação, distanciando-se de uma integração interna e abrindo as fronteiras para a dinâmica de mercado externa. Assim favorecendo o fluxo de pessoas, mercadorias, informações e capitais, e desbravando novas fronteiras de mercado (CASTRO, 2017), inserindo-se em uma nova lógica de dominação em curso.

O que passa a estar em jogo é o mercado da Pan-Amazônia (CASTRO, 2017), considerando que essa região está estrategicamente localizada, tendo em vista a geopolítica brasileira e sul-americana. Esse espaço passa a ser cobiçado pela possível rota da economia mundializada. Bruckmann (2011) discorre sobre os reais interesses, na estratégia sul-americana, das grandes potências pelos recursos disponíveis nesses países:

La disputa global por los recursos naturales es uno de los elementos más marcantes de la dinámica Del capitalismo contemporáneo y de su lógica de acumulación. América del Sur es un espacio importante de esta disputa, por la dimensión de las reservas de recursos estratégicos que posee y por su condición histórica de ser una región exportadora de materias primas. El alto grado de vulnerabilidad y dependencia de importaciones que Estados Unidos tiene en relación a un gran número de minerales que América Latina produce, y la creciente demanda china de estos recursos, muestran que la región tiene enormes condiciones de negociación y una oportunidad histórica para asumir soberanamente la gestión económica y científica de los recursos minerales que posee. Por la envergadura de estos objetivos y por la dimensión de los intereses en disputa, este proyecto solo podrá avanzar si es asumido como una estrategia regional. (BRUCKMANN, 2011)

No que tange a disponibilidade de recursos minerais e suas aplicações no campo científico do desenvolvimento, para a autora, o papel da Amazônia no âmbito regional sul-americano é de extrema importância. Dado o crescimento do uso e do aprimoramento tecnológico apresenta-se um novo uso destes recursos na produção do conhecimento científico. Bruckmann (2011) fala em politização da natureza ao ressaltar o processo de dominação dos recursos pelas potências hegemônicas, ocasionando um processo de insustentabilidade:

El conocimiento creciente de los recursos naturales, de la materia, de la vida y de la naturaleza em su conjunto no sólo implica grandes avances científicos y tecnológicos, elevación drástica de la productividad del trabajo y una creciente capacidad de acumulación de capital (concentración, centralización y estatización) sino que nos instala frente a un problema esencialmente político: la sustentabilidad del planeta frente a la insustentabilidad del capitalismo contemporáneo, sus formas de acumulación y sus límites para superar la anarquía del mercado y para gestionar el desarrollo de las fuerzas productivas a nivel planetario. (BRUCKMANN, 2011)

Conforme a autora, o mesmo mercado consumidor de matérias-primas explora, consome e destrói a fonte de recursos, promovendo um ciclo irracional do processo de produção do capitalismo. Assim, conformando ciclos de inovação científica, tecnológica e econômica presentes na dicotomia do uso sustentável de recursos naturais, orientados para atender às necessidades da maioria dos atores sociais e, em outros momentos, focando na exploração e expropriação de recursos e pessoas (BRUCKMANN, 2011). Como resultado deste ciclo, têm-se os processos de rupturas, expropriações e desterritorialização.

Tais fatos resultam em desestruturação dos territórios e, conseqüentemente, das territorialidades de comunidades que são afetadas por empreendimentos de

diversas magnitudes. Como enunciado por Castro (2017), a Amazônia passa pela transformação que atinge territórios, que não são reconhecidos pelos empreendimentos de grande vultuosidade (CASTRO, 2017), ficando nítida a invisibilidade de populações que mantêm uma estrita relação de dependência dos recursos naturais. A apropriação dos espaços é feita pelos diversos agentes do capital – seja o Estado, empresas ou demais instituições – que cooperam para o processo de expropriação dessas populações, ao passo que contribuem para a materialização dos conflitos.

Estes conflitos ocorrem em diferentes níveis de acordo com as resistências dos diferentes grupos e aglomerações populacionais. Tendo suas territorialidades afetadas pela iminência de projetos de grande vulto, passam a perder espaços comuns das suas sociabilidades. Neste sentido, enquadram-se nas grandes contradições do chamado desenvolvimento.

A oportunidade de lucro fácil traz as contradições do desenvolvimento e relembra as práticas coloniais de exploração europeia (CASTRO, 2017). No contexto amazônico, vale salientar que as recentes modificações são decorrentes das mudanças na sociedade e na economia. Esses processos mudam as relações internas e mesmo o papel da Amazônia perante o cenário internacional.

O processo de terceirização do Estado (PASE e ROCHA, 2010) sempre esteve presente na sua própria postura também no caso da Amazônia. A dificuldade de acesso, dada a distância dos grandes centros, motivou ações e projetos que revelaram muito cedo as articulações e mobilizações para o norte. Abrindo caminho para atuação de empresas como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), revestida do poder na região de Carajás, que monopolizou durante anos a atividade mineral, impossibilitando a vinda de outras empresas e afastando qualquer possibilidade de negócio para a população senão a envolvida no minério (PALHETA, 2004).

Vivenciando quase cinquenta anos de exploração do manganês, o Amapá tem sua experiência com a atuação de empresas neste ramo, mas apesar de ter um longo período de exploração, muito pouco do capital dessa atividade se internalizou. Devido à capacidade de ser uma atividade que se mostrou bastante competitiva, acreditou-se na possibilidade de modernização e do desenvolvimento regional (MONTEIRO, 2003) – acerca dos reinvestimentos na região, estes têm alguma ligação com a atividade.

Conforme ressalta Monteiro (2003), houve uma política de reinversão na qual

criaram-se extensões da atividade da mineração, constatando a criação da usina de pelotização e sinterização do minério. Em outras atividades, houve um reinvestimento na criação da Companhia Ferro Liga do Amapá, na Bruynzeel Madeira S.A, na Amapá Florestal Celulose e na Companhia de Dendê do Amapá. Ressalta-se que, apesar do longo período na região, ainda foi baixa a capacidade de interiorizar capital.

Como abordada, a Amazônia nunca perdeu sua posição de fronteira do capital natural e a exploração de minérios é o principal vetor das transformações no espaço Amazônico. Compreendendo todos os aspectos vivenciados ao longo da trajetória de exploração de recursos naturais, o estado do Amapá de modo mais recente apresenta a expansão do setor energético por via do estabelecimento de um complexo de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) ao longo Rio Araguari.

A expansão hidrelétrica no estado do Amapá é uma necessidade encontrada desde a década de 70, quando foi concretizada a instalação da primeira hidroelétrica chamada Coaracy Nunes. Até então, o abastecimento era realizado por pequenas centrais termoelétricas. Com o aumento populacional, decorrente de atividades que polarizavam esta região, houve a necessidade do aprimoramento do abastecimento de energia (VIANA, 2017). Portanto, a demanda por energia cresce proporcionalmente ao aumento populacional, este que fica evidenciado no processo de transição de território para estado (VIANA, 2017).

Vale ressaltar que nesse período que compreende a década de 1980 houve uma intensa transformação com a criação do Distrito Industrial de Santana, a instituição do Parque Nacional do Cabo de Orange, além da venda Jari Celulose e da CADAM ao proprietário da CAEMI. Dentre outros efeitos estão a demarcação de terras indígenas, a criação de reservas e unidades de conservação e ampliação do número de municípios.

Dessa forma, a ampliação do setor converge com atuação da indústria mineral. Segundo Viana (2017), a instalação da mineradora ICOMI contribuiu significativamente para o desenvolvimento do Amapá. Apesar das controvérsias do conceito de desenvolvimento, é por esse empreendimento que se estabelece a primeira hidrelétrica da região norte. Posteriormente, outras empresas veem a possibilidade de instalar seus empreendimentos na região, como a Amapá Floresta Celulose S.A (AMCEL) em Porto Grande (1976) e a Companhia Dendê do Amapá.

Decorrido o período de transição política e administrativa na gestão do Amapá, este passou pelo processo de intensa diversificação econômica. Ampliando o setor da indústria, comércio, beneficiamento da madeira, pesca, recursos florestais e a área de livre comércio do Amapá (PORTO, 2002). A partir disso foi executado um plano de governo com vistas a beneficiar as demandas sociais e ambientais.

Com isso amplia-se a demanda por energia ocasionando um processo de estrangulamento no fornecimento (VIANA, 2017). Devido à estiagem dos rios, ao crescimento dos bairros e às ocupações em Macapá, sem um controle desse uso energético é apontada a existência de desvios. Ressalta-se que durante o período de 1988 a 2000 o consumo foi triplicado (PORTO, 2002), levando ao colapso do fornecimento, o Amapá ficou sujeito ao racionamento de energia.

Como alternativa, o governo buscou, através de estudos, a viabilidade de outras formas de geração de energia junto a Eletronorte, que constatou que a capacidade de geração é bem maior que a de consumo (VIANA, 2017). A solução apontada resultou na possibilidade de construção de uma ou mais barragens a jusante, que fariam o aproveitamento da água acumulada da usina Coaracy Nunes para a geração de energia. Apesar do insucesso decorrido da busca por financiamento a fim de superar a limitação energética, o Amapá passa integrar o Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2015.

Para isso, a Coaracy Nunes passa pelo processo de renovação de concessão, que celebra o contrato a partir de três unidades geradoras no Rio Araguari, na potência instalada de 78000 kW. As atuais geradoras de energia presentes no Rio Araguari resultam de estudos autorizados pela ANEEL e outorgadas às empresas Construtora Norberto Odebrecht S.A (CNO) e Neenergia Investimentos S.A (NEO) no ano de 2008.

Ambas as hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão se embasam em suas características de pequenas centrais por serem geração a fio da água, pois não possuem os mesmos efeitos de grandes centrais hidrelétricas, ainda que possuam potencial para a geração de energia. Apesar da justificativa utilizada para o estabelecimento das usinas, o fato é que ambas tratam-se de um empreendimento que visa os desníveis dos rios, alagamentos de lotes, remanejamento de populações, ou seja, efeitos que já constituem fatores suficientes para dimensionar o impacto relatado.

Apesar do levantamento apresentado pelos estudos realizados nas áreas de influência direta e indireta, os impactos ambientais e sociais são bem maiores que os apresentados, tendo em vista que os já citados não deixam de ser menos importantes, tais como apontado a seguir (ECOTUMUCUMAQUE, 2009):

Desmatamento da mata ciliar em grandes extensões do rio Araguari; Revolvimento dos fundos dos canais dos rios Araguari e Amapari pela extração de seixo; Atividades de mineração na APP para exploração industrial de brita; Represamento do corpo hídrico para fins de geração de energia pela UHECN (que provocou o alagamento de extensas áreas de cobertura vegetal nativa); Manutenção da biomassa no interior do reservatório da UHECN (árvores denominadas de paliteiras); Agropecuária e bubalinocultura extensiva no baixo Araguari; Índícios de assoreamento do baixo Araguari e tendência do avanço do mar para dentro do continente após a cidade de Cutias do Araguari; Problemas de contaminação por esgoto nas proximidades das cidades ribeirinhas de Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias. Observaram-se variações significativas na concentração de coliformes fecais de acordo com a distância desses locais; PH, coliformes termotolerantes, cor, ferro dissolvido, alumínio dissolvido e fósforo total apresentaram não conformidades em relação à Resolução CONAMA 357/2005.(ECOTUMUCUMAQUE, 2009)

Os aspectos que restringem a disponibilidade dos usos, como desenvolvimento de atividades do cunho social e ambiental são as práticas de reprodução da vida, como trafegabilidade, a expansão dos afazeres domésticos, bem como o lazer, e estes ficam restringidos. Já que o rio agora passa a ter uma nova utilidade: a geração de energia.

Dessa forma, é necessário cumprir o entendimento de que os levantamentos realizados constituem formas desumanizadas de compreensão da realidade local, tendo em vista que cumprem como uniforme as relações, distanciando-se assim da apreensão das diversas “realidades” que podem ser observadas na complexidade do espaço amazônico, excluindo de suas avaliações os aspectos que constituem como elementos necessários para manutenção do modo de vida amazônico.

Vale lembrar que a compreensão do curso fluvial de um rio não é apenas uma via de acesso ou transporte, mas parte da compreensão de uma lógica que é territorial, é a extensão do lar, é lugar do trabalho da pesca, do aprender e do ensinar. Estes são elementos que constituem a materialidade das territorialidades.

É na defesa dos direitos e do cumprimento da garantia das territorialidades das minorias, que os movimentos de resistência se articulam e mobilizam suas lutas, quando encurralados pelos ciclos de produção capitalista.

2.7 CONTEXTO BOLSONARISTA: CENÁRIO DE INCERTEZAS

O cenário encontrado no Brasil, mais especificamente o contexto da Amazônia, é resultado de um processo instalado há uma década. Com a crise instaurada na Europa e depois nos Estados Unidos, o Brasil se via de certa forma imune ao que estava acontecendo, no entanto, não aconteceu como previsto.

São muitos os fatores que contribuem para a instauração do presente cenário. Conforme Brum (2019), o Brasil enquanto se vê como um país do futuro também se percebe atolado no passado, fato explícito nos governos já citados anteriormente. Exemplo disso é o estabelecimento de políticas como o PAC, que acentuam o uso dos recursos ambientais para geração de energia nas usinas hidrelétricas. Tais problemas passam a ser aprofundados no atual governo.

Com o avanço de políticas neoliberais, o governo petista perde espaço e entra em declínio no segundo mandato do governo Dilma. A crise de governo, junto do reposicionamento da presidenta, abriu caminhos para o seu declínio. À medida que a crise política, econômica, cultural e social se instala, um novo movimento é articulado, trata-se do chamado antipetismo. Esse movimento geral indicava a ascensão futura de um novo governo pautado no conservadorismo (ALMEIDA, 2019).

De acordo com Brum (2019), o governo de Bolsonaro é pautado em dois grandes “partidos” não formais e poderosos, cujas atuações ocorrem fora e dentro do Congresso: os ruralistas e os evangélicos. Para Brum (2019) a conta com os ruralistas é a Amazônia e parte do cerrado.

Almeida (2019) aponta três indícios da chegada bolsonarista ao poder: o descrédito construído no desapontamento da população com a postura ética, durante os governos petistas; as mobilizações de rua, que inicialmente mostraram-se aleatórias, mas que foram afunilando, em seu objeto ideológico; e o uso das mídias sociais, enquanto recurso de mobilização instantânea. Com as mobilizações, instala-se um clima de instabilidade, que foi seguido pela sensação de insegurança no país, com o, então, presidente Michel Temer, que assumiu o poder, no início de 2018, depois do *impeachment*.

Com o clima de instabilidade, algumas figuras do campo militar foram ganhando espaço, dando andamento para a eleição do atual presidente. A eleição de Bolsonaro é resultado de conjunturas específicas e processos estruturais. Sobre

isso, Almeida (2019) aponta, como elemento dessas conjunturas, quatro linhas de forças sociais, nas quais estão o conservadorismo e o evangelismo, que atuam sobre a economia, a moral, a segurança e a sociedade, sendo, portanto, vetores que encontram na posição do, então, candidato, a melhor representação (ALMEIDA, 2019).

Portanto, sobre a chegada de Bolsonaro ao pleito, compreendemos, assim como Almeida (2019), que existem três linhas de forças:

- A primeira linha de força se refere ao papel que deve ter o Estado na economia. A crítica veio, principalmente, dos setores médios, que não se viram contemplados pelas políticas dos governos petistas por não possuírem certos atributos de vulnerabilidade (cor de pele ou condições materiais, por exemplo);
- A segunda linha de força se refere à moralidade e aos costumes. O Brasil, principalmente com a redemocratização, experimentou mudanças consideradas progressistas, em termos de direitos reprodutivos e sexuais. De um lado, um movimento de manutenção da fé cristã e, de outro, um movimento proativo e transformador dos comportamentos, alicerçado pelo evangelismo;
- A terceira linha de força se refere a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais, que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas do aparelho do Estado. Entre elas, estão: a redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, entre outras ações, que ampliam e legitimam a violência do Estado.

Essas linhas de força contribuem para o entendimento de como partiu a articulação e de como se sustentaram os discursos motivadores do atual presidente. Almeida (2019) pontua que a construção da nova direita, em termos de ações, muito se assemelha ao discurso encontrado nos anos 1980, que focava nos costumes e comportamentos. Almeida também atenta-nos, em vista de evitar generalizações, que nem todos os conservadores são evangélicos, e que nem todos evangélicos são conservadores, embora a constelação conservadora tenha camadas profundas e longevas (ALMEIDA, 2019).

Visto que o partido do atual presidente conquistou o maior número de eleitos e possui o apoio da bancada ruralista, evangélica e também de outros seguimentos, as oportunidades para o cumprimento de seus interesses foram visualizadas. E assim, não é surpresa que a área mais afetada pelos posicionamentos e decisões do presidente seja a ambiental.

O Estado tem fragilizado as estruturas de regulação e proteção ambiental, e isso vem incidindo diretamente sobre os recentes quadros de degradação ambiental (AMARAL, 2019). Entre as principais tomadas de decisões do atual presidente estão as mudanças nas políticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a anulação de multas, a exoneração de servidores e o enfraquecimento das garantias das Áreas de Proteção Ambiental. Essa postura atingiu principalmente os fundos que garantiam a fiscalização sobre as queimadas, o que também implicou na quebra do apoio vindo de países como a Noruega e Alemanha, que cortaram o repasse de verbas.

Além disso, a postura do presidente tem-se mostrado descompromissada com os recentes incêndios na Amazônia. As principais atitudes tomadas pelo presidente têm sido as de substituição por militares, como fez com o ICMBio e o INPE. Bolsonaro tem pactuado com a manutenção de atividades ligadas tanto ao agronegócio como às madeireiras.

Nos primeiros doze meses, o governo Bolsonaro listou uma série de eventos que enfraquecem a política de proteção ambiental e, conseqüentemente, contribuem para o processo de degradação ambiental na Amazônia. Conforme Amaral (AMARAL, 2019), são eles:

- Serviço Florestal Brasileiro passa ao comando do Ministério da Agricultura;
- MMA exonera 21 dos 27 superintendentes do Ibama;
- Governo bloqueia verbas de combate ao incêndio e fiscalização;
- MMA cria núcleo para revisar aplicação de multas;
- Operações de fiscalização caem 70% na Amazônia;
- Ministro ataca Fundo Amazônia; países doadores ameaçam cortar doações;
- Ibama avisa em seu site onde serão as ações de fiscalização;
- Em seis meses, 22% dos municípios registram desmatamento;
- Desmatamento na Amazônia é 90% maior que em junho de 2018;
- Acuado por madeireiros, o Ibama aborta operação em Rondônia;
- Salles faz visita a madeireiros em Rondônia após atos contra o Ibama;

- Ainda sem licença ambiental, deseja-se pavimentar rodovia que corta Amazônia;
- Salles, Noruega e Alemanha admitem que o Fundo Amazônia pode acabar;
- Por aumento de desmate, Alemanha suspende parte de verba que iria para a Amazônia.

Com este cenário de perdas em menos de um ano de governo, pontua-se que ele pode piorar no ano de 2020, já que nenhuma medida, no sentido de reparação às queimadas, foi ainda tomada (MAPBIOMAS, 2020). A postura do governo tem colecionado críticas quanto a sua postura de desmonte das políticas ambientais. Países como França e Alemanha vêm se posicionando contra a atitude do presidente, que tem ido na contramão do compromisso ambiental.

Não há dúvidas sobre o posicionamento que o então presidente tomaria, uma vez que este comunga as ideais das suas bases. Logo que empossado, uma das principais medidas tomadas se dirigiu à população indígena, transferindo o poder até então exercido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, liderado pela bancada do agronegócio (FARIAS, 2019). Dessa forma, fica nítido um período difícil de diálogo entre povos tradicionais e o Estado: é o retorno de uma política de extinção desses povos.

Com a desestruturação da política ambiental, os povos tradicionais passam a ser os mais afetados, já que expostos, e ficam à deriva de possíveis soluções no processo de reconhecimento de sua identidade territorial — assim como ocorreu na costa brasileira, quando houve derramamento de óleo, que atingiu duzentas localidades. O acidente ocorrido em outubro de 2019 afetou principalmente a reprodução da vida das famílias dos pescadores artesanais. Uma vez que é também uma rota turística do nordeste, são duas as formas de se ganhar a vida lá — ou pela pesca, ou pelo turismo —, e a principal fonte de renda foi atingida (NATUREZA, 2019).

O descaso do governo atual prejudica as conquistas reivindicadas durante anos pelas populações tradicionais, pautadas no reconhecimento de suas organizações (CALEGARE, HIGUCHI e BRUNO, 2014). De fato, a experiência na Amazônia das lutas sociais frente aos grandes projetos foi um dos principais motores para a interpretação e a formação de um novo conceito que se refere às comunidades tradicionais, compreendendo que estas são plurais e diversas, e assim

superando o protecionismo preestabelecido pelas unidades de conservação.

A emergência do grande capital na Amazônia, nos anos 1960, é o estopim de uma série de conflitos, tendo em vista o isolamento da região e a subordinação de alguns grupos (LOUREIRO, 2004). Com isso, tais grupos, sujeitos à subordinação, passam a se organizar incentivados por instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O enfrentamento surge pela necessidade de garantir a sobrevivência pelo acesso aos recursos naturais (CALEGARE, HIGUCHI e BRUNO, 2014).

Sobre as mobilizações, Diegues (DIEGUES, 2004) pontua que as reações podem ocorrer de diferentes formas: a) movimentos autônomos localizados; b) movimentos locais tutelados pelo Estado; c) movimentos locais com alianças incipientes com ONGs; movimentos locais com inserção em movimentos sociais amplos. Um exemplo ocorre com o movimento dos atingidos por barragens na década de 70.

A organização do movimento dos seringueiros e dos extrativistas do Vale do Acre ganha destaque nacional e internacional. Movimento sindical apoiado por diversas instituições, tem como resultado a criação da primeira Reserva Extrativista do Alto Juruá. Conforme Almeida (ALMEIDA, 1994), na década de 1980 surgiam outros movimentos nesse sentido na Amazônia, aliando interesses em comum. Dessa forma os programas governamentais acabaram funcionando como motivação, isso marca um período de articulações, no qual alinhados em “unidades de mobilização” passam a constituir movimentos de luta localizada e imediata.

Portanto, este movimento, assim como as exigências internacionais na inserção de propostas de gestão compartilhada (CALEGARE, HIGUCHI e BRUNO, 2014), leva o governo da época a criar medidas para a região, por exemplo: o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal – Programa Nossa Natureza (Decreto nº96944/88), o Ibama (Lei 7735/89) e a disposição sobre a RESEX.

Anos mais tarde, haveria o reconhecimento jurídico das populações tradicionais, especialmente pela adesão mais ativa de tratados internacionais. Com isso, garantiu-se espaço de modo ativo no contexto das políticas na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPTC) (Decreto nº10408 de 27/12/2004).

Com a evolução e organização da discussão, compreendeu-se que as

populações tradicionais extrapolavam os espaços das Unidades de Conservação (UCs). Assim, considerando a pluralidade dos diversos grupos, o mais viável seria trabalhar o termo de populações e comunidades tradicionais. Passando a dar uma dimensão da amplitude dos grupos, é possível realizar o reconhecimento dos diversos grupos e de suas lutas; sobre isso, conferir os autores (Diegues, Arruda e Almeida).

Em 2006, a até então chamada Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável Das Comunidades Tradicionais foi reformulada e renomeada, tornando-se Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 10884 de 13/07/2006), cuja sigla já mencionada é CNPCT. Dessa forma fica definido o decreto nº 6040/07. No Art. 3, há a definição clara de quem são os Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (Nº6040/, 2007)

Os envolvidos passam pela autodeterminação através de suas lutas. O termo **tradicional** passa a ser visto como sinônimo de construção coletiva, ressignificando o sentido de atraso (ALMEIDA, 1994). Este marco registra e reconhece as diversidades, as práticas e as expressões culturais dos povos. Como instrumento para esse reconhecimento, a cartografia social, ou nova cartografia, faz o esforço de mapeamento social, mas, apesar do decreto, isso não significa que esteja vigorando conforme o previsto (CALEGARE, HIGUCHI e BRUNO, 2014), não diferindo da autodeterminação circunscrita pela luta dos movimentos dos povos e comunidades tradicionais, que no tópico a seguir buscou-se caracterizar.

As estratégias de manutenção territorial sobre o espaço amazônico vêm sendo construídas há décadas por processos de uso, ocupação e domínio territorial. A inserção é possibilitada pela exploração de atividades extrativas, garantindo a aproximação do território e das territorialidades existentes, e efetuando, durante esse período, a exploração primária dos recursos e da população nativa. Essas estratégias passam a ser aprimoradas e apropriadas pelos agentes do Estado com a finalidade de articular a internalização do espaço amazônico. Acentuadas as relações de exploração e a pressão sobre os recursos naturais, ver-se-á a

necessidade do fortalecimento das lutas e das mobilizações das populações tradicionais da Amazônia em vista de garantir o reconhecimento de seus territórios e de suas territorialidades. Com o avanço dos grandes projetos na Amazônia, as lutas de resistência são motivadas principalmente pela manutenção dessas territorialidades.

3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DE PORTO GRANDE – AMAPÁ

Neste capítulo, busca-se fazer a caracterização da comunidade pesqueira em Porto Grande, Amapá. Tomaremos por base a caracterização do município de Porto Grande enquanto ponto de partida para esta pesquisa, seguido da caracterização dos sujeitos, pescadores artesanais do Rio Araguari, e do comércio em Porto Grande.

Para a presente caracterização retomaremos a evolução teórica de estudos sobre os povos da Amazônia, ressaltando trabalhos pioneiros como o de Charles Wagley, com sua experiência nas sociedades amazônicas e suas contribuições ao descrever as comunidades ribeirinhas e indígenas. Apesar do legado e da limitação presente na época, esse pesquisador é a base para os estudos posteriores. Somados a outros estudos neste mesmo campo de reflexão estão La Blache, Maximilien Sorre e Silva (2006).

Nesse sentido, ao estudar o trecho médio do Rio Araguari, a cidade de Ferreira Gomes - AP, Marinho (2018) conduz sua pesquisa sobre pesca por meio da análise de impactos nos modos de vida, destacando, sobretudo, o impacto econômico ocasionado pela interferência da (re)organização espacial.

A compreensão das estratégias e dos processos de apropriações implica a compreensão da reprodução social da vida, no sentido da existência. Seguiremos com a caracterização.

3.1 BREVES APONTAMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES AMAZÔNICAS

Comumente ao tratarmos das comunidades e populações tradicionais, remetemo-nos a conceituações sobre o modo de vida. Deste modo, apontamos algumas contribuições a cerca do conceito conferido a La Blache (2005), que remete a processos de ação metódica e contínua, que agem fortemente sobre a natureza. Para Sorre, são exemplos dessa interferência o gênero de vida e o conjunto coletivo de atividades transmitidas e consolidadas pela tradição.

La Blache (2005) ressalta os aspectos ligados à atuação do homem sobre os espaços, bem como as possibilidades inerentes às modificações, levando em conta o poder de adaptação e as transformações. Tal aspecto é possível devido ao grau de organização presente nas coletividades primitivas. Dentre as características desses grupos estão o elo de interesses recíprocos, como aponta o seguinte excerto:

Este conjunto de existências solidárias não está naturalmente a salvo de perturbações; há associações menos fortes, mais abertas. Basta que algumas partes se soltem para que o conjunto se dissolva. Mas há também associações fechadas e resistentes (BLACHE, 2005, p. 116).

Embora a presente citação se situe em uma temporalidade distinta, ela pode ser aplicada com adaptações. Essas coletividades passam por transformações ocasionadas pelos seus respectivos períodos, conforme trabalhado no capítulo de abertura deste trabalho. Para o autor referido, o homem se conforma em um ser ativo. O homem recebe influência do meio, mas também atua sobre ele, sendo assim um ser ativo. Por mais que as condições humanas sejam condicionadas pela atuação da natureza, o homem busca satisfazer suas necessidades, através dela, constituindo, então, uma relação homem-meio, ainda que no sentido de possibilidades para a ação humana.

Para Sorre, o gênero de vida está alinhado à perspectiva de um conjunto de elementos materiais, espirituais e técnicas, transmitidas pela tradição. Enquanto continuador de La Blache, este acreditava que os homens haveriam de assegurar o domínio dos elementos da natureza.

Para este teórico, havia dois tipos de traços distintos que podiam configurar sua análise: os traços criadores ou organizadores e os traços conservadores fixadores. O primeiro diz respeito às atividades sociais que estão na base da organização dos gêneros de vida; o segundo se constitui de elementos que contribuem para construção de hábitos e que perenizam a estrutura do gênero de vida. A estabilidade entre esses traços assegura o equilíbrio interno do gênero de vida (SORRE, 1984).

Os dois autores discorrem sobre as compreensões das influências internas e externas. La Blache aponta que as influências se organizam e se enraízam, deixando marcas nos indivíduos no sentido físico e mental, e que estes evoluem, adaptando-se às novas condições. Já para Sorre (1984), eles passam pelas

mudanças internas no meio geográfico e/ou pela introdução de elementos externos, graças aos processos de circulação. Essas perspectivas constituem as bases para os processos de transformações ocorridos na Amazônia nas últimas três décadas.

Sobre essas influências pode-se dizer que a inserção dos Grandes Projetos na Amazônia despertou no campo das ciências uma maior compreensão e um comprometimento com as comunidades. Em consequência dos impactos decorrentes da inserção de projetos de tamanha magnitude, despertou-se a atenção para análises mais minuciosas.

Os primeiros estudos como de Wagley e Galvão apresentavam os povos ribeirinhos de modo bastante descritivo. Wagley, antropólogo, inicia seus estudos na Amazônia no período de 1939-50, juntamente com seu colaborador, Eduardo Galvão. O pesquisador ressalta a região como isolada e subdesenvolvida. Apesar das contribuições feitas pelo autor, suas anotações exprimem juízo de valor sobre a região (AGRA e SILVA, 2013). Assim, os primeiros estudos realizados sobre a Amazônia ressaltam esse sentimento de superioridade sobre os povos amazônicos.

Mas as contribuições do autor não se resumem a esse aspecto, ainda que este seja um elemento importante para um debate sobre a identidade amazônica. As obras de Wagley (1988) apresentam singularidades sobre o sujeito amazônico no uso de ferramentas, instrumentos e técnicas aplicadas à caça e à coleta. Com isso, passa-se a fomentar a singularidade amazônica.

Agra e Silva (2013) apontam que sujeitos pertencentes a outras culturas vêm à cultura local e ao dono da terra, mas não os compreendem. Há uma limitação na leitura dos signos e nos significados existentes, ocasionando uma compreensão errônea, que repete a visão das famosas literaturas de viagem sobre a Amazônia.

A superação dessa lacuna é realizada a partir dos anos de 1960 com recorrência de estudos sobre as comunidades amazônicas. Com os efeitos dos grandes projetos, nasce a necessidade de apresentar os sujeitos tais como são. Há a necessidade de estudos sobre o homem ribeirinho enquanto construtor de significados pela organização social nas diversas comunidades amazônicas (AGRA e SILVA, 2013). Esse período converge com o período citado no capítulo 1 da emergência de movimentos no espaço amazônico.

Conforme Agra & Silva (2013), o repensar sobre o homem amazônico não desqualifica obras pioneiras, mas as qualifica, contribuindo para a construção de um

pensamento sobre a população amazônica a partir dos seus modos de vida, valores culturais, relações sociais e ambientais.

Sobre a perspectiva do atraso atribuído aos povos da Amazônia, Porto-Gonçalves (PORTO-GONÇALVES, 2015) sustenta que esses povos e essas populações, ao contrário do que se afirma, não têm problemas em assimilar novas tecnologias, em vista de ressaltar os movimentos que emergem na década de 1980, como os ocorridos no Acre sob a liderança de Chico Mendes. O autor destaca a relação construída pelas diversas coletividades durante esse período, imbuída pelo pensamento ecológico, que passa a estabelecer conexões de âmbito globais no campo do movimento ecológico.

Desse modo Silva (2006) ressalta que aspectos internos e externos influenciam nos modos de vida, fazendo que esses mudem ou se adaptem, dependendo da necessidade da sociedade. A instalação de empreendimentos hidrelétricos, bem como obras de grande vulto, passa a ressignificar espaços de uso de comunidades tradicionais, causando deslocamentos compulsórios e impactos socioambientais. Trata-se de vetores que passam a atuar dentro das coletividades e passam a dar um novo sentido aos movimentos em prol da garantia do reconhecimento de seus territórios e de suas territorialidades.

3.2 PORTO GRANDE: NA CONFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS

Localizada na confluência dos empreendimentos hidrelétricos, no trecho médio da bacia do Araguari, a cidade de Porto Grande se encontra na rota dos aproveitamentos hidrelétricos. Assim, é ressignificado o papel do rio (CORRÊA e PORTO, 2017), dadas as influências internas e externas, conforme Sorre (1984); Silva (2006).

Estando a 108 km de distância da capital do Amapá, faz limites com os municípios de Ferreira Gomes (norte e leste), Macapá, Mazagão, Santana (Sul) e Pedra Branca do Amaparí (Oeste). Correspondendo a uma área 4.401,763 km², representando 3,08% do território do Estado do Amapá e 0,051% do território brasileiro (AMAPÁ, 2013), a principal rota de acesso ao municipal é pela BR 156,

que liga Macapá ao Oiapoque, e cuja sede é localizada no entroncamento com a BR - 210 (Perimetral Norte).

Na economia, está voltada principalmente para o setor primário, destacando-se na fruticultura (laranja, banana, abacaxi, mamão) e na produção de farinha. Pode-se também mencionar o extrativismo de madeira em tora, o açaí, a criação de gado (bovino e bubalino) e a silvicultura com ênfase na exploração do *Eucalyptus spp.* para a fabricação de celulose. Quanto ao setor secundário, atividades industriais são incipientes, com concentração no setor madeireiro, imobiliário e na construção civil. Já no setor terciário, o serviço público é o maior responsável pela geração de empregos e pela dinamização da economia. A cidade possui várias empresas de serviços como oficinas, bares, restaurantes, supermercados, mercearias, farmácias, hotéis e hospedarias (AMAPÁ, 2013).

Sobre o histórico de Porto Grande, em meados de 1930 chegam até a localidade as primeiras famílias que sobreviviam do látex e que formariam um pequeno vilarejo às margens do Araguari. Em 1937, a corrida do ouro no Rio Amapari atraiu para a região de Porto Grande a chegada dos garimpeiros, que passam a ter essa área como um ponto de parada até o distrito do Cupixi e o município de Serra do Navio. Em 1940, o então governador Janary Gentil Nunes efetivou, de fato, o desenvolvimento da região, deixando a cargo desta a colônia agrícola do Matapi, tendo como objetivo o povoamento e o estímulo da produção agrícola do recém-criado Território Federal do Amapá (AMAPÁ, 2013).

O aumento da população na década de 70 tem influência da abertura da Rodovia Perimetral Norte e do início das atividades da Amapá Florestal Celulose S.A (AMCEL) e da Companhia de Palma do Amapá Ltda (COPALMA). A chegada das duas empresas é tomada como um fator determinante para o aumento populacional, impulsionando o desmembramento de Macapá. Outrora este era um distrito de Macapá pela Lei Federal nº 1.503, sendo seu território a partir de 15 de dezembro de 1951 desmembrado do distrito de Ferreira Gomes, também parte de Macapá. Foi elevado ao posto de município pela Lei Estadual nº 3 em 1 de maio de 1992 e instalado em 1 de janeiro de 1993.

Quanto a sua inserção regional, é classificado como um Centro Local, o que significa que sua centralidade e atuação não extrapolam os limites municipais (AMAPÁ, 2013), de modo que a produção e a oferta dos serviços direcionam-se apenas à satisfação das necessidades da população ali residente.

Na última década, a cidade de Porto Grande tem passado por modificações com a instalação de empreendimentos hidroelétricos no Rio Araguari, estando na área de influência direta das Usinas Hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão. Desde 2010 a região vem sendo objeto de interesse de Aproveitamentos Hidrelétricos.

Em termos hidrográficos, a Bacia do Araguari possui relevo plano (com declividade de 0,25 m/km), exceto em algumas regiões colinosas revestidas por florestas pluviais, que aparecem junto à borda ocidental da planície. Todavia, na maior parte da área da bacia formam-se regiões inundáveis no inverno. Sua porção ocidental é constituída por florestas pluviais e relevos irregulares. Porém, na região de Baixo Araguari, onde acontece o fenômeno da pororoca, a predominância é de uma planície fluvio-marinha (PROVAM, 1990).

Ainda sobre alguns aspectos do Rio Araguari e seus afluentes, assim como acerca das características que a conformam enquanto bacia, Barbara (2006) pontua que:

É formado pela confluência dos rios Mururé e Amapari, recebendo como afluentes os Rios Tapiti, Mutum, Tajai, Igarapé do Eduardo, Santo Antônio, Falsino, Igarapé da Ribeira, Igarapé Manuel, Jacinto, Tracajatuba, Aporema e Igarapé do Cordeiro. Próximo da cidade de Porto Grande ocorre a confluência com o Rio Amapari, onde, a partir de então, inicia seu trajeto pela Planície Costeira do Amapá, sendo sua foz no Oceano Atlântico. O PROVAM (1990) indica que a extensão aproximada do Rio Araguari é de 498 km, sendo ele dividido em três trechos: Curso Superior ou Alto Araguari (132 km); Curso Médio ou Médio Araguari (161 km), onde se encontra implantada a Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes; e Curso Inferior ou Baixo Araguari (205 km), que é a parte do rio onde ocorrem os menores índices de declividade. (PROVAM, 1990, p. 04)

Antes mesmo dos empreendimentos hidroelétricos nas águas do Araguari, a pesca artesanal era a fonte de alimento e subsistência de muitas famílias. Sobre os usos do Araguari, destaco a pesca artesanal, que é realizada tanto pelos pescadores ribeirinhos como pelos pescadores das cidades que compõem a bacia. Dentre estudos neste sentido, Marinho (MARINHO, 2018) analisa a atividade pesqueira no município de Ferreira Gomes à luz dos impactos socioambientais decorrentes dos empreendimentos hidroelétricos.

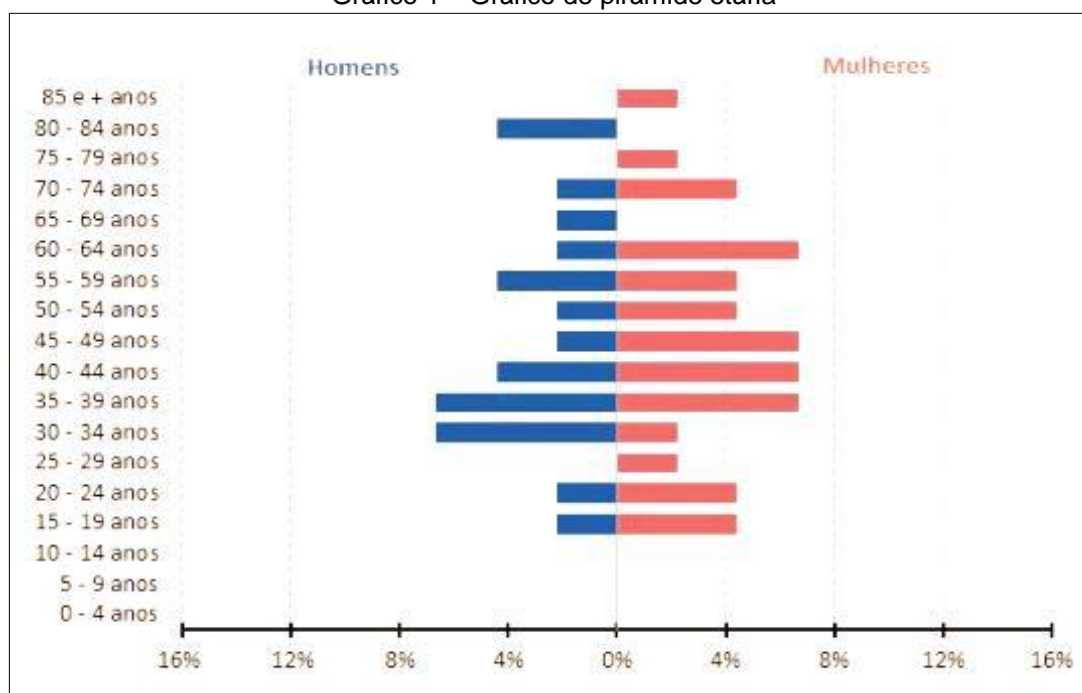
É visando compreender os sujeitos que utilizam o rio no processo de apropriação e estratégia de sobrevivência que buscamos discorrer o próximo tópico.

3.3 PESCADORES ARTESANAIS DE PORTO GRANDE

A pesca artesanal ao longo do Rio Araguari é realizada por homens e mulheres que têm a pesca como única ou a segunda alternativa de renda. A atividade extrativa é fundamental para estas pessoas, sendo em algumas situações o principal meio de sobrevivência e a garantia de sustento de suas famílias. A presente relação pode ser compreendida pela relação homem-natureza, na qual, conforme La Blache (1954), o homem enquanto ser ativo atua sobre o capital natural. O Araguari é o universo de possibilidades para a pesca artesanal.

Estas pessoas em sua maioria se encontram dispersas na sede do município, nas vilas e nos distritos, como a colônia agrícola do Matapi, comunidades rurais, Vila Nova, São Pedro II, Estrada de Ferro do Amapá, Novo Horizonte, distrito do Cupixi e os assentamentos: Nova Canaã, Munguba e Manoel Jacinto. Em sua maioria, as famílias são integradas por mais de três pessoas, entre jovens, adultos e idosos. Entre homens e mulheres, a participação na pesca pode ser sugestionada pelo Gráfico 1 (Pirâmide Etária):

Gráfico 1 – Gráfico de pirâmide etária



Fonte: dados de campo (2018-2019)

Conforme a pirâmide etária, pode-se compreender que há três grupos envolvidos na atividade pesqueira artesanal de Porto Grande: a base compreendendo as pessoas mais jovens, no meio a população economicamente ativa e, no pico, os idosos. Dessa forma fizemos as seguintes ponderações sobre este complexo grupo:

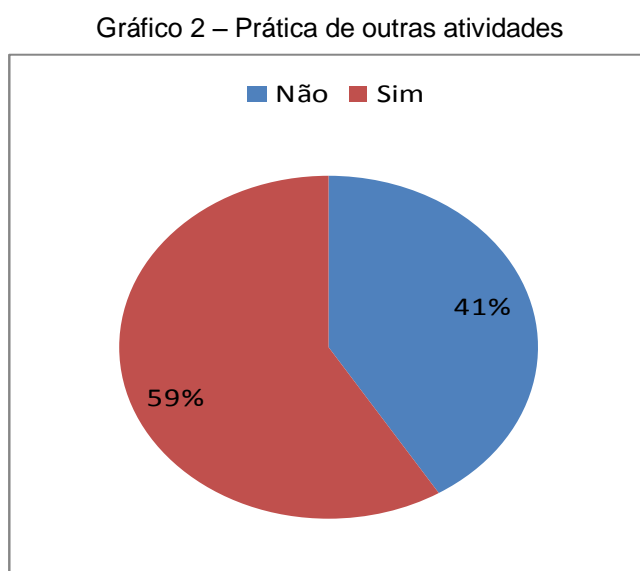
- Ao lado esquerdo, em azul, há uma tendência de ter uma menor participação dos jovens, gerando certo equilíbrio na faixa etária da população economicamente ativa (PEA).
- Ao lado direito, em vermelho, as mulheres têm uma tendência a ter um grau de participação maior, se comparado aos homens, gerando um salto na faixa etária da população economicamente ativa.

Em comparação aos dois grupos, as mulheres têm um grau de maior participação na atividade pesqueira. Chamando atenção para a participação dos dois grupos de idosos, em ambos há uma tendência para continuar na atividade. Dentre os motivos da continuidade destes, inferem-se os seguintes aspectos: a dependência financeira da pesca, quando se trata da população economicamente ativa (30-39 anos). Entre os mais jovens (15-19), os aspectos motivadores são a inserção no mercado de trabalho. E entre os mais idosos (60-80) ocorre a necessidade de complementação da aposentadoria, além do gosto pela pescaria, sendo ela um costume.

Considerando as similaridades encontradas no trecho médio do Araguari, passamos a concordar com Marinho (2018) que, ao caracterizar os pescadores artesanais em Ferreira Gomes, descreve a atividade pesqueira como uma alternativa para reprodução social, destacando-a como segunda ocupação ou ocupação principal, ao tratar das distâncias da sede do município. Essa situação se repete com poucas diferenças no município de Porto Grande, ao passo que quanto maior o raio de distância do Rio Araguari, maior o campo da atividade enquanto complementação.

Dentre aqueles que possuem atividade pesqueira como segunda opção, tem-se como primeira ocupação os diversos serviços na sede do município. No serviço público são apontados trabalhos como porteiro, vigilante, motorista e auxiliar de serviços gerais; já nos comércios, atuam como vendedores e trabalhadores informais. Assim, forma-se o campo de pescadores que tem a pesca como segunda

opção. Quanto aos que atuam como atividade principal, ressaltam-se as comunidades localizadas próximas às margens do Araguari, por mais que tenha se verificado ali que não só a pescaria é uma atividade propícia, mas também o cultivo de hortaliças e a criação de aves, dados os terrenos da região. Eis o percentual de entrevistados neste eixo:



Fonte: dados de campo, Lima (2018)

Quanto ao grau de envolvimento em outras atividades, 59% dos entrevistados respondeu positivamente. Entre os quais estão também beneficiários de alguns programas, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família e o Seguro Defeso, sendo este último um benefício restrito aos pescadores artesanais. Vale ressaltar o fator dependência desses benefícios: trata-se de famílias que subsistem através de recursos que demandam períodos, safras e mesmo a perenidade. Quanto aos 41% que se dedica exclusivamente à pesca, além de um maior envolvimento com a atividade, há um maior investimento em tempo, apetrechos e combustível.

Embora a pesca tenha o seu papel, o acesso às políticas públicas é de suma importância no sentido de amparo social frente às fragilidades que passam a fazer parte do atual cenário ambiental. Vale ressaltar o atual contexto enfrentado pelos pescadores artesanais da Amazônia que é composto principalmente pelos barramentos dos rios – alteração essa que interfere direta e negativamente na atividade pesqueira, gerando prejuízo para a reprodução social e impossibilitando a concretização da atuação da relação homem-natureza.

Ainda sobre as conceituações que nos ajudam a compreender a caracterização do pescador artesanal de Porto Grande, entendemos que este perpassa por vários arranjos, percorrendo instâncias oficiais, bem como aquelas circunscritas no cenário nacional e, sobretudo, amazônico. Neste contexto, é inserida a Lei nº7.679 de 23 de novembro, que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, que passam a definir, por meio desse instrumento, aspectos e definições que classificam a atividade pesqueira em comercial e não comercial.

Sobre o campo não comercial, encontra-se a pesca, praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica. Sendo considerada amadora quando esta é praticada por brasileiro ou estrangeiro com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, visando o lazer ou o desporto. Por outro lado há também a chamada pesca de subsistência, quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo.

Sobre o campo comercial, compreende-se a pesca de interesse dessa pesquisa, a pesca artesanal, praticada por pescador profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contratos de parceria, podendo utilizar de embarcações de pequeno porte. Dentre essas e outras contribuições sobre o conceito, conforme elenca Diegues (1983), com base nos seus estudos, há três aspectos fundamentais que contribuem para a leitura dessas categorias do mundo pesqueiro, sendo a pesca de subsistência, a produção mercantil e a produção pesqueira mercantil.

- A pesca de subsistência

Neste campo, a pesca de subsistência é apresentada por Diegues (1983) de modo complementar. Uma vez que esta é comum em organizações familiares, tribos e em outras comunidades, passa a ter, em algumas situações, valor de troca. Para se constituir como tal, entretanto, o excedente deve ser inexistente. Apesar das características, há prerrogativas que apontam a existência, no entanto, da inserção de outros elementos.

- Produção mercantil

A intenção da pesca nesta categoria já tem uma finalidade, a comercialização, portanto possui uma divisão social do trabalho. Nesta divisão é observado que nem todos os envolvidos participam do processo de captura, e assim passa a ter na tripulação uma complexidade maior de envolvidos, extrapolando o grupo familiar. Observa-se também o uso de tecnologias com baixo poder de predação (DIEGUES, 1983).

Neste aspecto, o autor exemplifica dois perfis de pescadores ao analisar suas interações com a pesca: pescadores lavradores e pescadores artesanais. Sendo os primeiros os indivíduos que se dividem entre o pescar e a lavoura, para eles a pesca não é a atividade principal, mas a secundária. Assim, eles possuem limitações para identificar cardumes e geralmente utilizam, em suas capturas, armadilhas fixas. Já os artesanais têm como única e exclusivamente a atividade pesqueira como ocupação. Desse modo, passa-se a identificar neles um número maior de envolvidos. Tendo como principal destino a comercialização, devido ao maior grau de dependência, esses passam a ser peritos no processo de captura, desenvolvendo técnicas de identificação de cardumes, assim como um maior conhecimento sobre apetrechos, embarcações e até mesmo tecnologias voltadas para a pesca artesanal (DIEGUES, 1983).

Na Amazônia brasileira, segundo Furtado (1993), a compreensão sobre modalidades de pescadores é distinta da apresentada por Diegues (1983), que se pretende destacar nessa pesquisa.

Para Furtado, é válida a distinção dos diversos perfis do modo de produção pesqueiro para a compreensão da dimensão da diversidade existente no cenário amazônico, embora o perfil mais comum encontrado no Araguari esteja condicionado à produção mercantil. A composição de cenário pode ser mais aproximada pelas conceituações propostas por Furtado (FURTADO, 1993). Na perspectiva da autora, os pescadores podem ser classificados em dois grupos, também de acordo com a disposição de suas atividades, seja de autoconsumo, produção pesqueira mercantil, produção pesqueira ou outras apontadas pela autora. Aqui nos ateremos à modalidade que tem maior proximidade com o caso estudado, a produção pesqueira mercantil.

- Produção pesqueira mercantil

Existem dois possíveis perfis, que são determinados de acordo com as atividades que realizam além das pescarias. Assim, Furtado (1993) apresenta o pescador polivalente e o monovalente.

Polivalente

Neste grupo, o pescador possui uma relação com outras atividades, sendo uma pesca sazonal. É bem comum no espaço amazônico, já que o pescador possui uma diversidade de opções no que diz respeito ao campo das estratégias de sobrevivência (plantação de hortaliças, a criação de aves, assim como a produção da farinha).

Monovalentes ou citadinos

Sobre os que se dedicam exclusivamente à pesca, trata-se de trabalhadores caracterizados pela localização onde se encontram. Moradores da cidade, a renda familiar desses indivíduos é garantida principalmente pelo trabalho na pesca, e, visto que a maior parte do tempo deles é investida apenas nessa atividade, eles possuem uma especificidade no conhecimento de apetrechos e na localização de cardumes.

De posse destes conceitos, os pescadores artesanais de Porto Grande possuem características relevantes às sugeridas pelos respectivos autores. Considerando a produção mercantil: há os *pescadores lavradores* e os *artesanais* (DIEGUES, 1983). Do outro lado, há o âmbito regional, a produção pesqueira mercantil, configurando os pescadores amazônicos, *polivalentes* e *monovalentes ou citadinos* (FURTADO, 1993).

Entre aqueles que possuem as características de pescadores monovalentes ou citadinos, ressalta-se todo o processo de organização que constitui a prática pesqueira destes trabalhadores. Geralmente por possuírem um maior empenho (financeiro e tratando-se de tempo de trabalho), estes possuem suas próprias embarcações e apetrechos de pesca. Percorrendo maiores distâncias, levam em suas embarcações todos os equipamentos para a realização da atividade, a saber, lona, isopor, querosene, gelo, enlatados, gasolina e os apetrechos de pesca, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Acampamento a pescador artesanal de Porto Grande no Alto Araguari



Fonte: Lima (2019)

A ilustração retrata o acampamento montado por um pescador artesanal, durante uma semana de pesca. Como é a sua única fonte de renda, o pescador relata que são costumeiros os acampamentos, devido à imprevisibilidade. Dedicam horas, dias e semanas de trabalho, até alcançar a quantidade necessária de pescado, pois parte do que captura é destinada à subsistência da família e à compra de materiais de trabalho. Geralmente, tais acampamentos são feitos por pescadores, que, de fato, sobrevivem somente da pesca no Araguari.

Estes pescadores possuem um profundo saber sobre a pesca, até mesmo, por pescarem, desde a infância. Eles dispõem de conhecimentos sobre embarcações, apetrechos e instrumentos de pescarias, além dos saberes comportamentais de espécies e seus habitats. Dessa forma, é de se saber que a pesca é uma atividade que mantém uma estreita relação com os processos naturais (CARDOSO, 2009), o que pode ser conferido na Figura 9.

Alguns seguem em grupos de três a seis pessoas. É possível também a ocorrência de pescadores isolados em suas embarcações. Podem se organizar em famílias inteiras no trabalho, ou em parcerias com amigos, vizinhos. Também podem os trabalhadores se dividirem entre a coleta do óleo da embarcação, a compra do gelo e a alimentação. O que se consegue com a captura é trazido em caixas térmicas de isopor para a cidade de Porto Grande, para comercialização.

Quadro 4 – Principais espécies relatadas

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	MORFOLOGIA	COLORAÇÃO	HÁBITAT
ACARÍ	<i>Pterygoplichthys pardalis</i>	Corpo duro	Escura	Vive nas pedras
ANUJÁ	<i>Trachelyopterus galeatus</i>	Parece “Filhote de sapo”		
APAIARI	<i>Astronotuso cellatus</i>	Corpo arredondado	Escura com pintas vermelhas e laranja	
ARACU – CABEÇA-GORDA	<i>Leporinus maculatus</i>	Corpo comprido, grosso, cabeça arredondada	Amarela com manchas pretas bem definidas	
ARACU DA PEDRA	<i>Leporinus melanosticus</i>	Escamas médias	Vermelho e preto, sem manchas e pinta	Vive nas pedras, nas corredeiras
ARACU – PIAU	<i>Leporinus affinis</i>	Cabeça arredondada	Todo branco, com manchas pretas	
BRANQUINHA	<i>Spilurus (Gunther, 1864)</i>		Esbranquiçadas	
JACUNDÁ – BRANCO	<i>Crenicichla sp.</i>		Clara, branco, marrom com pintas brancas	
JEJU	<i>Hoplerythrinus</i>	Corpo comprido	Listras escuras	
MANDI	<i>Pimelodus</i>	Cabeça comprida; presença de ferrão	Amarelada	Peixe que vive no fundo
MANDUBÉ	<i>Ageneiosus inermis</i>	Peixe liso, tem barbilhões e esporão (macho)	Escura e partes mais brancas	
PACU – BRANCO	<i>Mylophu ssp.</i>	Corpo arredondado	Coloração amarelada nos olhos, sem mancha ou pintas	

PACU – CUMARU	<i>Prosomyleus rhomboidalis</i>	Duas fileiras de dentes na maxila superior	Amarelado com pintas pretas; cabeça avermelhada, laranjada	
PACU – CURUPETE	<i>Tometes trilobatus</i>	Corpo arredondado, grande, cabeça menor em relação ao tamanho do corpo	Escura	
PACU FLAVIANO	<i>Mylesinus paraschomburgkii</i>	Corpo arredondado	Pintas laranjadas na barriga, olhos esbranquiçados	
PACU FERRO	<i>Myleusternetzi</i>	Parte do dorso mais dura, uma fileira de dentes	Esbranquiçada, cabeça amarelada	
PACU – MAFURÁ	<i>Myloplusasteris</i>	Corpo arredondado, cabeça arredondada e menor, escama fina	Tem pintas vermelhas, amareladas e manchas	
PIRANHA PRATA	<i>Serrasalmus elongatus</i>	Dentes afiados	Clara, prateada, branca escura, parte inferior da cabeça amarela	
PIRARUCU	<i>Boulengerella cuvieri</i>	Corpo comprido, cabeça comprida, bicudo	Amarelada próxima à cabeça	
SARDA	<i>Tripurtheus brachipomus</i>	Escama média	Branca	
TAMOATÁ	<i>Hoplosternum littorale</i>	Não tem escama		
TRAÍRA DO IGAPÓ	<i>Hoplias malabaricus</i>		Branca e amarela	Vive no igapó
TRAIÇÃO	<i>Hopliasaimara</i>	Tamanho maior, chega a 7Kg	Escuro	
TUCUNARÉ – AÇU	<i>Cichlamonoculus</i>		Manchas pretas, mais escuro,	

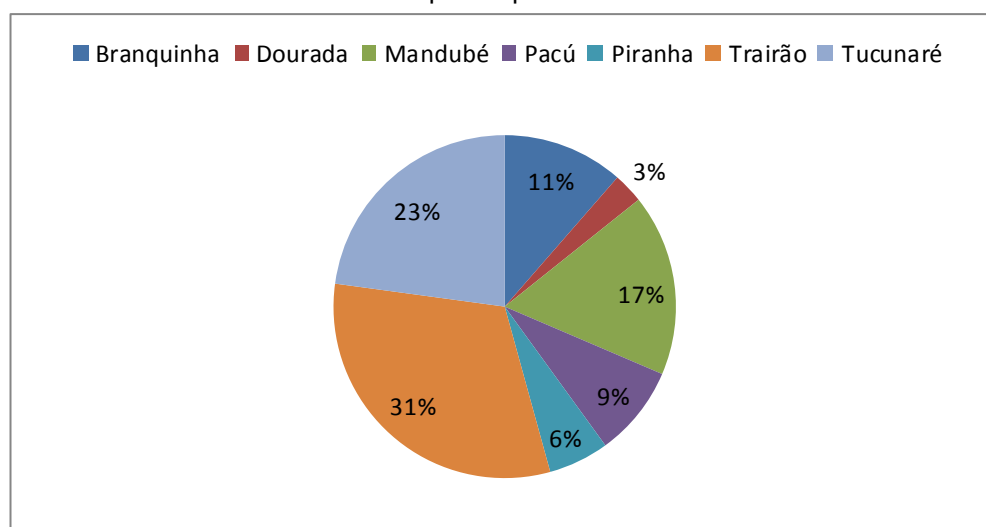
			pinta no rabo, várias pintas no corpo	
UEAU 1	<i>Acestrorhynchus microlepis</i>	Escama fina, dentes grandes: dentuda	Amarelada, rabo avermelhado	
UEAU 2	<i>Acestrorhynchus falcistrostris</i>			

Fonte: Trabalho de campo realizado (2018-2019)

O conhecimento acumulado por gerações garante a estes os domínios da água, da terra e dos fenômenos atmosféricos (CARDOSO, 2009), assim desenvolvendo habilidades de identificação a partir da labuta diária, conforme a Figura 9. Observamos que os nomes dados às espécies possuem relação com observação das características morfológicas e do habitat em que vivem.

Entre as espécies relacionadas, destacam-se na região a pesca da traíra, “rairão”, citada em campo como a espécie que é vendida com frequência, seguido do mandubé, mafurá e curupeté, tidas como espécies apreciadas na região. No decorrer das entrevistas, foi possível notar a percepção ambiental expressa pelos pescadores, que resultou no quadro anterior, além das habilidades que eles passam a registrar mentalmente, isto é, informações sobre as características das espécies — devido ao trato diário com a atividade.

Gráfico 3 – Principais espécies comercializadas

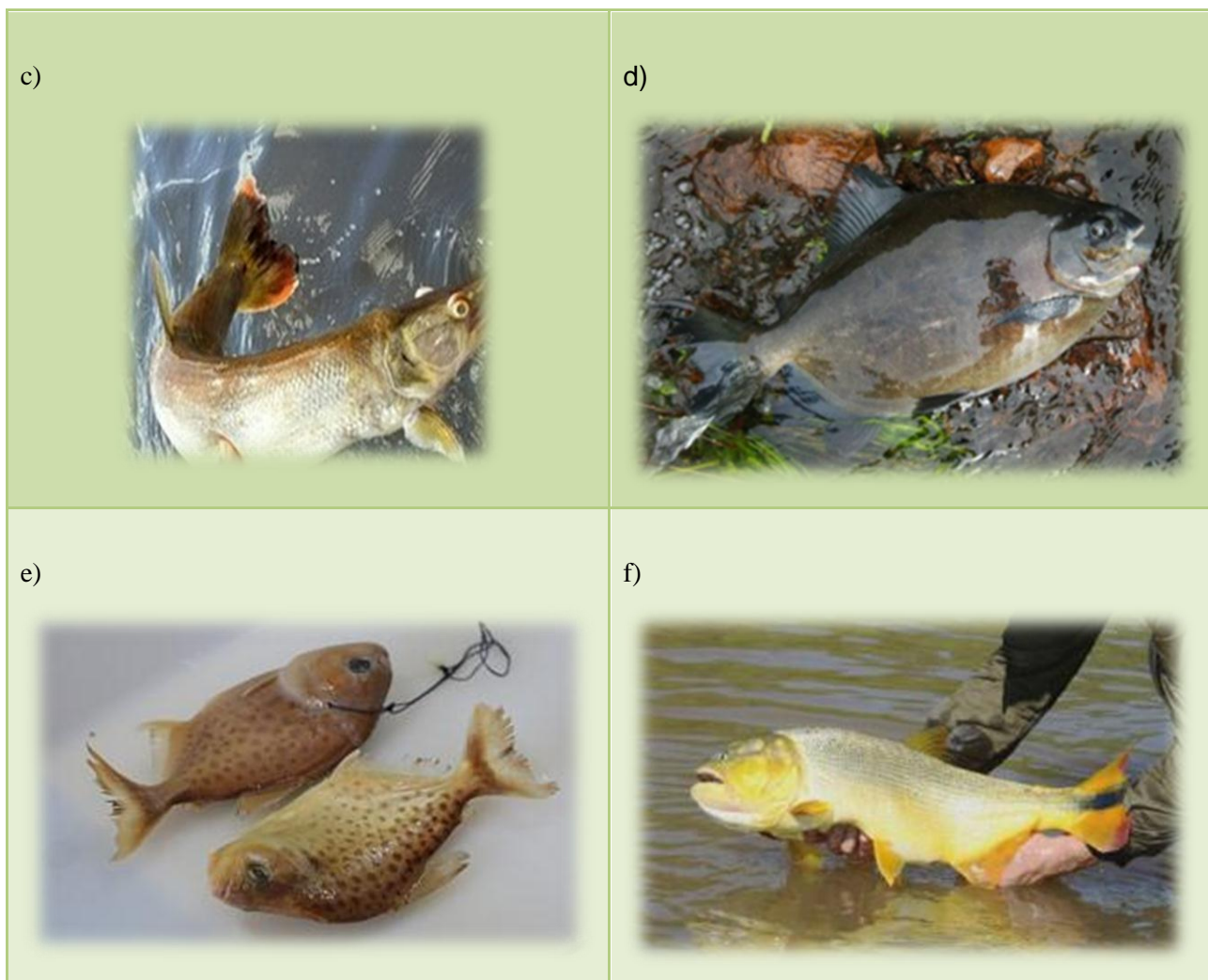


Fonte: dados de campo (2018-2019)

Dados de campo apontam algumas espécies procuradas no centro comercial de Porto Grande. Chegamos, assim, aos seguintes dados: 31% trairão (tabela 3), como é um peixe popularmente apreciado, é o mais procurado e exigido pelos consumidores, seguido do tucunaré, espécie que nesses últimos seis anos tem incidido sobre o Araguari, conforme relatos, depois 17% de mandubé que, assim como o trairão, é um dos peixes mais buscados; branquinha recebe 11%, pacu, 9%, restando 6% para a piranha e 3% para a dourada. Conforme observado em campo, existem espécies que são direcionadas à comercialização, de modo que alguns pescadores afirmam, por exemplo, ter “venda certa” para a comercialização do trairão.

Figura 4 – Espécies comercializadas: a) branquinha, b) trairão, c) mandubé, d) mafurá, e) piranha e f) tucunaré

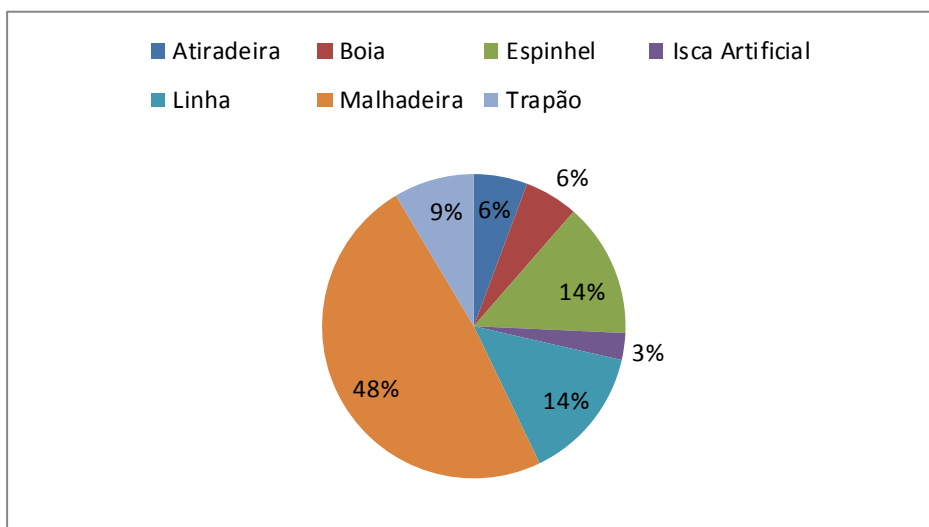




Fonte: ICMBio, adaptado por Lima (2019)

O uso do apetrecho está relacionado à espécie a ser capturada, deste modo os pescadores artesanais monovalentes do Rio Araguari geralmente utilizam durante as pescarias uma especificidade de apetrechos, dentre os quais podemos elencar:

Gráfico 4 – Síntese de apetrechos



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Quanto ao uso dos apetrechos, não fizemos distinção entre os dois perfis encontrados, já que geralmente o uso da malhadeira é encontrado em ambos, contemplando 48%, seguido do trapão, que é semelhante à malhadeira, com 14%. Depois, espinhel, com 14%, seguido de outros, que constituem menor evidência, no decorrer das falas. Cabe ressaltar, entre monovalentes e polivalentes do Araguari, que, quanto maior a jornada do pescador, mais ele investe em variedades de apetrechos, conforme mostrado na figura.

Os pescadores polivalentes mantêm suas redes nos fundos rios. Como elas são imperceptíveis, geralmente ficam próximas das residências. Sendo comum ao longo do Araguari a fixação dessas redes, os peixes mais comuns de se pegar com esses apetrechos são: branquinha, mandubé e o tucunaré. É comum que estes pescadores mantenham também outras atividades para a subsistência familiar, como a plantação de mandioca e a criação de suínos e aves, logo, eles passam a alternar atividades, pois como eles mesmos definem: “nem sempre dá bem, a pesca”.

Figura 5 – Pescador artesanal, mostrando apetrechos de pesca (espinhel)



Fonte: dados de campo (2018)

Figura 6 – Apetrecho atiradeira



Fonte: dados de campo (2019)

Figura 7 – Aparelho denominado boia



Fonte: dados de campo (2019)

Figura 8 – Aparelho denominado isca ou anzol



Fonte: dados de campo 2018

Figura 9 – Rede



Fonte: dados de campo (2019)

Esses são apenas alguns dos apetrechos utilizados pelos pescadores de Porto Grande no Rio Araguari. Já que é extensa a lista de apetrechos utilizados em rios da Amazônia, conforme aborda Silva (2012), vale ressaltar o fato de que eles são mecanismos que passam a garantir a eficiência nas pescarias, principalmente, para aqueles que a têm como única fonte de renda.

Silva (2012) aponta que a inserção de tecnologias e equipamentos como sonar e o GPS não faz parte da vivência dos pescadores de Porto Grande, visto que estes não possuem condições para aquisição desses mecanismos. Suas atividades são realizadas com instrumentos confeccionados, em sua maioria, com produtos encontrados na várzea, a saber, cipó, frutos e raízes. Sobre os mecanismos utilizados no médio Araguari, Marinho (2019) apresenta o Quadro 5:

Quadro 5 – Apetrechos utilizados na pesca da Amazônia amapaense

APETRECHOS	DESCRIÇÃO
Arpão	Construído a partir de mastro ou cabo de madeira com a ponta metálica aguçada (FARIAS, 1988; SILVA <i>et al.</i> , 2016a)
Espinel	Apetrecho confeccionado com cordas de comprimento incerto, geralmente de 20 a 30 metros, nas quais são amarradas linhas com anzóis presos nas suas extremidades (SILVA <i>et al.</i> , 2016a)
Tarrafa	Tecida a partir da linha de nylon em forma cônica, apresenta de um lado abertura com pequenos pesos na borda e de outro lado do cone é fechada, possuindo um cordel que possibilita um melhor manuseio do pescador (FARIAS, 1988)
Malhadeira/ rede de espera	São tecidas com fios de nylon cuja altura e comprimento são variáveis conforme as espécies almeçadas e o tamanho das embarcações utilizadas nas pescarias, possuem de um lado material flutuante e de outros pequenos pesos (FARIAS, 1998; BATISTA <i>et al.</i> ; 2004; Silva <i>et al.</i> , 2016)
Linha de mão	Confeccionado com linha de nylon e anzol cuja extremidade apresenta um pequeno peso, geralmente chumbo ou ferro (SILVA <i>et al.</i> , 2016)
Canião	Apetrecho formado a partir de uma vara curta e flexível em que na sua extremidade é presa uma linha de nylon com anzol ou anzóis, contendo um peso, cujo comprimento depende da distância que o pescador deseja alcançar (SILVA <i>et al.</i> , 2016)
Pari	Trata-se de um gradeado confeccionado a partir de uma vara curta e flexível em que na sua extremidade é preso uma linha de nylon com anzol ou anzóis, contendo um peso, cujo comprimento depende da distância que o pescador deseja alcançar (SILVA <i>et al.</i> , 2016)
Cambão	Trata-se de um apetrecho em que se situa material flutuador (isopor) no qual se prendeu um ou mais anzóis em linha de nylon e cujo comprimento depende da profundidade do rio (SILVA <i>et al.</i> , 2016)
Trapo	Confeccionado a partir de pedaços de isopor ou outro material flutuante, no qual se prende um ou mais anzóis em linha de nylon e cujo comprimento depende da profundidade do rio (SILVA <i>et al.</i> , 2016)

Fonte: Marinho (2018)

Sobre o transporte utilizado na pesca artesanal do Araguari, são comuns pequenas embarcações, que variam de 5 a 7 metros, motorizadas em sua maioria com potência de até 6 hp, podendo comportar até 1,2 toneladas. Já as não

motorizadas são de pequeno porte, com capacidade de 0,5 tonelada, cuja base é de madeira, movida a remo, com tripulação variando de 1 a 4 pescadores; é utilizada para navegação em locais secos (OLIVEIRA, CUNHA, *et al.*, 2018). Geralmente as embarcações ficam atracadas próximas à orla e às residências, conforme as figuras seguintes:

Figura 10 – Atracadouro



Fonte: dados de campo (2018)

Figura 11 – Embarcações próximas às residências



Fonte: dados de campo (2018)

Figura 12 – Residência ribeirinha



Fonte: dados de campo (2018)

Figura 13 – Embarcação saindo para acampamento no alto Araguari



Fonte: dados de campo (2018)

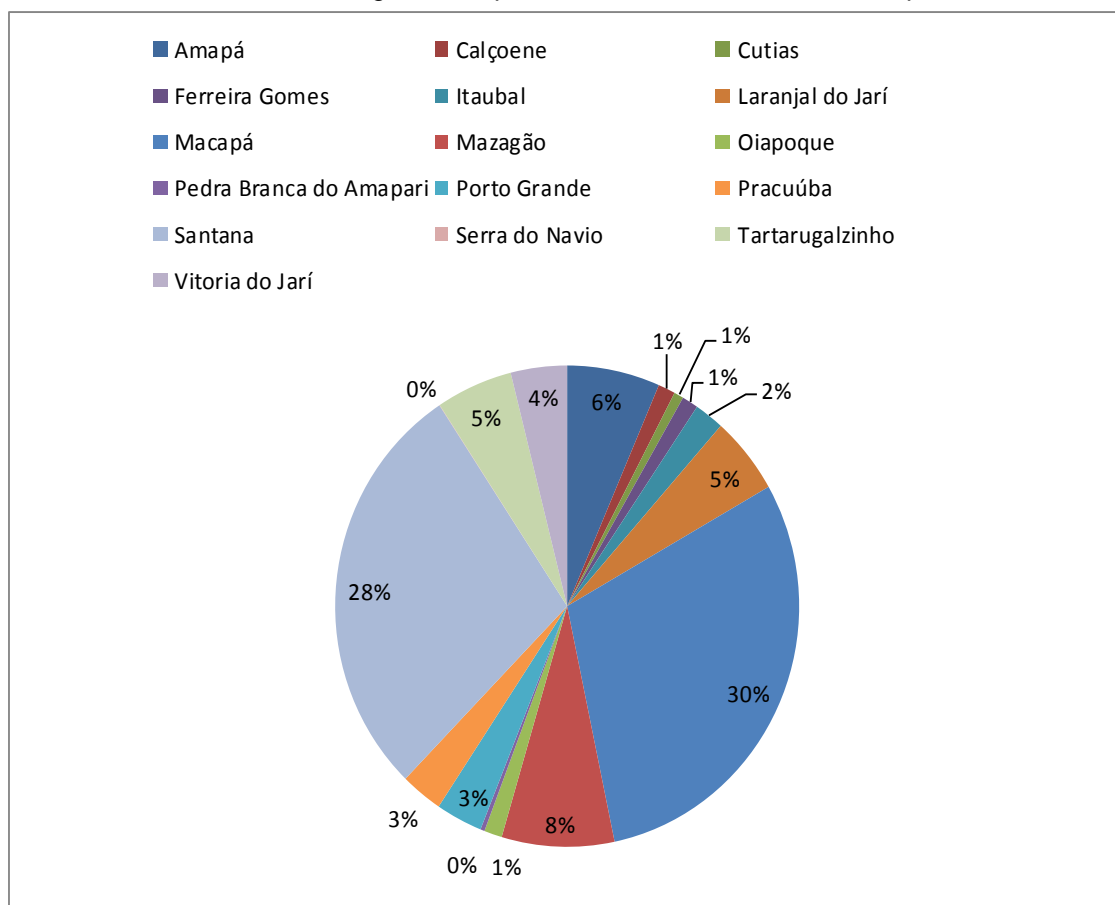
O tamanho das embarcações facilita o acesso a determinadas áreas como: remansos, zonas de menor correnteza imediatamente posteriores a corredeiras; varjões, áreas alagadas nas margens do rio, onde as árvores geralmente frutíferas estão adaptadas ao maior período de alagação; baiões, geralmente localizados na entrada dos igarapés, são áreas alagadas com presença de árvores, cuja velocidade da água é baixa; poços, zonas com profundidade do leito do rio e de menor correnteza; igarapés, afluentes do rio com leito estreito e menor que os rios, as águas geralmente são claras e de temperatura baixa devido à maior cobertura da floresta.

Essas são as principais áreas apontadas pelos pescadores de Porto Grande como possíveis pesqueiros. Encontradas geralmente nas áreas onde estão a Unidade de Conservação e a Floresta Nacional do Amapá (FLONA), localizadas no chamado alto Araguari. Sobre os pesqueiros do Rio Araguari, concordamos com Cardoso (2001) ao dizer que possuem formas territoriais configuradas no interior da atividade pesqueira. Neste aspecto os pescadores denominam alguns locais conhecidos pela piscosidade.

Com objetivo de sintetizar as relações que se estabelecem na pesca artesanal em Porto Grande, buscamos ressaltar os principais aspectos presentes nas relações que se estabelecem no contexto pesqueiro, englobando também a conformidade comercial na qual se circunscreve. Consideramos que o setor

pesqueiro não corresponde aos dados disponibilizados pelo Governo Federal, ao setor econômico mais dinâmico da cidade de Porto Grande.

Gráfico 5 – Registros da pesca artesanal no estado do Amapá



Fonte: Portal da Transparência, adaptado por Lima (2020)

A relação com a cidade de Porto Grande não está restrita à atividade comercial, mas diz respeito à localização das moradias e da aproximação com outros espaços que compreendem o fluxo da pesca artesanal.

Do Araguari ao Porto Grande, a sistemática da pesca artesanal se dá depois do processo de captura, no qual é previsto o destino do pescado, seja para a casa ou para a venda. Dessa forma, parte do que não for vendido é utilizado na subsistência familiar.

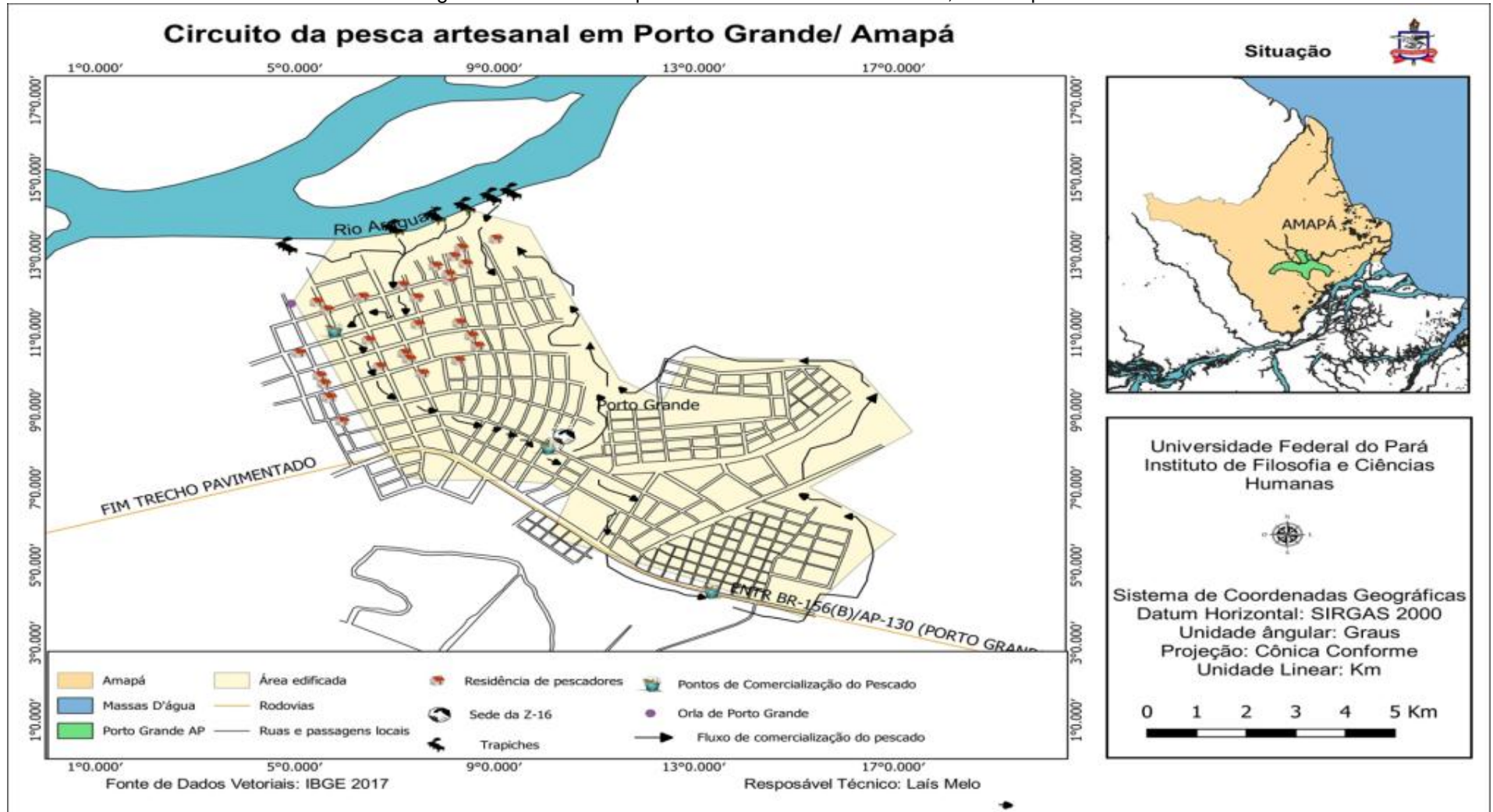
Esse pequeno comércio é realizado na sede de Porto Grande (Figura 21): nas esquinas da cidade ou em veículos como bicicletas e carrinhos de mão. Alguns pescadores já possuem clientela fidelizada, sendo os principais consumidores os restaurantes ou os próprios vizinhos. O valor recebido pelas vendas é reinvestido na compra de apetrechos e principalmente no combustível. Atualmente, o número de

pescadores vendedores tem diminuído nas ruas da cidade, pois estes passam a procurar outros meios de sobrevivência por causa da redução do comércio do peixe ocasionado pelas recentes transformações. Com isso, ressalta-se o que já é afirmado por órgãos oficiais: o comércio do peixe em Porto Grande é um comércio local.

- Sede da cidade

A referência a Porto Grande afirma o que já foi mostrado nos dados oficiais: apesar de não possuir um destaque regional, sua relevância é pontual e centralizada na cidade, logo, compreende um raio menor no comércio e, conseqüentemente, na economia. Na cidade encontra-se a sede da colônia, o local de reuniões e encontros. No que se refere à importância deste espaço, foi possível elencar que é um ponto de referência, um espaço no qual é possível dialogar sobre as “questões da pesca”; problemas e soluções.

Figura 14 – Circuito da pesca artesanal em Porto Grande, no Amapá



Fonte: dados de campo (2018)

- Trapiche/atracadouros

O trapiche é um lugar no qual podemos observar a chegada e a saída das embarcações. Geralmente, tal observação só é possível logo cedo, ou ao entardecer.

Figura 15 – Atracadouro



Fonte: dados de campo (2019)

- Orla de Porto Grande

Na orla da cidade estão alguns espaços que passaram pela recente transformação, pela urbanização. Há alguns anos, podiam ocorrer pescarias e o posicionamento de apetrechos. Com as obras, isso não pode mais ser realizado. Dentre as instituições, estão o depósito do ICMBio, no qual é possível sempre observar algum tipo de movimentação: a chegada de pesquisadores e demais funcionários, que seguem em direção ao alto Araguari, assim como turistas de vários lugares que embarcam em direção ao turismo de base comunitária realizado na FLONA.

- Pontos de comercialização

Nos pontos de comercialização, geralmente não vemos pescadores vendendo, mas sim outras pessoas que compram e revendem. Nesses, geralmente é o mercado municipal e outros que geralmente ficam à margem da perimetral norte.

Figura 16 – Ponto de comercialização fixo



Fonte: dados de campo (2019)

Figura 17 – Mercado municipal



Fonte: dados de campo (2020)

- Pontos móveis/fluxos

Os pontos móveis configuram o outro modo de venda, com o qual o próprio pescador artesanal vende o que foi pescado. Compreendemos como é fechada com ele a ideia de circuito, já que a jornada deste vai desde o processo de organização da pesca até o consumidor. Geralmente, este vende em carrinhos de mão, comuns em obras, ou carregando em caixas de isopor ou em bicicletas. Alguns veem essa forma de venda como a que tem um retorno mais rápido, já que há o receio de perder o que foi pescado. Alguns pescadores já têm clientes certos para a venda, outros precisam circular pelas ruas da cidade para que se possa realizar a venda.

Figura 18 – Venda do peixe em carrinho de mão



Fonte: Sousa (2019)

Conforme o gráfico, Porto Grande possui uma pequena contribuição se comparado ao maior número, que admite cerca de 30% do setor pesqueiro artesanal do estado. Dessa forma, concordamos que os aspectos da pesca artesanal analisados em Porto Grande perpassam a escala local, compreendendo as dimensões do vivido. O pescador artesanal possui uma maior dependência do rio, assim como dos outros processos produtivos que fazem dele um pescador polivalente ou monovalente (FURTADO, 1993).

4 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TENSÕES NA PESCA

Baseado na constituição dos capítulos anteriores, em um primeiro momento foi abordado o panorama dos elementos que contribuíram e acentuaram a vulnerabilidade das populações amazônicas e a exaustiva exploração dos recursos naturais. No segundo capítulo, foram apresentadas as formas e as estratégias utilizadas pelos pescadores artesanais de Porto Grande na reprodução dos seus modos de vida.

Em vista de caracterizar a atuação dos diversos agentes transformadores, e de como esses passam a interferir nas territorialidades, recorreremos aos conceitos de território e territorialidade de Raffestin (1993) e Mello (2006).

Os pescadores artesanais denotam transformações decorrentes do estabelecimento de aproveitamentos hidrelétricos ao longo do Rio Araguari, implicando diversos tipos de conflitos na pesca artesanal (PAULA, 2018), (SILVA, 2006) e (MARINHO, 2018). Dessa forma, aqui há a pretensão de analisar a atuação dos distintos agentes no atual contexto, resultando na seguinte organização: perspectivas a cerca do território e territorialidade, tendo como enfoque principal os pescadores artesanais, seus territórios e suas territorialidades; agentes transformadores no Araguari; e, por fim, território em transformação: conflitos na pesca artesanal.

Tendo como objetivos analisar a dinâmica territorial na pesca artesanal frente aos empreendimentos hidroelétricos e identificar as resistências territoriais estabelecidas pelos pescadores artesanais de Porto Grande, Amapá, partimos para a contextualização, a seguir, que embasará este capítulo.

4.1 PERSPECTIVAS ACERCA DO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A vertente do território abordada neste capítulo pretende levar em consideração os processos derivados da atuação dos diversos agentes na bacia do Araguari, compreendendo que o desequilíbrio ocasionado pela instalação dos empreendimentos hidrelétricos ocasiona diversas alterações, dentre as quais a desestruturas das territorialidades pesqueiras artesanais.

A desestruturação de territórios pesqueiros evidencia a dificuldade vivenciada pelos pescadores artesanais quanto ao reconhecimento do ambiente de trabalho e vivência. O debate já é antigo, mas a discussão tem se tornado a cada dia mais atual, quando as territorialidades se veem impactadas pela atuação dos diversos agentes transformadores do chamado desenvolvimento, como foi apresentado no primeiro capítulo. Desse modo, a proposta apresentada se encontra dentro do atual panorama de abordagens sobre a pesca artesanal brasileira.

Sobre isso, a perspectiva de estudos com essa abordagem se confunde com a própria evolução da geografia brasileira, rompendo com os modelos até então estabelecidos pela geografia tradicional. Com as possibilidades presentes no campo da geografia crítica possibilitou-se a abertura a discussões, como a das comunidades tradicionais (PAULA, 2018), na qual está assentada esta pesquisa.

De todo modo, observamos que a presente análise está assentada em três perspectivas, nas quais hoje encontra-se a pesca artesanal. Conforme Paula (2018), a primeira está centrada em impactos ambientais provocados por outras atividades econômicas que levam à extinção de territórios tradicionais da pesca artesanal:

Nessa proposta está acentuado o conceito de ambiente como condição para a perenidade do território. A segunda apresenta um quadro de disputas no território com o objetivo de acessar os recursos ambientais, evidenciando os conceitos de território e ambiente. Por fim a terceira abordagem evidencia a situação de conflitos por território apropriado pelas comunidades de pescadores artesanais – nesse caso destaca-se o conceito de território como espaço de exercício do poder. (PAULA, 2018, p. 141)

Neste caso, daremos maior ênfase aos conflitos por território mediados pelas relações de poder. Com o avanço do capital sobre os recursos naturais, torna-se cada vez mais emergente a caracterização de territórios tradicionais, tendo em vista que essas comunidades têm um processo de organização distinto de outras sociedades, estabelecendo modelos econômicos, sociais e culturais que garantem a manutenção de suas atividades e existências. Sobre este processo de organização e reprodução social, Robert Sack (1986) e Claude Raffestin (1993) opinam sobre possíveis formas de organização territorial.

As formas de organização trabalhadas pelos dois autores superam a ideia de materialização física e de limites. Para Raffestin (1993), o território é feito pelo processo de apropriação, haja vista que o espaço é anterior ao território, e que este só é possível pela ação de apropriação de um determinado ator(es). Deste modo, é

feito o desmembramento do conceito de território, podendo este ser compreendido em diversos níveis relacionais.

Com isso, compreendemos que as organizações são imanentes à atuação do poder (RAFFESTIN, 1993), intrínsecas às relações econômicas, sociais e ambientais. Estas se vinculam ao espaço-tempo, abarcando relações intencionais e objetivas. Além disso, em geral são dissimétricas, não são hierárquicas, já que até os possíveis subalternos possuem poder.

A cerca disso, o autor propõe uma análise sobre a constituição do poder. Formado por energia e informação, o poder tem seu papel na manipulação dos fluxos. Primeiramente, a informação não é limitada, nem aditiva. Mas esta se degrada com o tempo, pois é constituída por mensagens, as quais são transmitidas por sinais, que podem ser linguísticos ou não linguísticos. Quanto à energia, é limitada, aditiva, divisível e degradável, e o exercício do poder é dado pela relação entre energia e informação. Estas dependem das massas demográficas e da circulação. Salienta-se que a discriminação espacial impõe relações dissimétricas (RAFFESTIN, 1993).

Neste contexto a circulação e a comunicação são complementares e ambas dizem respeito a estratégias de dominação. Para o autor, a fonte do poder está mais na comunicação do que na circulação. Sintetizando: poder quer ver, mas não deseja ser visto. As técnicas e os mecanismos de apropriação territorial são o que proporciona o controle e a gestão da circulação no território, já que aquilo que porta informação comunica algo.

O processo territorial feito por ator(es) em questão é materializado por ações estratégicas. No panorama amazônico, o universo no qual está circunscrita esta pesquisa, Silva (2006) apresenta diversas formas de apropriação estratégica utilizadas na pesca artesanal. A especificidade de apetrechos de pesca junto dos processos de organização da atividade são mecanismos utilizados na apropriação do recurso e na manutenção territorial.

A contribuição de Sack (1986) perpassa pela compreensão da territorialidade como estratégia espacial de controle e influência capaz de produzir efeitos e combinações de efeitos que impactam diretamente as relações entre as pessoas e os fenômenos.

Dessa forma, ficam refletidas as atuações dos indivíduos no espaço e no uso dos recursos naturais (SILVA, 2006). Trabalhos nesse mesmo seguimento são

encontrados em outros campos do espaço amazônico, investigando estratégias e mecanismos de sobrevivência e resistência de comunidades pesqueiras (SOUSA, 2019), (FERREIRA, 2016) e (MARINHO, 2018). A consideração desses mecanismos revela o processo territorial aplicado pelos pescadores artesanais e os problemas territoriais que afetam principalmente as territorialidades.

Pescadores artesanais desenvolvem uma série de mecanismos no interior dos seus grupos relacionais, que podem ser observados também por uma territorialidade. Entendendo o território e a territorialidade a partir da perspectiva de Sack (1986) e Raffestin (1993), pela inserção de mecanismos e processos relacionais, os processos relacionais podem ser observados em comunidades pesqueiras artesanais como as técnicas, regras e acordos.

Conforme já demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, os pescadores artesanais do Araguari possuem habilidades que possibilitam o processo de captura e reconhecimento de áreas piscosas, garantindo a formação de uma rede articulada importante para a subsistência familiar e para a realização do comércio local. A fim de compreender a territorialidade dos pescadores artesanais, Paula (PAULA, 2018), inspirado na ecogênese territorial de Raffestin (RAFESTTIN, 1993), propõe a compreensão das dinâmicas internas da pesca artesanal por meio das seguintes bases: delimitação, centralização e comunicação.

Para Paula (2018), a relação primeira é assentada no saber ambiental. No âmbito amazônico, esse saber é percebido na confecção e na qualificação no uso de apetrechos, sendo capaz de conduzir toda a ação inicial da pesca artesanal, sendo está anterior às relações sociais. A confecção de apetrechos com base em produtos da floresta é bastante comum, o uso do cipó e raízes na captura configura o que passamos a compreender como saber ambiental, transposto em estratégia de apropriação (PAULA, 2018).

No segundo estágio, Paula (2018), referindo-se às condições de uso, mostra que os recursos naturais não estão tão acessíveis. Neste estágio, faz-se valer os acordos e acertos, acerca dos pesqueiros. De acordo com Paula (2018), o saber constitui um poder, mas um poder que se vale do emprego das técnicas de apropriação do recurso.

No terceiro estágio, Paula (2018) traz a pressão como consequência da redução dos recursos pesqueiros. Nesta etapa, o poder converte-se em domínio, ocorrendo situações de disputas e conflitos (PAULA, 2018). Neste contexto, é

comum a presença de agentes, instituições e atividades econômicas que passam a avançar sobre o território tradicional (PAULA, 2018). Como já conferido no primeiro capítulo teórico, o espaço amazônico é cenário em distintas temporalidades da atuação dos diversos agentes. No recente contexto, a instalação de empreendimentos hidrelétricos tem acentuado os diversos conflitos entre pescadores e outros agentes no Araguari Amapá.

Entendemos, conforme Silva (2006), que a territorialidade pode ser alcançada pela atuação dos sujeitos no espaço. Quando tal atuação é impedida por diversos fatores, por exemplo, a ocorrência de impactos ambientais, surgem disputas por território e conflitos (PAULA, 2018). Essas vertentes revelam, segundo Paula (2018), a malha territorial na pesca artesanal, composta por pescadores tradicionais, área de moradia e de vivência:

Os nós são expressos nos pescadores tradicionais, que expressa à reserva. As redes ligam a área de moradia e vivência aos pescadores tradicionais, bem como ao deslocamento entre pescadores. Raffestin destaca que qualquer mudança nessas invariantes provoca consequências nos territórios e nas territorialidades e uma nova estabilidade de um processo longo. (PAULA, 2018, p. 164)

Neste contexto, o autor pontua os aspectos da transformação que vem ocorrendo na pesca artesanal. Os três aspectos sugestionados funcionam como resultados da atuação de atores hegemônicos que passam a modificar o cenário pesqueiro. São os aspectos: a) impactos ambientais; de acordo com o autor, estes impedem a permanência dos nós por afetarem os ecossistemas; assim a territorialidade deixa de existir, pois atinge a reserva, fundamental para a condição territorial; b) disputas territoriais; por este ângulo, o autor pontua a emergência tanto de impactos quanto de conflitos que passam a influenciar na dinâmica territorial, ocasionando pressão nos nós (pescadores tradicionais) e nas redes através da imposição de domínios sobre o território, gerando impactos no ambiente; c) conflitos por território; a perspectiva do conflito abordada pelo autor é independente da ocorrência de impactos ambientais; essa perspectiva interfere nas atividades que visam à subordinação da malha.

Este é o cenário pelo qual os pescadores artesanais do Rio Araguari vêm passando desde a instalação dos empreendimentos hidrelétricos. Decorrida da pressão ocasionada pelos nós dos pescadores, que anteriormente permitiam a

realização da pesca, a fixação de apetrechos passa a afetar a rede de relações, na qual está circunscrita a atividade pesqueira na cidade de Porto Grande, que passa a ter uma função comercial, de morada e de reprodução social da vida. Com isso, vem a desarticulação da malha, já que a atividade vem passando pelo processo de impacto ambiental.

Com o barramento do Araguari, a população ribeirinha entrou em um processo de colapso na pesca artesanal, ocasionado pela desestruturação dos pesqueiros. Sobre isso, Moran (2018) aponta que, quando uma barragem é construída, a população ribeirinha perde grande parte dos peixes, levando de 15 a 20 anos para recompor os prejuízos econômicos e sociais. A desestruturação do modo de vida ao longo da bacia é uma perda irreparável, sendo impossível aplicar medidas que compensem o prejuízo da nova atividade: a geração de energia elétrica. Com a desestruturação de pesqueiros antigos e conhecidos, os novos espaços passam a ser foco dos pescadores artesanais. Sofre-se, assim, com a exigência imposta pela procura realizada por praticantes da pesca artesanal e por outros sujeitos que utilizam atividade para fins de lazer. Isso configura um cenário de disputas pelo recurso.

Deste modo a chegada dos empreendimentos hidrelétricos ao longo do Araguari passa a reconfigurar as dinâmicas e, conseqüentemente, o modo de vida das áreas diretamente atingidas. Fearnside (2014), ao tratar dos impactos, ressalta que os efeitos são diversos sobre as populações tradicionais, como a perda de peixes. Outras perdas são as de atividades voltadas para agricultura familiar jusante do rio, bem como as plantações nas áreas de várzea.

O autor também aponta para questão da saúde que passa a ser impactada pela proliferação de insetos, assim como a metilação do mercúrio. As barragens costumam emitir gases de efeito estufa, dado o dióxido de carbono decorrente da decomposição de árvores mortas por inundação. O óxido nitroso e especialmente o metano também são emitidos pela água dos reservatórios, das turbinas e dos vertedouros (FEARNSIDE, 2014). De todo modo, ainda na perspectiva do autor, o modo como ocorre o impacto por barragens é bem pior quando comparado ao dos combustíveis fósseis.

Dessa forma deve ser levada em consideração, de acordo com o autor, a tomada de decisão desses empreendimentos. A tomada de novos projetos subestima os impactos sociais e ambientais já instalados. Ainda nesse mesmo

debate devem ser levadas em conta as grandes desigualdades, a relação entre quem paga os custos e quem recebe os benefícios. Neste sentido, seguimos no seguinte tópico, no qual buscamos discorrer sobre os agentes transformadores no Rio Araguari, Amapá.

Na sequência serão destacadas as Unidades de Conservação, as atividades minerárias e os empreendimentos hidrelétricos para concluirmos a análise sobre os conflitos.

4.2 AGENTES TRANSFORMADORES NO ARAGUARI

Partindo da distinção de quem são esses agentes, tomamos por base Mello (2006), que define a atuação desses sujeitos como atores que agem. Possuindo ações estratégicas e intencionais. Para Mello (2006), a atuação dos atores é responsável por bifurcações e rupturas de níveis sociais e espaciais. Estas passam a gerar fragmentação territorial, podendo gerar conflitos, competições e divisões. Mello (2006) fala em quebra de estruturas territoriais locais em benefício de uma territorialidade reticular obedecendo a uma lógica proxêmica. Logo, não se trata de uma ação isolada, mas de grupos, organizações públicas ou privadas, que revestidos pelo capital, passam a se apropriar de espaços, sendo responsáveis por modificações.

Para Mello (2006), o agente pode se tornar um ator, uma vez que este passa a atuar como força motriz de um sistema. Muitos atores estão territorializados na medida em que participam de um processo com implicações territoriais. Em um primeiro momento, Mello (2006) postula o território enquanto sistema, sendo plano de ação para reativar laços sociais, partilhando lugares, recursos e poderes.

Em segundo momento, não dissociado, Mello (2006) postula que novos territórios podem se constituir na perspectiva do desenvolvimento sustentável, já que são extratos de convenção, de contrato e, portanto, de governança. Dessa forma, o autor lança quatro pontos, a fim de demonstrar o território como espaço privilegiado para a atuação e a apropriação coletiva, seja privada ou pública. Primeiramente, aponta-o como espaço privilegiado do poder; funde-se, então, com espaços de oferta; captura os indispensáveis, para experiências individuais e elaboração das territorialidades; e constata que não há um território sem um ator territorializado.

Neste aspecto entendemos, conforme Mello (2006), que o território passa a ser resultado de um ato de violência, um espaço apropriado e marcado no qual o controle social é exercido; neste caso por recursos políticos e econômicos de todos os tipos. O caráter estratégico lançado através de políticas de implementação de grandes projetos exerce um domínio por meio da territorialização dos diversos agentes e atores estatais, públicos e privados.

A face dessas políticas é explicada pelo argumento da territorialização coercitiva e de sobrevivência, que, por trás desse discurso, passa a revelar os aspectos negativos e abomináveis do território (MEO, 2006).

Tomando por base as recentes transformações decorrentes de relações anteriormente descritas como dissimétricas, buscamos caracterizar estes agentes com o objetivo de compreendermos o cenário de atuação e o papel de cada um destes agentes na Amazônia amapaense.

O contexto das instalações de usinas hidrelétricas segue a linha de atuação do chamado desenvolvimento, presente por vezes na cena da Amazônia amapaense. Estes compreendem o campo das relações dissimétricas, compreendidas pelo recente cenário da pesca artesanal. Antes de chegarmos nesta etapa, retomaremos os aspectos como o contexto das Unidades de Conservação, a atividade mineração que ocorre ao longo do Araguari e o contexto de inserção de empreendimentos hidrelétricos.

Unidades de Conservação

- Floresta Nacional do Amapá e Floresta Estadual do Amapá (Figura 20)

Estando no trecho médio do Araguari, Porto Grande se encontra na chamada área de amortecimento da Floresta Nacional do Amapá (FLONA) e da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), sendo estas parcelas do corredor da biodiversidade (ICMBio, 2016). Enquadra-se na Lei 9.985, de 8 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que trata sobre as unidades de conservação:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (ICMBio, 2016, p.17)

Portanto, a FLONA do Amapá (Figura 26) foi criada em 10 de abril de 1989 pelo Decreto nº 96.630, sendo utilizada com objetivo de uso múltiplo sustentável. Essas são as áreas de domínio público nas quais é permitida a permanência de populações tradicionais (ICMBio, 2016). Conforme o plano e aquilo constatado em campo, habitam seis famílias dentro da Unidade de Conservação.

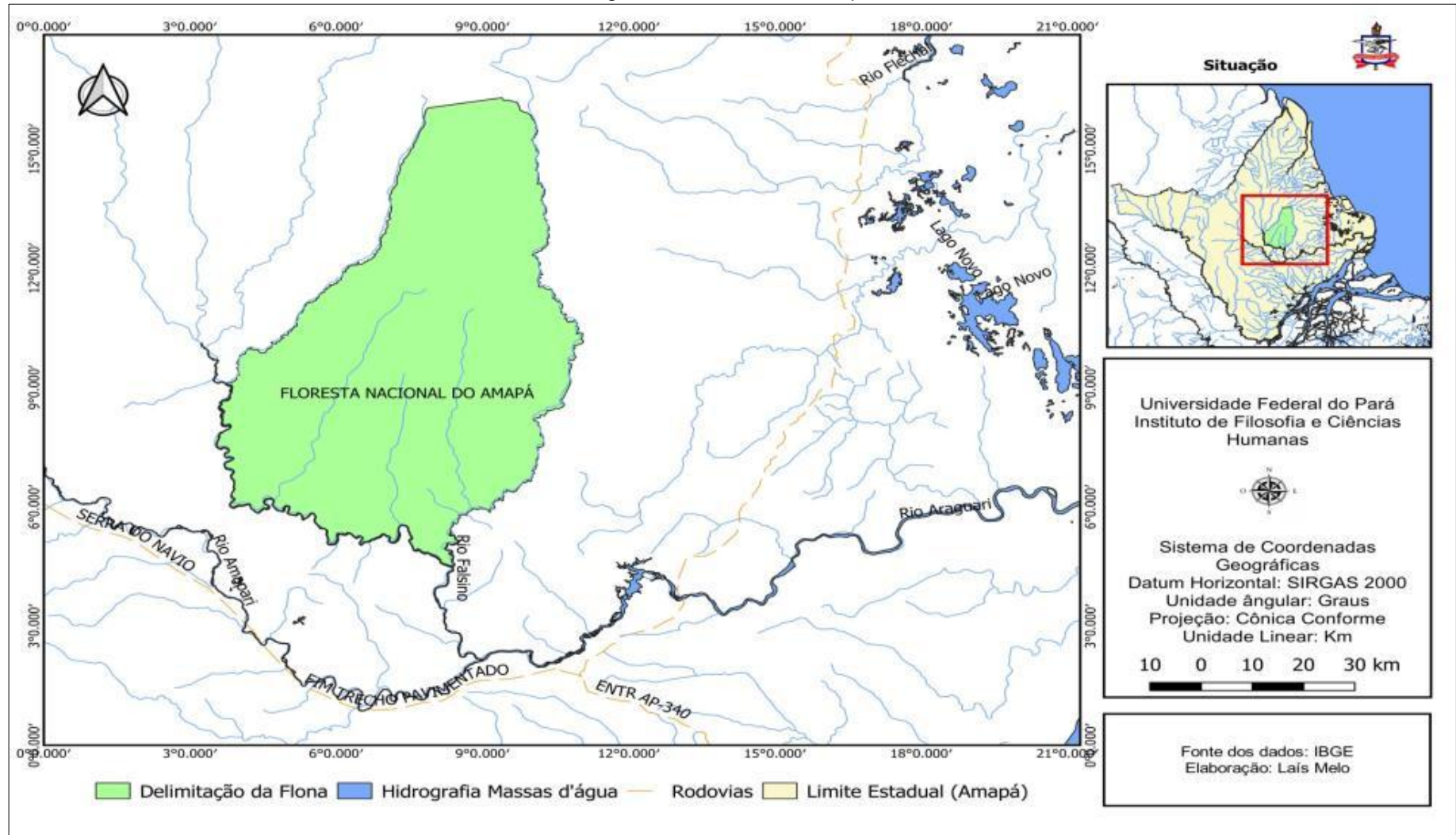
A FLONA (Figura 21) tem como municípios limítrofes Porto Grande, Serra do Navio e uma pequena porção de Pedra Branca do Amapari; a noroeste Calçoene, e a leste com Tartarugalzinho (ICMBio, 2016). Uma das principais dificuldades apontadas para o desempenho produtivo da FLONA é o dificultado escoamento da produção devido à distância dos centros urbanos e à baixa densidade populacional, tornando este um dos principais obstáculos ao desenvolvimento, conforme os gestores.

Figura 19 – Sede da FLONA



Fonte: dados de campo (2019)

Figura 20 – FLONA do Amapá



Fonte: IBGE, adaptado por Melo (2020)

Quanto à FLOTA, esta é criada pela Lei nº 1.028, em 12 de julho de 2006. Quanto aos seus limites geográficos, esta compreende o entorno da FLONA até o Parque Nacional e às montanhas do Tumucumaque. Possuidora de espécies de alto porte e elevado potencial madeireiro, a Unidade de Conservação foi criada com o objetivo de regularizar a destinação de terras públicas à produção florestal (ICMBio, 2016). Sendo esta subdividida em quatro módulos distintos, definidos principalmente em função das condições de infraestrutura e vias de acesso à região.

Na região, há forte atração para o desenvolvimento do polo madeireiro, além de projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A ideia seria fazer uma atuação da FLONA e da FLOTA de forma conjunta, estabelecendo dessa forma os chamados distritos florestais no Amapá. No entanto, isso acaba por atrair para a região a extração ilegal. Quanto aos assentamentos, são três os projetos: Manoel Jacinto, Serra do Navio e Colônia do cedro (ICMBio, 2016). O assentamento Manoel Jacinto se encontra localizado no município de Porto Grande e foi criado no ano de 1998, a 106 km da sede municipal, sendo delimitado pelo Rio Araguari. Este perímetro é conhecido pela trajetória de transmissão de energia elétrica, indo do início do Rio Araguari e prolongando-se até a cabeceira do Igarapé de Areia (ICMBio, 2016).

No decorrer do plano de manejo I, diagnóstico, são apresentadas as características das principais espécies da fauna e flora. Características dos tipos florestais existentes e também aspectos de atividades conflitantes. São apontadas a caça e a pesca ilegal, e o garimpo ilegal que ocorreu até o ano de 2008.

Acerca do uso e ocupação do solo, são itens elementares a exploração mineral, pecuária, pesca, caça e a exploração madeireira. No plano de manejo I, essas atividades compreendem o grupo de atividades conflitantes. Sobre isso, destaca-se a atividade mineral ocorrida dos anos 1970 a 1980 pela ocorrência de garimpo de ouro. A atividade da mineração está associada ao desmatamento, à contaminação da água e, portanto, também do solo, dos animais e de populações locais por mercúrio (AMAPÁ, 2013). O plano aponta a necessidade de estudos para a recuperação e restauração ambiental da bacia do Araguari.

Quanto à exploração da madeira, registra-se extração seletiva da madeira de maior valor comercial e de produtos não madeireiros, como o cipó. O desmatamento ilegal se caracteriza pela supressão da cobertura florestal em áreas de encosta, de

matas ciliares e de nascentes de rios, resultando na erosão do solo e na sedimentação, podendo também provocar impacto na fauna local.

Já a pecuária é vista como incipiente na região, com áreas pontuais na criação, mas isso não descarta a criação de bovinos ou bubalinos em outros trechos do Araguari.

Quanto à caça e à pesca, estas são feitas de forma clandestina sobre os recursos faunísticos, principalmente a atividade pesqueira. A atividade pesqueira é realizada, sobretudo, de acordo com o plano de manejo pelos pescadores de Porto Grande, sendo restrita nos períodos do defeso, ou seja, é vedada a prática predatória da atividade. Do ponto de vista predatório, ressalta-se o uso das casas de veraneios para a prática da caça e pesca ilegal.

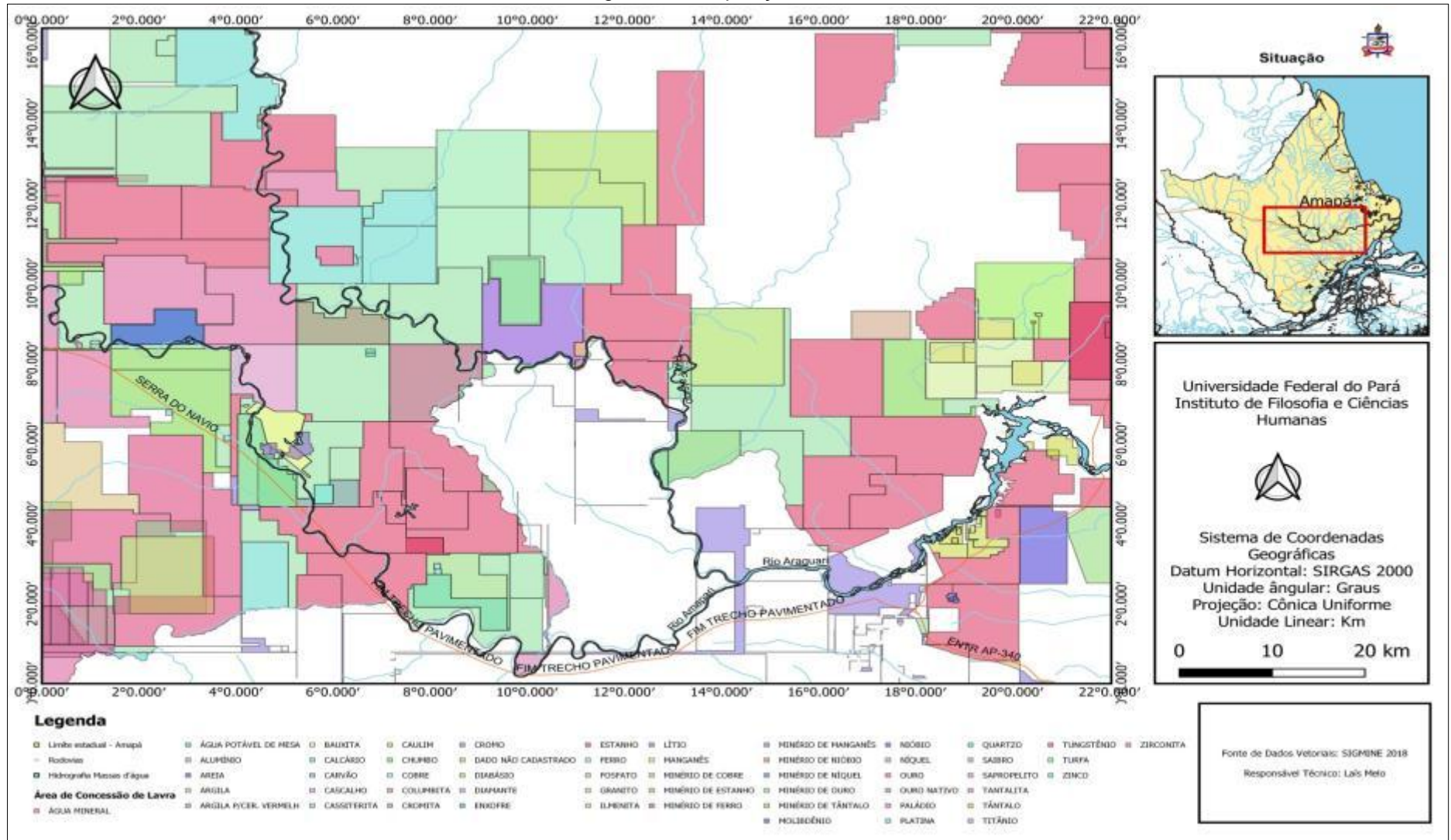
Quanto à relação que vem sendo estabelecida dentro do atual cenário de instalação de empreendimentos hidrelétricos com os pescadores artesanais, tem-se afirmado que os mesmos utilizam o interior da reserva como uma alternativa para a prática pesqueira, passando a ser apontado pela presença de pesqueiros. Os pescadores artesanais passam pelo controle de entrada e saída da FLONA.

Atividades minerais

A constituição histórica do Amapá tem forte ligação com a questão mineral, dada pelo potencial natural encontrado na região. Registros informam que atividades nesse sentido têm início no século XVII (IEPA, 2010). Assim, Porto Grande enquanto um dos distritos mineiros se destaca na exploração de agregados da construção, conforme a Figura 22.

Dados do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) apontam 43 processos minerários em Porto Grande. Dentre os quais estão: areia, seixo, granito, ilmenita, cascalho aurífero e nióbio. A Figura 21 aponta registros da disponibilidade mineral na região do Araguari.

Figura 21 – Disposição mineral



Fonte: SIGMINE, adaptado por Melo (2020)

Portanto, a concentração desses minérios se dá principalmente no entorno da sede, no leito e na margem do Araguari. No entorno da sede, existe a planície flúvio-costeira amapaense com rochas intemperizadas pelo embasamento cristalino, no leito do Araguari. Quando em terra firme, na região da colônia do Matapi (seixo branco), ao longo das margens do rio Araguari. Além da procedência do depósito de ferro na região do Matapi, por apresentar composto por máficas e ultramáficas metamorfizadas, metariolitos, formações de ferro bandado, metachertz, quartizitos e micaxistos. Com isso, a região passa a ser ponto estratégico de interesses de mineradoras.

Figura 22 – Exploração de seixo, às margens do Araguari



Fonte: dados de campo (2019)

A respeito da relação entre a atividade da mineração e a pesca artesanal, além das atividades que ocorrem ao longo Araguari (Figura 24), alguns estudos, como o de Figueiredo, apontam para a contaminação de mercúrio, devido às proximidades com a já extinta Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA). De acordo com este estudo, a concentração de mercúrio na região é 22 vezes maior que o recomendado para o consumo humano.

O dado apresentado é alarmante para a população que depende da pesca artesanal, e possíveis soluções até o momento não foram apontadas devido à falta de instrumentos, corpo técnico suficiente para um processo de conscientização e mesmo falta de fiscalização.

Aproveitamentos hidrelétricos

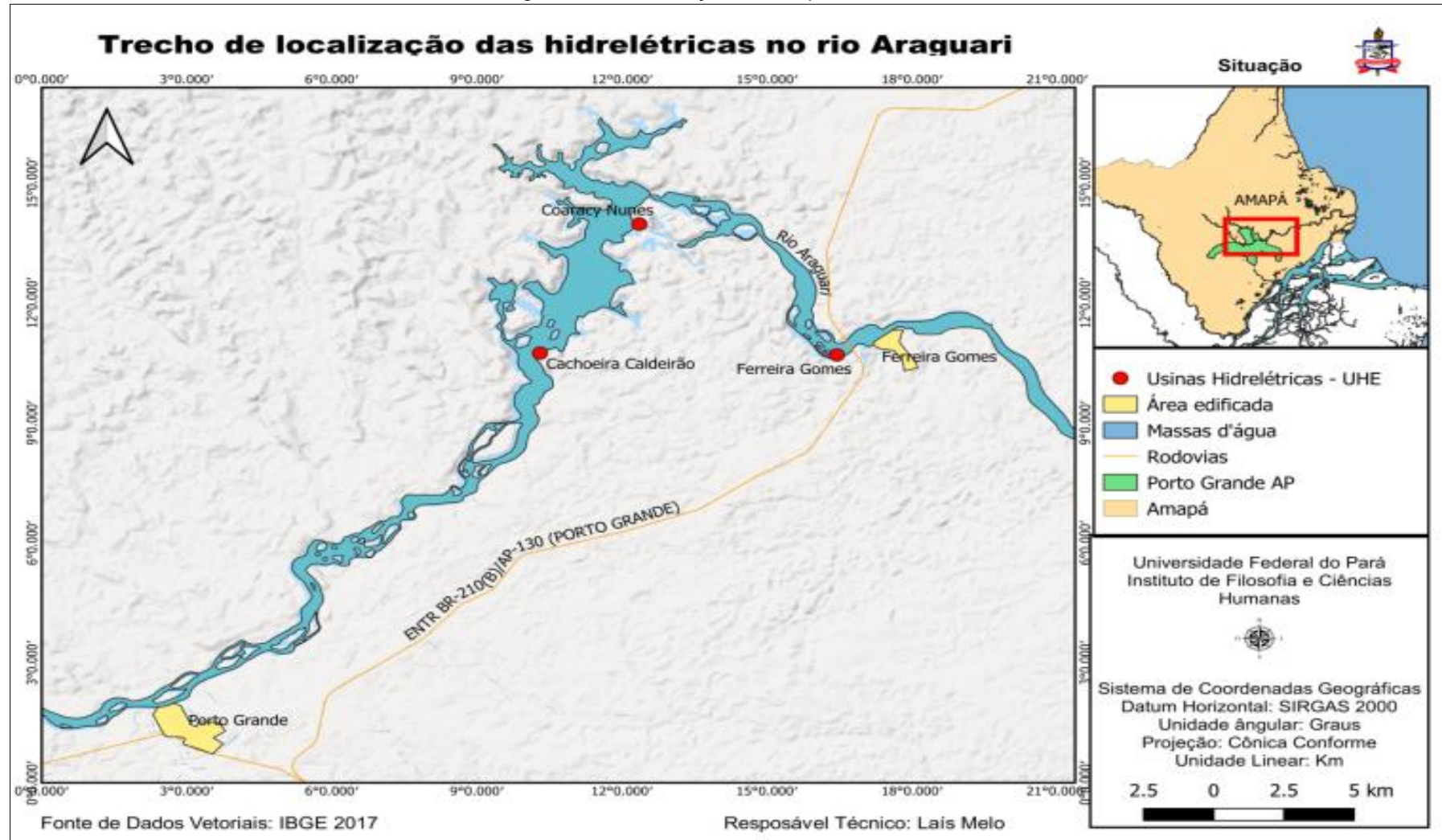
Ambas estão situadas no município de Ferreira Gomes, situado no Rio Araguari, sob as coordenadas geográficas: 51°11'41, 071"W e 00°51'20, 126 N (ALUPAR, 2010). A UHE Ferreira Gomes e UHE Cachoeira Caldeirão estão sob as coordenadas geográficas: N 00°51'10" e W 51°17'48", esta última entre os dois municípios ((EECC), 2013).

O estabelecimento de usinas hidrelétricas no Araguari não é recente, datando já no ano de 1948 um projeto, e sendo efetivada durante a década de 70 a construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes. É posto como um vetor no povoamento do trecho médio do Araguari, no qual está o atual município de Ferreira Gomes (ECOTUMUCUMAQUE, 2009). O contexto da UHE Coaracy Nunes está ligado ao movimento dos empreendimentos minerais vigentes nesse período no Amapá, induzido pelo aumento da população e decorrente do processo de urbanização ocorrido na capital amapaense (VIANA, 2017). Neste sentido, cabe salientar os diversos impactos sociais e ambientais decorrentes da instalação de empreendimentos hidroelétricos, exaustivamente discutidos pela literatura, (FEARNSIDE, 2015), (BERMANN, 2001), (MAGALHÃES, 2009), (MARIN e CASTRO, 2009).

Dentre as principais causas da instalação desses empreendimentos na Amazônia brasileira está o fornecimento de energia para a indústria eletrointensiva de alumínio (FEARNSIDE, 2015). De tal modo, esses empreendimentos estão ligados a uma lógica de atender aos mercados globais (BERMANN, 2001). Neste contexto, a Figura 23 demonstra o curso principal do Rio Araguari e os empreendimentos hidrelétricos entre as duas cidades localizadas no médio Araguari.

Os recentes aproveitamentos hidrelétricos estabelecidos na bacia do Araguari (Figuras 24 e 25) compreendem uma lógica homogeneizadora vivenciada em países em processo de industrialização, cujas economias estão voltadas para a exportação de *commodities* e assentadas em grandes empreendimentos de infraestrutura.

Figura 23 – Localização dos empreendimentos



Fonte: IBGE, adaptado por Melo (2020)

Sobre a instalação de empreendimentos dessa magnitude, Bermann (2007) aponta o comprometimento de atividades a jusante, como a diminuição da qualidade da água, o assoreamento do corpo hídrico, o aumento de doenças de veiculação hídrica, a exclusão de usos múltiplos previamente existentes no espaço ocupado pelo reservatório e, dentre outros, o deslocamento compulsório de populações e atividades (BERMANN, 2007). Nas Figuras 24 e 25, as hidrelétricas Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes.

Figura 24 – Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão



Fonte: (CESBE, 2019)

Figura 25 – Hidrelétrica Ferreira Gomes



Fonte: ALUPAR (2019)

Neste contexto, Moretto (2012) fala em tendências de planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras. Para isso, o autor leva em conta o potencial disponível e as restrições ambientais, sendo aquele possível de ser entendido em quatro períodos que se iniciam na década de 1950.

No primeiro período (1950-1979) da segunda metade do século XX praticamente todo o potencial hidrelétrico esteve disponível para o planejamento hidrelétrico, seja na região amazônica (potencial hidrelétrico disponível de 132 mil MW), seja nas outras regiões hidrográficas (potencial hidrelétrico disponível de 125mil MW). De acordo com Moretto, este período é configurado pelos planos de nacionalização da produção e distribuição de energia hidrelétrica derivados da Era Vargas e ocasionados pela ascensão e consolidação da estatização do setor (MORETTO *et al.*, 2012). Característico também desse período é o acesso ao financiamento a países subdesenvolvidos. Vale ressaltar que obras como a construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, como antecipado no primeiro capítulo, ocorrem nesse período, sendo favorecidas pelos planejamentos regionais.

Apesar desse período já se valer de instrumentos importantes da política ambiental, como o *Código das águas* (MORETTO *et al.*, 2012), a gestão ambiental era feita, sobretudo, com base no controle da poluição industrial, ignorando o uso do planejamento territorial de atividades e empreendimentos, que surge em 1970.

O período que vai de 1980 a 1999 é denominado por Moretto (2012) de retroalimentação negativa, que é marcado por um quadro de ausência de oportunidades para que o Estado brasileiro decidisse por um conjunto de políticas públicas, visando o aproveitamento hidrelétrico em grande escala em 1980 (MORETTO *et al.*, 2012). O período é marcado por novas exigências do Banco Mundial, sendo criada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981. Sendo inseridos mecanismos regulatórios, criam-se novas condicionantes. Neste período, registra-se a criação de 28 usinas hidrelétricas.

Há, ainda, a instalação das usinas hidrelétricas Balbina e Tucuruí, bem como o planejamento do complexo hidrelétrico do Rio Xingu. Não foram priorizados os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia em razão dos impactos ocasionados pela UHE Balbina e Tucuruí.

Durante o período que vai de 2000 a 2010 consolida-se a crise de energia elétrica: o apagão. A crise é apontada como consequência das exigências e das restrições ambientais impostas pelos instrumentos de políticas ambientais, sendo

isso usado como justificativa para a retração do crescimento econômico (MORETTO *et al.*, 2012). Por fim, este período é marcado pela retomada política, institucional e técnica do planejamento hidrelétrico, uma vez que é realizado o replanejamento da parte governamental que põe em pauta o futuro do licenciamento ambiental.

São tomadas medidas a partir de uma articulação dos diversos agentes da indústria, justiça e ministério público; órgãos ambientais e da sociedade civil (MORETTO *et al.*, 2012). Em resumo, houve a retomada de empreendimentos na Amazônia, havendo uma reorientação justificada pela escassez de potencial hidrelétrico em grande parte das bacias hidrográficas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Restou, então, o redirecionamento para a região amazônica.

O período que vai de 2011 a 2020 é marcado pelo Programa Aceleração do Crescimento (PAC), que intensifica a exploração do potencial disponível na região amazônica, pela retomada da construção de usinas hidrelétricas de grande porte na região amazônica, como a inserção dos empreendimentos hidrelétricos Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, no trecho médio do Rio Araguari. Ressaltam-se as alterações apresentadas pelos empreendimentos nos aspectos socioeconômicos e socioambientais apresentados pelos estudos das áreas diretamente impactadas e aquelas conferidas pelos diversos pesquisadores que vem encontrando variadas alterações, que passam a superar a perspectiva desses estudos.

Essas modificações passam pela dinâmica urbana das cidades localizadas no trecho médio (CORRÊA e PORTO, 2017), bem como sobre as comunidades moradoras do trecho médio que sobrevivem da pesca artesanal (MARINHO, 2018), (LIMA e SILVA, 2019).

Corrêa (2017), ao estudar as cidades do trecho médio do Araguari, aponta uma série de deficiências no espaço urbano de Ferreira Gomes e Porto Grande. Dentre os impactos nessas cidades está a ocupação irregular, feita sem nenhuma estrutura a respeito de infraestrutura básica. Outro fato, trazido pela mesma autora, é a ruptura que a população de Porto Grande passou a ter devido ao remanejamento da população habitante das proximidades da orla: estes habitantes passam a se reconfigurar em espaços mais distantes do rio.

Marinho (2018) trata das mazelas sociais ocasionadas por esses empreendimentos que reconfiguram atividades como a pesca artesanal. Problemas na identificação de pesqueiros, no acesso, na trafegabilidade e, por consequência, o abandono da atividade são problemas elencados pelo autor.

Desse modo, abarcamos, a partir da análise dos conflitos na pesca, a compreensão dos diferentes agentes, expondo-os através dos aspectos levantados em campo. Como os distintos grupos passam a se interagir, são ocasionadas interferências na atividade pesqueira artesanal de Porto Grande.

4.3 TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO: CONFLITOS NA PESCA ARTESANAL NO ARAGUARI

Desde 2014, são registrados, ao longo do Rio Araguari, impactos diversos na pesca artesanal. A partir de manifestações, os pescadores artesanais do rio Araguari (Figura 28), juntamente com o Movimento Atingidos por Barragens (MAB), denunciam ao Ministério Público do Amapá o aparecimento de peixes mortos, cujas causas principais são os empreendimentos hidroelétricos (GUIMARÃES, 2018).

Para esta análise tomamos por base o uso do mapeamento participativo como metodologia na identificação das territorialidades e das tramas que ocorrem ao longo do Araguari - Amapá. Os mapas são parte de uma abstração. O imaginário cartográfico e as representações do território passam, assim, a recortar o real para descrevê-lo (ACSERALD, 2008). O uso do mapeamento participativo se torna uma opção na análise territorial e na identificação de territorialidades, já que estas se realizam pelo desempenho dos sujeitos com os seus espaços relacionais (RAFFESTIN 1993) e (SACK 1986).

Desde a década de 1970, pelos intensos processos de transformações ocorridos nas diversas esferas, tornou-se imprescindível o uso de ferramentas que pudessem trazer a possibilidade de reconhecimento de territórios e territorialidades. Nessa infinidade de singularidades existentes, tal possibilidade passa a se chamar cartografia social, circunscrevendo uma modalidade da cartografia. Dessa forma, os sujeitos e as coletividades passam de usuários de mapas a fazedores de mapas (ACSERALD, 2008).

Sobre os processos, os sujeitos e as coletividades são a parte interessada que passa delinear limites territoriais, assim como também fazer o levantamento dos recursos disponíveis, o que resulta em mapas situacionais e dinâmicos, que podem ser, de acordo com Silva e Verbicaro (2016), realizados com o auxílio da tecnologia computacional.

Silva e Verbicaro ressaltam o uso dessa metodologia como possibilidades para a gestão dos recursos, assim como no planejamento, além da possibilidade de representar fenômenos. Dessa forma, o uso do mapeamento participativo foi realizado com objetivo de compreender a partir da perspectiva do pescador artesanal as tramas existentes ao longo Araguari - AP, conforme o mapa, Figura 32.

O mapeamento participativo com os pescadores artesanais do Araguari só foi possível devido às incursões a campo durante esses dois anos (2018-2019), nos quais pudemos estabelecer uma relação de proximidade com a comunidade, esta que passa a ressaltar as principais dificuldades em suas atividades, apontando problemas como a mortandades de peixes, maior imprevisibilidade durante as pescarias, fuga de espécies e a perda na qualidade do pescado. O que ocasiona impacto direto sobre o estoque pesqueiro e afeta, portanto, as famílias que sobrevivem da pesca artesanal. É de conhecimento da população pesqueira do Rio Araguari a atuação dos diversos agentes hegemônicos que passam a impactar diretamente nas vidas da população ribeirinha.

O estabelecimento dos aproveitamentos hidroelétricos tinha como uma das promessas a geração de emprego na área de influência. No entanto, não foi como esperado pela população, mas, sim, foi um fator determinante no empobrecimento, ainda maior, principalmente dos pescadores artesanais. Deste modo, no decorrer das entrevistas constatou-se um descontentamento e uma desesperança da população afetada conforme aponta a fala do entrevistado “A”, o que tem se tornando comum nas áreas de empreendimentos hidrelétricos:

A pesca no Araguari, depois que fecharam *ali pra cima*, ficou complicado pra nós, mudou muito. Antes não era assim, agora temos que procurar outro meio de *ganha dinheiro* pra nós *comer* e nossos filhos (pescador A, 43 anos, 15 anos de pesca no Rio Araguari)

Pela idade e tempo na atividade, o entrevistado vivenciou todos os processos que decorreram da instalação dos empreendimentos, a saber, a instalação do Aproveitamento Hidrelétrico Ferreira Gomes (operação de 2014) e Aproveitamento Hidrelétrico Cachoeira Caldeirão (operação de 2016). Enquanto pescador artesanal, o seu relato apresenta a mudança com a instalação, ao mencionar que antes não era assim, ao referir-se à transformação na atividade pesqueira, além de apontar indícios de envolvimento em outra atividade como meio de sobrevivência.

Mas este não é o único caso, os pescadores artesanais do médio Araguari identificam logo no início da atividade hidrelétrica a mortandade de espécies (Figura 29) em um local próximo ao empreendimento hidrelétrico. Estes episódios têm motivado a revolta nos trabalhadores, que passam a organizar-se em movimentos e mobilizações, conforme a Figura 26:

Figura 26 – Missa em protesto aos impactos no Araguari



Fonte: Guimarães (2018)

Figura 27 – Peixes mortos em Ferreira Gomes



Fonte: Guimarães (2018)

De acordo com um dos participantes, as reivindicações são inúmeras, não apenas dos membros da atividade da pesca, mas também de moradores que tiveram seus terrenos inundados na margem do Rio Araguari. A luta dos pescadores soma-se à luta dos atingidos pela barragem.

De acordo com o Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), a formação de bolhas embaixo da pele e as alterações nas pálpebras, características de embolia gasosa, são causadas pela supersaturação da água liberada do vertedouro. Nesta mesma premissa, o entrevistado “B” constata a presença de vermes no pescado (RESISTÊNCIAS):

Antes o rio era livre, com o fechamento aqui e o fechamento ali *os bicho aparece* podre, verde e com verme. *Pra* pegar uma coisa boa, tem que subir essa Araguari até lá na FLONA quando tem *pra* gasolina *dá* quando *não tem pra gasolina* não dá, a gente gasta dois a três dias pra chegar lá na boca do alto Araguari, o gasto é de uns 500 reais: *ai não*, o motor não *guenta* muita coisa. *Pesca lá* pra banda do galho podre eu não vou, já morreu outro dia lá (Entrevistado B, 63 anos, pescador, desde sempre)

O que se repete nas falas é a percepção do pescador sobre o empreendimento hidrelétrico e os seus impactos nas pescarias: o barramento do rio que impossibilita a chegada em alguns lugares antes passíveis de pesca; a dificuldade pelo barramento e pela área de formação do lago, onde há presença de galhos secos e troncos apodrecidos (Figura 28 e Figura 29), possivelmente áreas de pesqueiros e de piscosidade. Muitos elementos são trazidos na fala do entrevistado “B”. Dentre eles, é importante o que fala sobre o valor investido no combustível utilizado na locomoção.

A referida fala faz referência aos acampamentos até o alto Araguari, realizado por muitos pescadores. Indiretamente é possível apontar que com os barramentos o fluxo em direção ao alto Araguari se torna mais intenso, tido que nesta localidade está assentada a base do ICMBio.

Enquanto reserva, a FLONA tem um limite no que se refere à pescaria. Ao passar pela base, o pescador deixa registrado que está subindo para pescar, e ao retorno o mesmo é feito, podendo ser observados os tamanhos das caixas térmicas e também as quantidades pescadas. A base deste registro é feita pelos vigilantes que colhem assinaturas dos pescadores.

Figura 28 – Área inundada pelo empreendimento hidrelétrico



Fonte: dados de campo (2018)

Figura 29 – Área inundada, com perda da vegetação



Fonte: dados de campo (2018)

Sobre a relação dos pescadores com a FLONA, tal é relatada como tranquila, uma vez que em outro momento já houve uma pressão maior. Mas, devido às dificuldades percebidas pelo ICMBio, é possível pescar no interior da reserva. Sobre isso, o entrevistado a seguir relata:

A gente só não morre porque pesca na FLONA. Já foi difícil pescar lá, mas quando viram que nós *não tinha* alternativa liberaram. Tem os limites lá, tem *umas regra*, mas é tranquilo é só *seguir* tudo direitinho que não tem bronca não. *Lá tá* ruim *pros* pessoal de lá também teve tempo que vinha estrangeiro direto, agora não tem tanto gringo vindo não. Mas pra pescar *tá* bom *pescar* lá no Santa Rosa. (Entrevistado, 55 anos, pescador, desde os 15 anos)

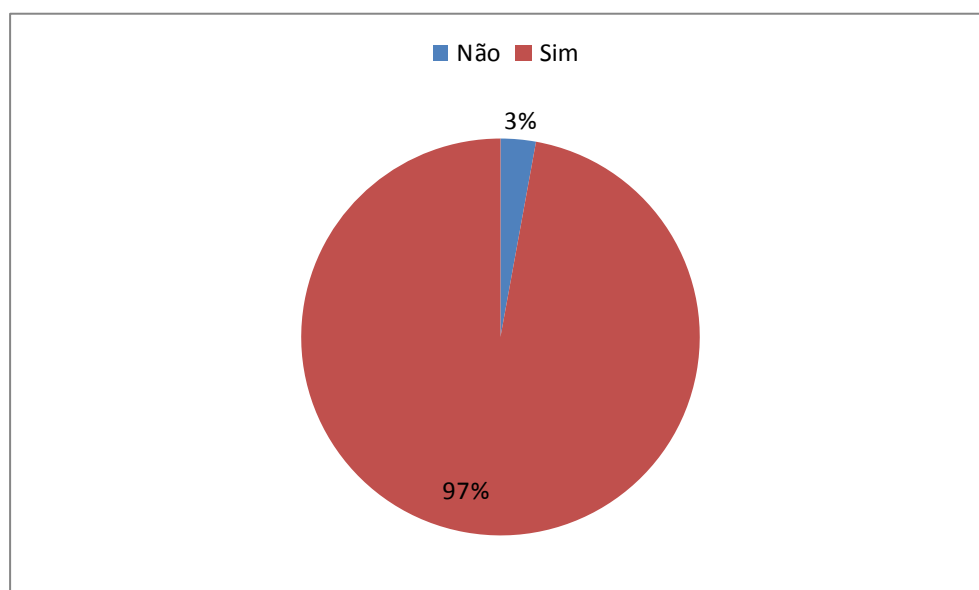
Nessa fala, um novo elemento é acrescentado à relação com ICMBio/FLONA, a transformação dessa relação. Compondo a área de amortecimento, Porto Grande, bem como os pescadores artesanais, está no plano de manejo da instituição como sujeitos que fazem parte da comunidade. Uma referência apontada é quanto à percepção feita pelo pescador da instituição, talvez sobre as transformações recentes ocorridas na política e na administração desses espaços. Outra referência feita é quanto à regulação de entrada e à permissão. No decorrer das idas a campos, pôde-se levantar que dentro da Unidade de Conservação existem mais de trintas pesqueiros, áreas relevantes para a pesca, que pela incidência de cardumes é suscetível à pesca, bem como à acomodação de apetrechos fixos, dos quais é citado o pesqueiro Santa Rosa, que é bastante referenciado pelos pescadores.

As idas até os pesqueiros exigem dos pescadores investimento em tempo, alimentação e combustível:

Para pescar *lá pra* banda do Santa Rosa temos que colocar *uns* 500 reais de *gasola* porque é muito longe e o motor queima muito óleo, até chuva já peguei no rio, a gente passa de cinco dias a oito *lá pra banda da FLONA*, *aí* tem que levar o que comer, o que beber e ainda tem o gelo. O gelo dura cerca de cinco dias, a gente deixa a pedra do gelo ficar no ponto de fumaça *aí já tá* bom *pra* acampar *dá pra* durar até a volta, chega na cidade com peixe *pra* comer e *pra* vender, porque aqui já não se pega mais nada, à frente da cidade já foi boa, mas *aí* desgraçaram nossa vida. (Entrevistado C, 48, pescador artesanal, desde a infância)

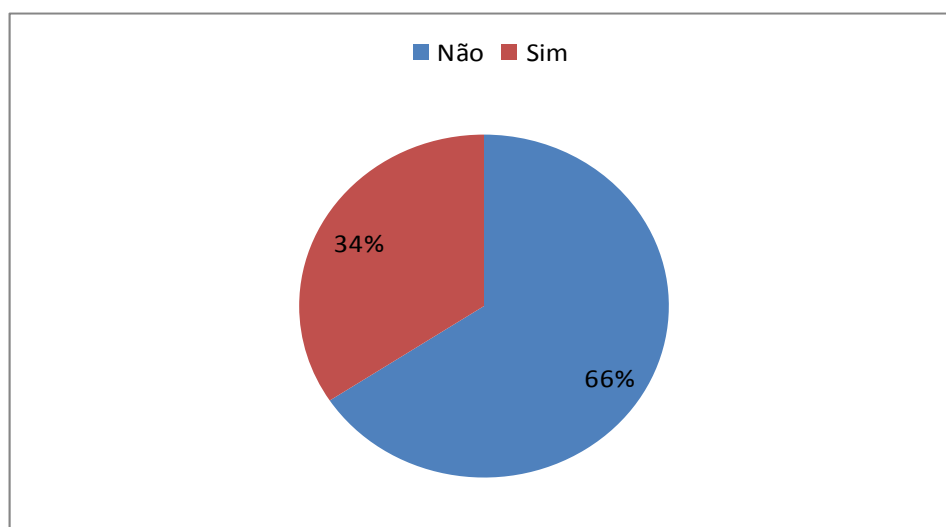
Com a fala do pescador “C” podemos perceber que os impactos na atividade passam atingir o pescador financeiramente. Com a distância, o pescador passa a ter que gastar mais com a gasolina e com os mantimentos. Ao retratar a transformação, o pescador afirma, sobre a condição da pesca, que os “desgraçaram”, ao se referir à maior distância, que agora ele passa a percorrer, e também à antiga possibilidade que havia de pescar nas proximidades da cidade, isto é, perto de sua própria residência, próxima à orla. Mesmo com essa nova dificuldade, realizar esse trabalho ainda é uma possibilidade de “vender” e “comer. Sobre as alterações decorrentes dos empreendimentos hidrelétricos, temos um percentual nos Gráficos 6 e 7:

Gráfico 6 – Percentual de entrevistados



Fonte: dados de campo, obtidos por meio de questionários aplicados (2018-2019)

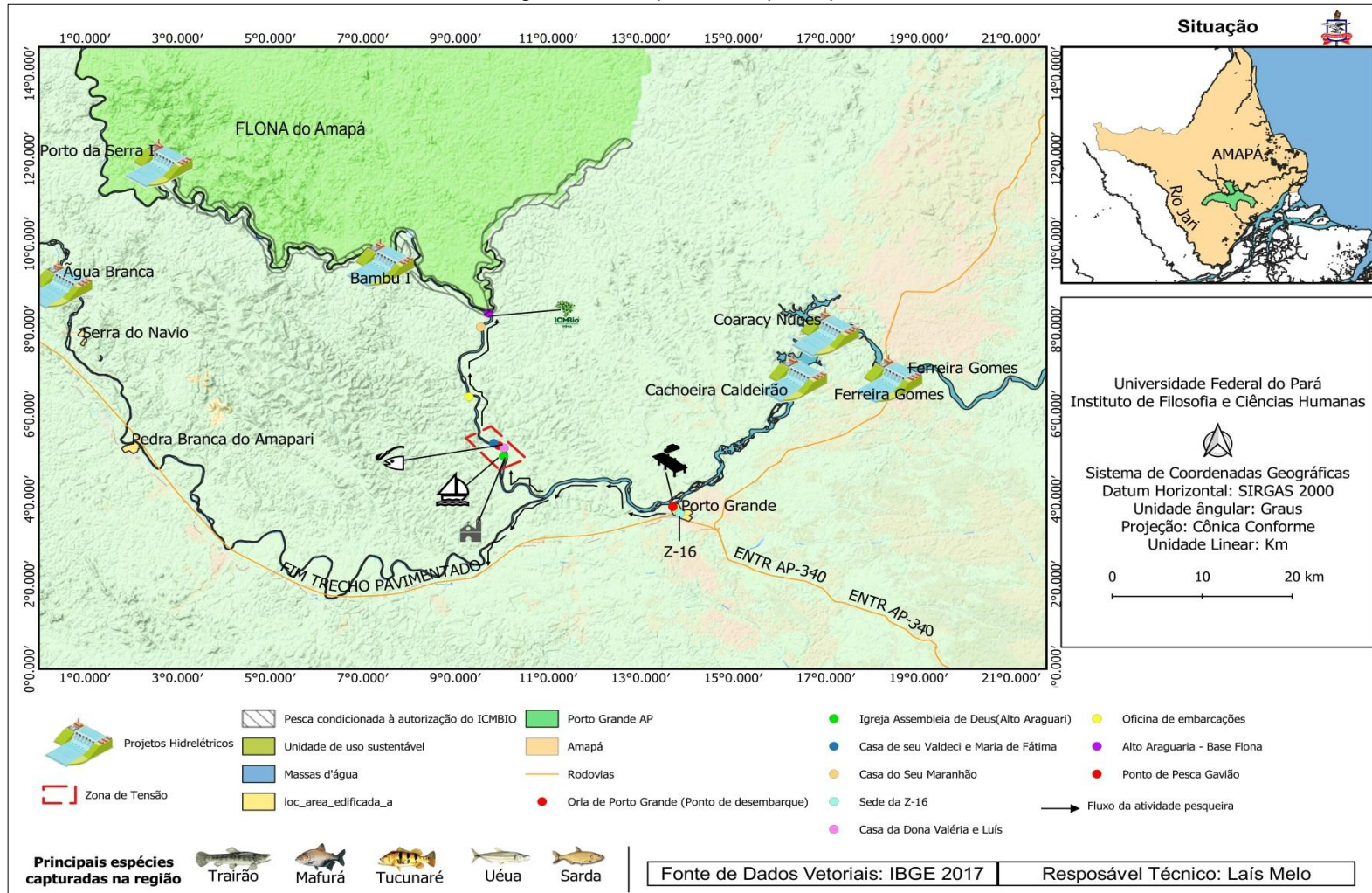
Gráfico 7 – Dados sobre dificuldades de acesso ao recurso



Fonte: dados de campo, obtidos por meio de questionários aplicados (2018-2019)

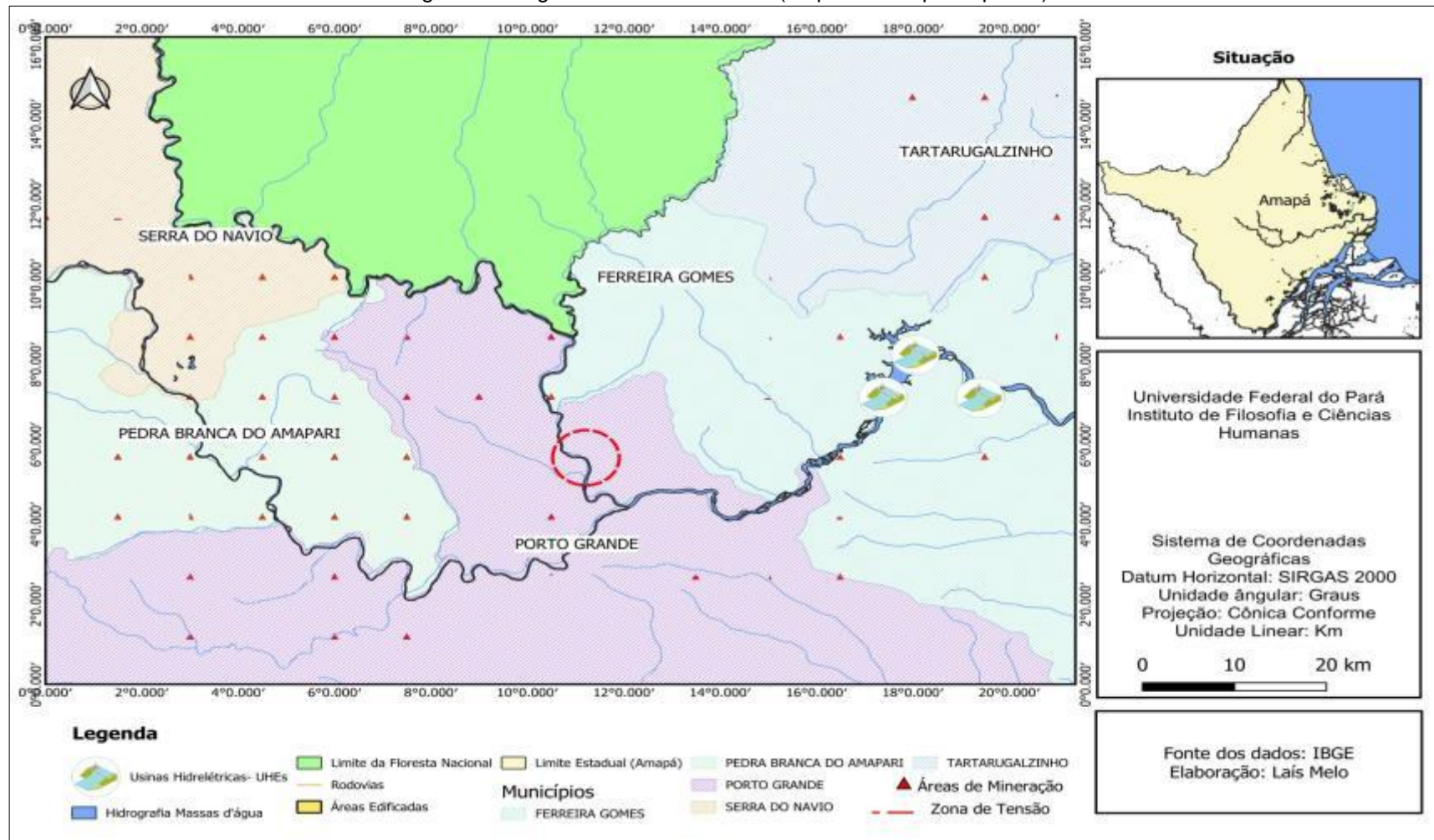
No mapa que segue, materializa-se a percepção dos pescadores, frente aos diversos agentes transformadores do Rio Araguari (Figura 30). Explicitam-se os aspectos intrínsecos à atividade, como os principais peixes, área de embarque e desembarque, bem como os atuais fluxos pesqueiros, em direção ao alto Araguari e às áreas de tensões.

Figura 30 – Mapeamento participativo



Fonte: dados de campo obtidos em (2019)

Figura 31 – Agentes transformadores (mapeamento participativo)



Fonte: dados de campo obtidos em (2019)

No mapeamento participativo realizado com os pescadores artesanais de Porto Grande, alguns aspectos puderam ser ressaltados sobre a pesca artesanal e a relação desta com os agentes transformadores, a saber, a noção de obstáculo e a percepção sobre os aproveitamentos hidroelétricos que ainda estão em projeto, mas que já fazem parte do imaginário e do temor dessas comunidades, como Porto da Serra, Bambu I e Água Branca no afluente do Araguari. Podemos chegar nos principais expoentes dessa discussão que sintetizam as falas supracitadas.

Figura 32 – Mapeamento



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Sobre os aproveitamentos dos empreendimentos e dos projetos hidrelétricos, os seis empreendimentos identificados no Rio Araguari compõem um projeto maior, estudado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) desde 2000. Esse projeto previa 19 empreendimentos nas principais bacias do estado do Amapá, cujo ganho seria de 665 MW. Estes empreendimentos compreenderiam os seguintes rios:

Figura 33 – Geração de energia prevista pelos empreendimentos hidrelétricos no Araguari

EMPREENDEMENTOS HIDRELÉTRICOS NA BACIA DO ARAGUARI	
Água Branca	73 MW
Bambu	84 MW
Ferreira Gomes	153 MW
Porto da Serra	54 MW
Cachoeira Caldeirão	134 MW
Coaracy Nunes II	104 MW

Fonte: ANEEL, adaptado por Lima (2020)

O estabelecimento desses empreendimentos na região do Araguari, além de provocar os desequilíbrios ambientais, que conseqüentemente passam a afetar as territorialidades, também promove a estranheza, conforme aponta a Figura 31, a revolta e as possíveis áreas de tensões. Apesar do projeto prometer o aumento na geração de energia, os ribeirinhos revelam ainda o uso de lamparina, conforme a fala do entrevistado “D”. Quando pergunto sobre a energia na região, sorridente, o pescador me responde:

Quando eu saí um dia com a minha mulher, quando voltei tinha esse negócio *aí*. Não sei o que significa, ninguém pediu permissão, ninguém falou nada. Botaram isso, até hoje não sei *pro que serve*, tenho até medo dessas coisas, agora essas estacas *aí* é régua, mas essa placa *aí* não, sei o que ninguém veio *dá* satisfação. (Ribeirinho, pescador artesanal, 57 anos, 35 anos de pesca).

A fala do pescador retrata a estranheza sobre os objetos instalados na frente da sua residência (Figura 34). Sem energia na casa, a família se vê encurralada pelos empreendimentos hidrelétricos. O mesmo pescador ressalta que o fluxo em direção à FLONA aumentou. Ele também afirma que já teve prejuízo com redes que estavam fixadas às proximidades e que foram rasgadas, perdendo, assim, todo peixe que estava dentro dela.

Figura 34 – Medidores instalados pela empresa Cachoeira Caldeirão



Fonte: dados de campo (2019)

Com as restrições ocasionadas pelo alagamento de áreas, aumenta-se o risco e a insegurança nas diversas práticas, ocasionando intrafegabilidade. Assim, novas áreas passam a ser inseridas nas rotas da pesca, e esse fluxo passa a ser intenso, já que é integrado tanto por pessoas que seguem em direção à FLONA como por aquelas que usam o rio para a prática esportiva. Logo, ocorre uma maior pressão sobre a pesca artesanal ribeirinha, dos pescadores *monovalentes*.

Pescadores do Araguari percebem as práticas esportivas ou de lazer enquanto danosas à pesca. Relatam como constante a presença de pessoas que vêm até o Araguari com “armas de mergulho” para capturar o peixe, conforme o relato a seguir:

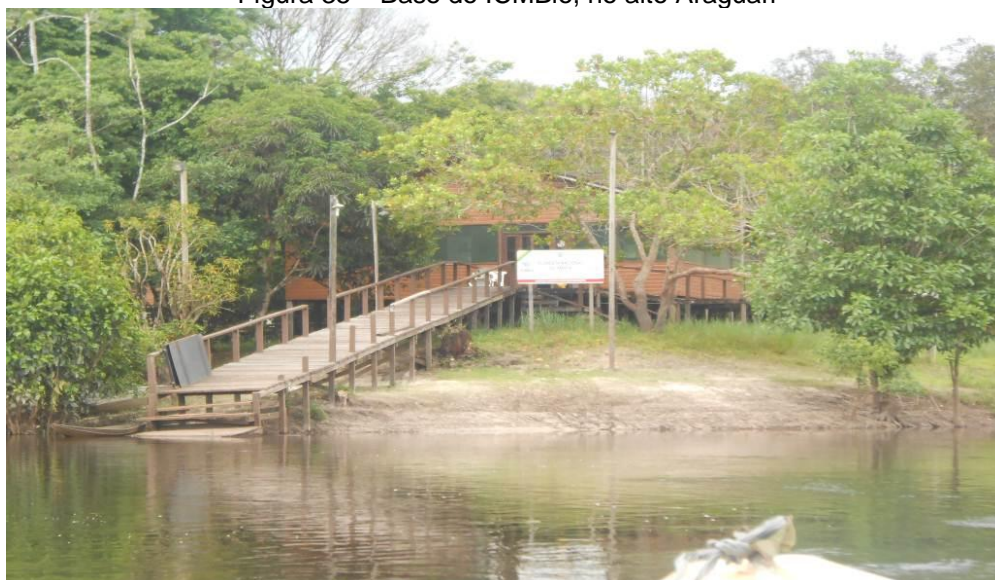
Não tem regra *pra* eles, não. Todo tempo, às vezes o peixe *tá* novinho. Isso aqui virou terra sem lei, esse pessoal vem *pra* cá de noite, embarcações de gente que mostra que tem grana e fica *aí* matando a nossa comida, o peixe já está escasso, nem é tempo de pesca *pra* nós, mas *pra* eles todo tempo *tão* *aí* não tem ninguém por nós (Entrevistado E, 55 anos, pescador artesanal, desde os 18 anos)

Este relato torna evidentes os conflitos entre pescadores e agentes transformadores. A situação, marcada pela ausência de acordos pesqueiros e de fiscalização ambiental, repete-se nas descontentes falas dos ribeirinhos sobre os empreendimentos hidrelétricos e as diversas formas de uso do Rio Araguari.

A relação estabelecida entre as Unidades de Conservação - FLONA e os pescadores é a alternativa para a prática pesqueira. Apesar das suas restrições, como a do controle realizado pela FLONA ao determinar que a pesca deve ser realizada em determinados períodos e em determinadas quantidades, pode-se falar em pesca condicionada ou restrita.

Em conversa com funcionários, estes apontam a necessidade de trabalhos voltados ao manejo, principalmente o pesqueiro, que acontece dentro da FLONA. Atualmente, os principais pesqueiros estão localizados dentro da Unidade de Conservação:

Figura 35 – Base do ICMBio, no alto Araguari



Fonte: dados de campo (2019)

Figura 36 – Pesca realizada dentro da FLONA



Fonte: dados de campo (2019)

Os pescadores artesanais, moradores da FLONA, possuem registros na colônia Z-16, em Porto Grande. Apesar de parte da FLONA se encontrar dentro do município de Ferreira Gomes, sua dinâmica é bem próxima com a cidade de Porto Grande, a qual passa a realizar a comercialização na cidade de Porto, assim como compra de mantimentos e matérias da pesca.

Levando em consideração a desestruturação da malha pesqueira artesanal (PAULA, 2018), em Porto Grande, os principais impactos que podem ser apontados decorrem da pressão sobre os novos espaços, sobre as Unidades de Conservação, ocasionando um maior fluxo, que passa a interferir nos espaços de moradias e, conseqüentemente, em espaços de pescarias estabelecidos por famílias ribeirinhas, vistas como famílias polivalentes.

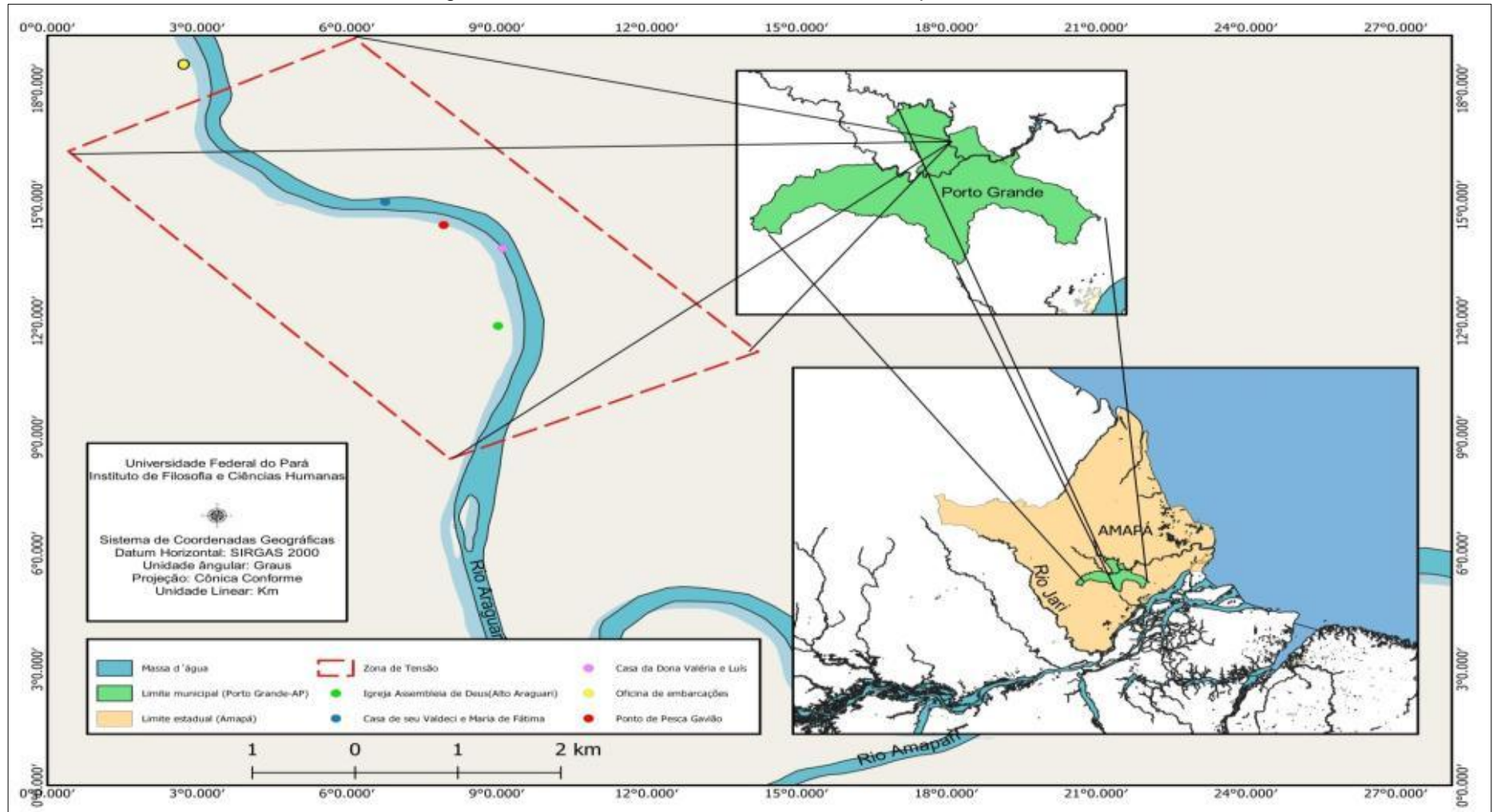
Entre outros problemas que podemos discurrir está a incidência de conflitos, que em algumas situações já resultou em ameaças, conforme aponta a Figura 37. Essas tensões, que passam a ser apontadas, estão circunscritas num campo maior da conflitualidade.

As relações dissimétricas que foram se estabelecendo ao longo do Rio Araguari, passam a expropriar as famílias ribeirinhas. Esse processo de

expropriação é um processo que não se limita aos aspectos pesqueiros, mas é construído há décadas no cenário amazônico. Pela invisibilização das famílias ribeirinhas, com mapeamento participativo utilizado nas décadas de 70 a 80 (LOUREIRO, 2004), as lutas passaram a ganhar visibilidade, assim como os pontos de tensão.

A projeção a seguir amplia o que passamos a chamar de cenário de tensão no Araguari. A desestruturação dos nós, conforme Paula (2018), desequilibra as teias de relações, desencadeando a cena de conflitos localizados em menor escala, mas sem pormenorizar a importância desses. Sobre os conflitos na pesca, Silva (2006) aponta para as relações decorrentes da inserção e do uso dos apetrechos, ocasionando desentendimentos que podem ser levados a ter registro policial. No Araguari, identificamos os conflitos com base nos relatos decorrentes de causas maiores, como a reconfiguração de espaços, ocorrida principalmente pelo impacto ambiental.

Figura 37 – Áreas identificadas como de tensão, na pesca artesanal



Fonte: dados de campo, obtidos pela percepção dos pescadores artesanais de Porto Grande (2019)

O que passamos a chamar de zona de tensão diz respeito à projeção em uma escala local do conflito. A desestruturação decorrente principalmente dos aproveitamentos hidrelétricos decorreu primeiramente com uma reconfiguração espacial, seguida do desequilíbrio ambiental, que desestabilizou os chamados pesqueiros, influenciando principalmente na piscosidade e assim ocorrendo o desequilíbrio ecossistêmico, impactando o trabalho pesqueiro artesanal.

Dessa forma, o que chamamos de impacto pesqueiro compreende os aspectos transformadores do exercício do trabalho na pesca artesanal, assim como na reprodução do modo de vida. Este que pode ser confirmado pelas temporalidades de políticas, que foram sendo inseridas no espaço amazônico sem levar em consideração os aspectos sociais, mas estabelecidos em uma política presa a dados econômicos (BORTOLETO, 2001).

Deste modo, a presente pesquisa vem a contribuir com a discussão acerca das resistências no Araguari, bem como para o cenário das lutas dos pescadores artesanais. A perspectiva passa a apontar os distintos cenários de desestruturação da atividade pesqueira artesanal, sendo eles:

- Desestruturação de áreas e, conseqüentemente, de pesqueiros;
- As mudanças nos fluxos;
- Maior pressão sobre os atuais pesqueiros;
- Tensões entre a pesca artesanal e outras atividades (dentre as quais aponta-se o uso de arma de mergulho);
- Extinção de espécies; e
- Insegurança no acesso a determinadas áreas.

Esses são alguns pontos que puderam ser levantados durante os trabalhos de campo realizados conjuntamente com os pescadores do Araguari – Porto Grande/AP. Os dados levantados em campo só vêm a reafirmar o que já é debatido pela ampla literatura acerca dos empreendimentos hidrelétricos, ou seja, a desestruturação de áreas decorrente da fuga de espécies, que decorre conseqüentemente de vários fatores já definidos por Fearnside (2014), ocasionados pela inundação de extensas áreas além da ocorrência de gases do efeito estufa.

Essa alteração contribui, inclusive, para a morte e dispersão das espécies, ao mesmo tempo que contribui para que as rotas sejam alteradas, tendo em vista o

desequilíbrio ambiental e a necessidade de ir em busca de novos pesqueiros, quando não há o abandono da atividade.

Com a mudança nos fluxos, a rota passa a seguir em direção ao alto Araguari, ocorrendo uma maior pressão nas áreas de circulação e, conseqüentemente, afetando os moradores ao longo do trajeto. Uma vez que é um ponto de tensão, já que a região é frequentada não só por pessoas que buscam o lazer mas é também pelos próprios moradores ribeirinhos, ressalta-se o abuso relacionado ao roubo de redes, cardumes e mesmo extravio de apetrechos (como pescadores que já tiveram suas redes cortadas e o cardume roubado).

Ressalta-se a insegurança no acesso a áreas alagadas na busca de regiões piscosas: já houve situações de acidentes de troncos podres que caíram em cima de embarcações. Em alguns casos, a população se vê obrigada a buscar alternativas para a subsistência.

Deste modo, confirma-se o que já vem sendo trabalhado pela literatura: a população pesqueira de Porto Grande vem passando pelo processo de desestruturação, gerando impactos ambientais na região do Araguari.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de empreendimentos hidrelétricos instalados no Rio Araguari – Amapá deve ser pensada a partir do panorama amazônico de políticas que atravessaram temporalidades e que foram articuladas pela mentalidade de vazio demográfico de reserva de recursos naturais, assim como pelo enrijecido discurso de atraso lançado sobre a região e sua população. Os principais motivos para tal preocupação surgiam de discursos que previam para a região segurança nacional, controle territorial e desenvolvimento.

Confirma-se, portanto, a hipótese principal, segundo a qual o que aconteceu na região foi o atendimento às demandas globais em detrimento das demandas locais nas quais estão circunscritas as territorialidades tradicionais, como a pesca artesanal. Assim, compreendemos os projetos inseridos no escopo amazônico como instrumentos cruciais na transformação territorial de comunidades tradicionais.

Esta mudança nas comunidades é possibilitada pela transformação política de distintos períodos, aliada à necessidade externa de atendimento a mercados globais. Neste contexto, os pescadores artesanais do Araguari, sofrendo os impactos dessa mudança, passam a ter suas dinâmicas alteradas, o que afeta a rede de conformação das atividades, sendo elas, portanto, descaracterizadas. Isso é desencadeado principalmente pela instalação recente de empreendimentos hidrelétricos.

Decorrente da análise feita sobre a instalação dos empreendimentos hidroelétricos, constatou-se a atuação de outros usos, ao longo do Rio Araguari, que compõem o cenário atual da pesca artesanal brasileira. Como a mineração, a presença de Unidades de Conservação. Agentes que passam a estabelecer outros tipos de relação com o rio e passam a atingir a pesca artesanal, seja pela restrição e condicionamento do rio. Como pelo fator ambiental, como a mineração que se mostra danosa a ictiofauna do Araguari. Quanto ao contexto dos empreendimentos hidroelétricos, constata-se efeitos que atingem as territorialidades dos pescadores artesanais.

Atingindo principalmente o ambiente da ictiofauna, com a extinção de espécies, ocorre a perda de pesqueiros que correspondem às conformações territoriais dos pescadores artesanais. Com a dispersão no ambiente pesqueiro, há perda de características fundamentais no reconhecimento das espécies. Com o

barramento no Araguari, áreas produtivas para a pesca artesanal foram inundadas, ocasionando a perda da vegetação pela decomposição, o que altera a qualidade do peixe.

Para os pescadores artesanais, isso constitui um efeito devastador, pois, com as alterações constatadas, torna-se a cada dia mais difícil sobreviver da pesca. O impacto sobre a ictiofauna altera toda a extensão territorial da atividade, ficando inviável a sua continuidade, já que esta se torna escassa e competitiva. Ocorre, então, o nascimento de tensões e conflitualidades, conforme constatado nas cartografias realizadas.

Com os mapeamentos participativos, a percepção dos pescadores evidencia a preocupação com os outros usos presentes ao longo do Araguari, ressaltando que a pesca no Araguari vem perpassando pela reconfiguração territorial. Dentro do cenário de disputas pelo uso, engloba-se sujeitos que usam o rio com finalidades distintas: há residências de veraneio e residências ribeirinhas. Por impactos ambientais, destacam-se: a extração mineral de agregado da construção civil, como atividade danosa ocorrendo no leito do rio, tendo como consequência o assoreamento e as disputas territoriais, quando aqui entendemos que, com a obstrução de áreas pelos aspectos ambientais ocasionados pelo barramento, limita-se o campo da atividade e, conseqüentemente, a trafegabilidade e previsibilidade; gerando disputas.

Conforme relatado anteriormente, a política de interesse instalada na região amazônica tem relação direta com a exploração de recursos naturais e promove a expropriação e empobrecimento das comunidades tradicionais. Tal política ocasiona efeitos sobre a chamada reserva, no caso da pesca de espécies da ictiofauna.

Esse longo processo de apropriação territorial por políticas e estratégias tem seu início com as drogas do sertão, articulando exploração e conhecimento sobre a região, exploração da borracha, marcando um ciclo no qual a Amazônia teve relações mais próximas com países da Europa do que com outras regiões do próprio Brasil. A abundância em recursos torna a Amazônia objeto especulação mundial.

As políticas de desenvolvimento, através dos PNDs, trouxeram à região a inserção de políticas que acentuaram a concentração de terras e, conseqüentemente, a especulação fundiária, aprofundando, assim, a desigualdade na região e tornando a população local mais empobrecida, ampliando os conflitos agrários.

A política de infraestrutura implantada nos últimos dez anos passa a ser mais uma proposta para o desenvolvimento econômico da região. É neste contexto que passam a ser implantados empreendimentos hidrelétricos com o objetivo de aproveitar o potencial hídrico presente na região. Os empreendimentos hidrelétricos passam a impactar negativamente os espaços e as comunidades tradicionais.

Um dos problemas apontados pelas comunidades é o deslocamento. Os danos são vários, já que as comunidades permanecem em território por conta de uma organização territorial circunscrita no interior de sua coletividade. Entre outros problemas, apontam-se os prejuízos relacionados aos espaços de moradia, agricultura e pesca.

Com a formação do lago pela inundação de grandes áreas, há a perda da fauna e da flora, e a alteração do ciclo biogeográfico de reprodução de pescadores, decorrendo principalmente do impacto ambiental. O impacto ambiental é apenas uma face da desestruturação. Com o desequilíbrio ambiental, ocorre a desestruturação dos pescadores tradicionais, conseqüentemente alterando as rotas da atividade pesqueira.

Com esse desequilíbrio, as alternativas para a pesca se tornam mais escassas, ocorrendo um desequilíbrio social na pesca local e, assim, o afastamento dos pescadores artesanais da atividade. Com isso, há um impacto direto sobre a comercialização local, ocasionando o redirecionamento dos pescadores a outras atividades. A principal causa disso é o desaparecimento de espécies, mortandade, alteração na qualidade e o aparecimento de vermes, sendo estes os argumentos dos pescadores.

Dentre outros aspectos, estão o custo e o benefício da atividade. Com a desestruturação dos pescadores, tornou-se desvantajoso continuar a atividade. Alguns estudos apontam que para a adaptação das espécies ao novo habitat é preciso um longo período de tempo, não sendo certo o reaparecimento de espécies nativas, mas possível o aparecimento de outras. Até que isso aconteça, a comunidade passa a fortalecer sua luta na busca de reparos e indenizações para que possam amenizar as dificuldades travadas.

Entre outras dificuldades é possível encontrar a dificuldade das comunidades ribeirinhas com as novas relações, que passam a surgir depois da instalação destes empreendimentos hidrelétricos, gerando um cenário de disputas de uso da pesca, do uso do lazer e do uso como extensão do domicílio.

Esses usos passam a ser pontos de tensões entre pescadores e demais usuários, já que há a pesca artesanal, destinada à sobrevivência, bem como a do comércio local. Para os pescadores, o turismo é uma atividade descompromissada com as necessidades da pesca artesanal e, nesse ponto emerge como motivação para o conflito o ribeirinho, que também é pescador, incomodado com o aparecimento das redes rasgadas e o peixe subtraído.

Ainda são muitas as lacunas nas tensões provocadas por esses empreendimentos hidrelétricos. O que se confirma é que as distintas temporalidades reafirmam o distanciamento das comunidades tradicionais, provocando o aprofundamento das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: ETTERN, 2008.

AGRA, K. L. D. O.; SILVA, A. D. A. A visão do mundo vivido ribeirinho nas obras de Charles Wagley. **Revista Geografar**. p. 160-179, 2013. Disponível em: doi.org/10.5380/geografar.v8i2.30638. ISSN: 1981-089X.

ALMEIDA, A. W. B. **Universalização e localismo**: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. p. 517-532. Belém, PA: 1994.

_____. **Bolsonaro Presidente**: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos, Cebrap*. v. 38, n.1, p. 185-213. São Paulo, SP: 2019.

ALVES, J. E. D. Os desafios econômicos dos EUA e a crise da democracia americana. **EcoDebate**, 2016. ISSN 2446-9394.

ALUPAR. **Licença de instalação**. Macapá, AP: 2010.

AMAPÁ. **Plano diretor participativo do município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá**: diagnóstico das condicionantes, deficiências e potencialidades municipais Porto Grande, AP: 2013.

AMARAL, A. C. **Decisões da gestão Bolsonaro fragilizam controle ambiental**. Folha de São Paulo. São Paulo, SP: 26.08.2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/decisoes-da-gestao-bolsonaro-fragilizam-controle-ambiental.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

AMIN, M. M. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, ISSN 2182-7435, p. 17-38, 2015.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas: Autores Associados. 2 ed., 2004.

BECKER, B. K. A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira. **Geographia**, v. 6, n. 11, p. 7-20. Niterói, RJ: 2004.

_____. **As amazônias**: Ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletrecidade. **Estudos Avançados**, n. 59, p. 139-153, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000100011>. ISSN 0103-4014.

_____. Crise ambiental e as energias renováveis. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 3. Campinas, SP: 2008.

BLACHE, P. V. D. L. Geografia Geral os gêneros de vida na geografia humana. **Geographia**, 2005.

BODAS, C. **Seis meses de Bolsonaro**: ataques ao meio ambiente atingem a economia. Greenpeace, 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/seis-meses-de-bolsonaro-ataques-ao-meio-ambiente-atingem-a-economia/>. Acesso em: 24 set. 2019.

BOITO, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17. Rio Janeiro: Editora Revan, 2003.

BORGES, L.R.M. **Políticas territoriais e o setor elétrico no Brasil**: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia pelo Programa de Aceleração do Crescimento no período de 2007 a 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2018.tde-17092018-135758. Acesso: 21 out. 2019.

BORTOLETO, E. M. A implantação de Grandes Hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.7147/GEO2.1140>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6040 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: 2007.

BRUCKMANN, M. **Recursos Naturais y a la geopolítica de la integración sudamericana**. Instituto de Investigaciones Sociales Perumundo, s.n. California: 2011. ISBN 978-612-46147-0-5.

BRUNDTLAND, R. **Nosso futuro comum**. [S.l.], 1987. (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento)

CALEGARE, M. G. A.; HIGUHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. D. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas a visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115-134. São Paulo, SP: 2014.

CARDOSO, E. S. **Territórios pesqueiros**: conflitos e possibilidades para a gestão da pesca. [S.l.]: [s.n.], 2001.

_____. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. **Revista Eletrônica**, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v10i2.1698>. Acesso em: 11 out. 2019.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo, p. 10-28. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CASTRO, E. M. R. D. **Território em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CHAMBOULEYRON, R. Plantações, sesmarias e vilas: uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2006.

Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.2260>. Acesso em: 11 out. 2019.

CHELALA, C.; CHELALA, C. Políticas de desenvolvimento da Amazônia e o meio ambiente. **REU**, v. 37, n. 1, p. 19-35. Sorocaba, SP: 2011.

CORRÊA, K. A.; PORTO, J. L. R. **Os empreendimentos hidrelétricos no Rio Araguari e seus efeitos no espaço urbano amapaense**. XVII ENANPUR, São Paulo, SP: 2017.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

ECOTUMUCUMAQUE. **Estudo de impacto ambiental – EIA aproveitamento Hidreletrico Ferreira Gomes**. [s.n.]. Macapá, AP: 2009.

FARIAS, E. **Lideranças indígenas reagem às mudanças nas demarcações anunciadas por Bolsonaro**. *Amazônia Real*, 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/liderancas-indigenas-reagem-as-mudancas-nas-demarcacoes-anunciadas-por-bolsonaro/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FEARNSIDE, P. M. **Desenvolvimento Hidrelétrico na Amazônia**. Manaus: INPA, 2014.

_____. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: INPA, 2015.

FEITOSA, O. M.; SAES, A. M. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimento e a negligência política ao norte do Brasil, 1900-1915. **America Latina em la História e Económica**, v. 20, n. 3, p. 138-169, 2013.

FERREIRA, G. D. C. **Acordando na cachoeira: territórios e territorialidades**. Belém: PPGeo/UFPA, 2016.

FILOCREÃO, A. S. M. Formação Socioeconômica do Amapá. *In*: SAWYER, D. **População e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas, 2015.

FURTADO, L. G. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para o projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, p. 159-172, 2006.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. v. 13, p. 129-146, 2018.

HEBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato**. Vol. I. Belém: EDUFPA, 2004.

HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre o espaço e cultura**. Porto Alegre: Letral, 2016.

ICMBIO. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Amapá**. Macapá, AP: 2016.

IEPA. **Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Amapá**. Macapá, AP: 2010.

_____. **Tempo, clima e recursos hídricos: resultados do projeto REMETAP do Amapá**. Macapá, AP: 2010.

JARDIM, M. C.; SILVA, M. R. **Programa Aceleração do Crescimento**. São Paulo, SP: 2015.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia-BPG**, n. 84 p. 93-104, 2006. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/730>. Acesso em 19 dez. 2019.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITÃO, K. O. **A Dimensão Territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo a partir do PAC no Estado do Pará e o lugar que reserva a Amazônia no desenvolvimento do país**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbaroi**, n. 32, p. 114-138. Santa Cruz do Sul: 2010.

LIMA, L. M.; SILVA, C. N. D. **Cenários da pesca no Rio Araguari-Porto Grande-Amapá-Amazônia**. XII Enanpege, São Paulo, SP: 2019.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: Cejup, 2004.

MAGALHÃES, S. **Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais**. [S.l.]. 2009.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. **Painel de Especialistas**. [S.l.]. 2009.

MARINHO, V. N. M. **Impactos de hidroelétricas na atividade pesqueira: estudo de caso a partir dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, Amapá-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

_____. Territórios em Disputas: pescadores versus hidrelétricas no Rio Araguari - Ap. In: PAULA, C. Q. D. **Geografia e pesca artesanal brasileira**, p. 487-508. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

MATOS, P. O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados após o segundo PND**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, 2002.

MELLO, N. A. D. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MONTEIRO, M. A. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**, p. 113-168, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v6i2.90>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MORAES, A. C. R. D. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAN, E. F. *et al.* Sustainable hydropower in the 21st century. **Inaugural Articles**, p. 11891-11898, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1809426115>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MORETTO, E. M. *et al.* **Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira amazônica**. *Ambiente e Sociedade*, v. 15, p.141-164. São Paulo, SP: 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300009>. Acesso em: 23 jan. 2020.

NATUREZA. **Desmatamento na Amazônia pode aumentar em 2020, diz Map Biomas**. *Natureza*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/15/desmatamento-na-amazonia-pode-aumentar-em-2020-diz-mapbiomas.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2019.

_____. **60 mil pescadores afetados por manchas de óleo vão receber parcela extra de seguro defeso**. *G1*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/10/22/60-mil-pescadores-afetados-por-manchas-de-oleo-va-receber-parcela-extra-de-seguro-defeso.html>. Acesso em: 14 out. 2019.

OLIVEIRA, N. S. *et al.*. A pesca artesanal no Alto e Médio Rio Araguari, Amapá Brasil. **Holos**, [S.l.], v. 8, p. 81-98, 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6820>. Acesso em: 30 nov. 2019.

PALHETA, J. M. **Poder, governo e território em Carajás**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2003.

PASE, H. L.; ROCHA, H. J. D. O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, v. 4, n. 2, p. 32-59, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.16382>. Acesso em: 19 jan. 2020.

PAULA, C. Q. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.

PAULANI, L. M. **O Projeto Neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e**

seus impasses. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285491>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p. 63-90, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.6018>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PROVAM. **Programa de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos**. Belém: 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REBOUÇAS, A. C. Água Doce no Mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Org.) **Águas Doces no Brasil**: Capital Ecológico, Uso e Conservação. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2002. 703 p.

RESENDE, A. T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, C. A. **Pesca Artesanal e Produção do Espaço**, p. 43-68. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

ROSA, L. P. Energia nos governos Lula e Dilma - perspectivas. **Revista USP**, v. 104, p. 45-50, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i104p45-50>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, C. A. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

_____. **Política Pública e Território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do Rio Itaquara, Breves-PA**. Belém: PPGEU/UFPA, 2006.

_____. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Scientia Plena**, v. 12., n. 16, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14808/sci.plena.2016.069934>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SORRE, M. **A noção de gênero de vida e sua evolução**. São Paulo: Ática, 1984.

SOUSA, H. P. D. **Estratégias de sobrevivência de pescadores no distrito de São João do Abade**. Belém: PP GEO/UFPA, 2019.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em geografia**. IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, 2002.

TOGASHI, H. F; HACON, V. S. A evolução do debate socioambiental no Brasil: legislação, etnoconservação e racionalidade ambiental. **Economia, Sociedad y Territorio**, v. xii, n. 39, p. 403-424, 2012.

VIANA, I. A. F. **Estudos sobre o setor energético no estado do Amapá**: e sua influência no desenvolvimento local, entre 1943 a 2015. Macapá: UNIFAP, 2017.

WAGLEY, C. **Uma Comunidade Amazônica**: estudo do do homem nos trópicos. São Paulo: Editora nacional, 1957.

ANEXOS

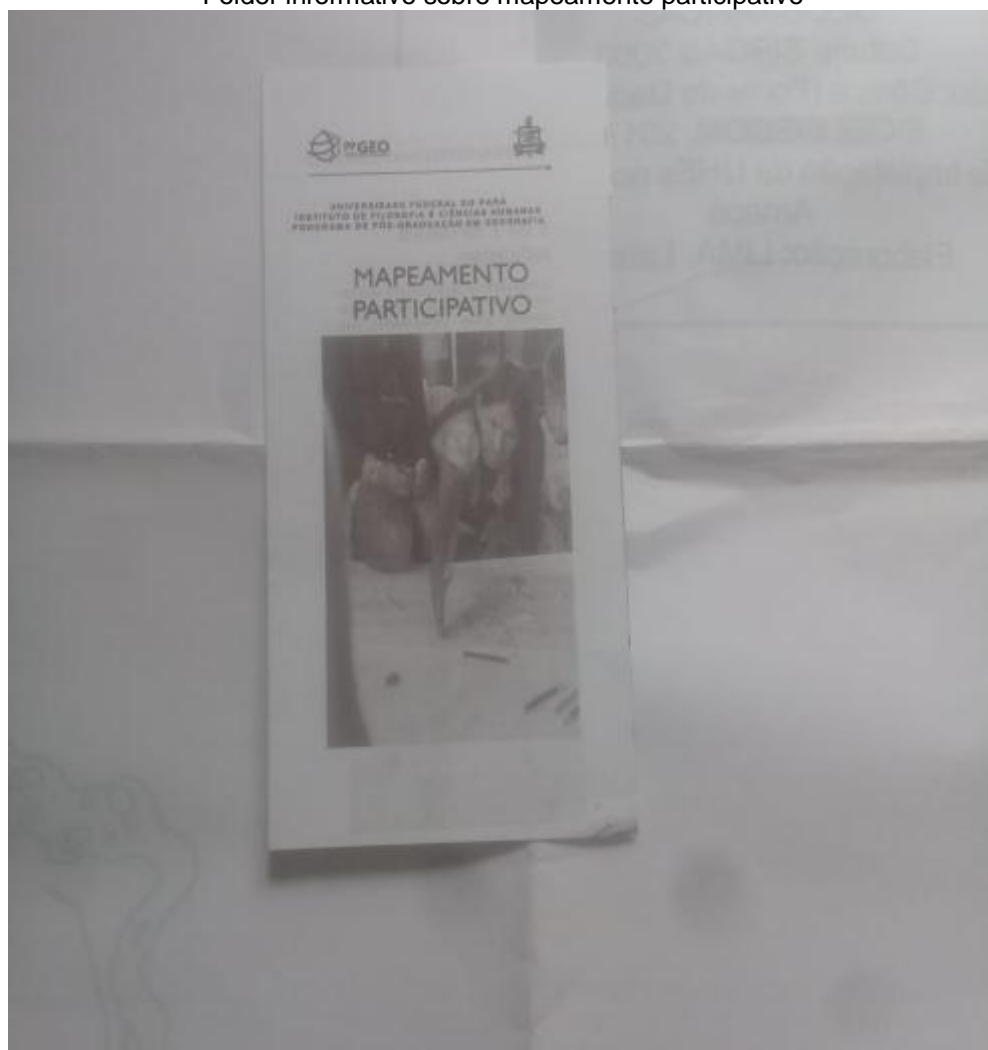
ANEXO A – MODELO DO QUESTIONÁRIO

NOME:
IDADE:
SEXO:
BAIRRO:

- 1) TIPOS DE APETRECHOS?
- 2) TIPO DE EMBARCAÇÃO?
- 3) RENDA?
- 4) PEIXES PESCADOS?
- 5) ATIVIDADES ALÉM DA PESCA?
- 6) AUXÍLIOS RECEBIDOS?
- 7) CADASTRO NA COLÔNIA?
- 8) QUANTO TEMPO NA PESCA?
- 9) POSSUI QUAL ESCOLARIDADE?
- 10)QUANTOS MEMBROS (COMPOSIÇÃO FAMILIAR)?
- 11)MUDANÇAS PERCEBIDAS APÓS AS INSTALAÇÕES?
- 12)QUANTIDADES PESCADAS?

ANEXO B – MATERIAL INFORMATIVO UTILIZADO NA PESQUISA

Folder informativo sobre mapeamento participativo



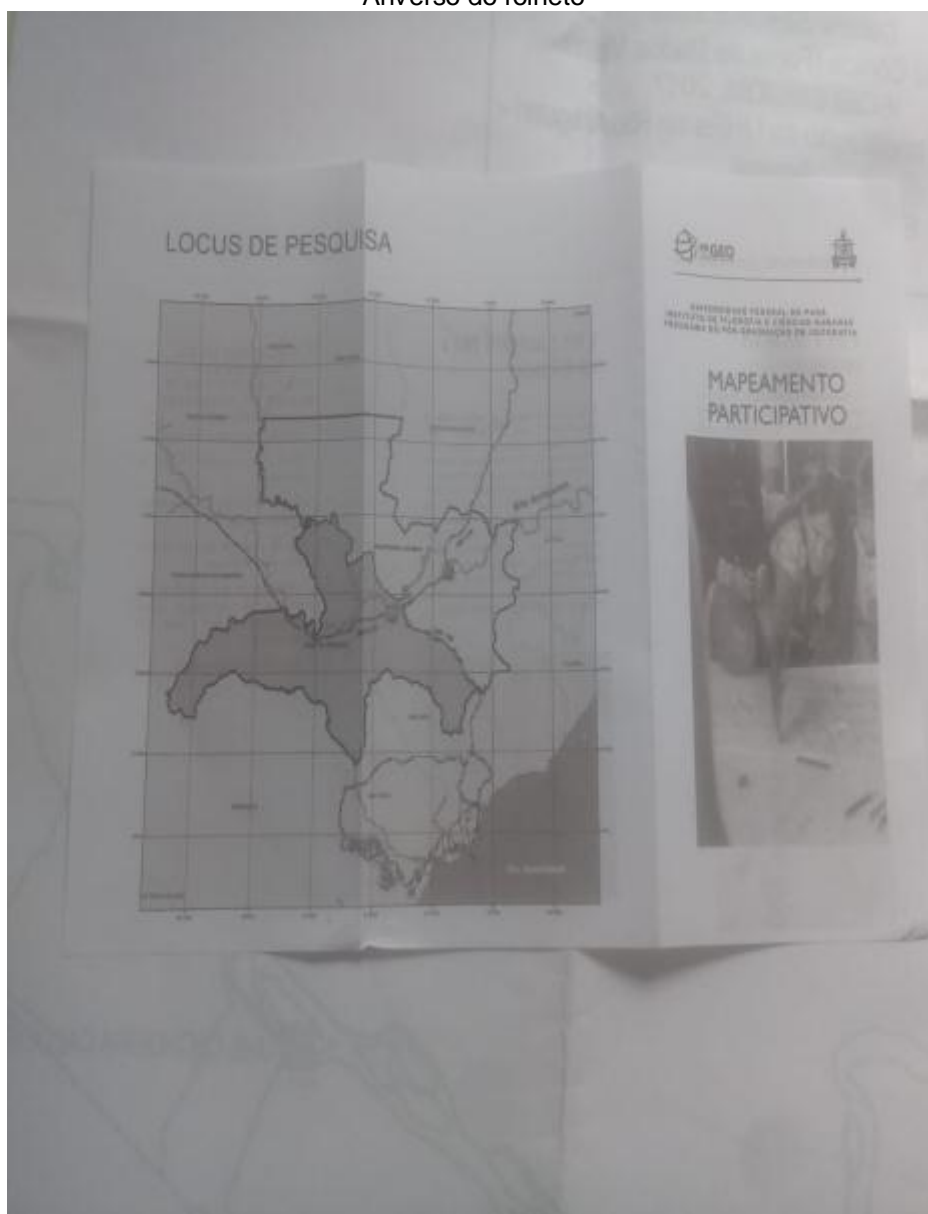
Fonte: Lima (2018)

Parte interior do folheto





Fonte: Lima (2018)

Anverso do folheto



Fonte: Lima (2018)

Ofício para autorizações de pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ofício nº013/2018 – PPGEO

Belém/PA, 24 de setembro de 2018.

Do: Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UFPA.


Ao: Sr. Edmilson Murilo Passos
 Presidente da Colônia de Pescadores do Município de Porto Grande - Amapá (Z-16)

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste solicitar autorização para pesquisa sobre a pesca artesanal no Município de Porto Grande, Amapá para subsidiar trabalho de dissertação de Mestrado da discente LARI MELO LIMA, intitulado: "TRANSFORMAÇÕES NA TERRITORIALIDADE DA PESCA ARTESANAL PÓS INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA CALDEIRÃO EM PORTO GRANDE, AMAPÁ", junto a este Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPA, sob orientação do Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

Outrossim, informamos que o estudo será de uso estritamente acadêmico.

Estimarmos nossas considerações, agradecemos a atenção de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação
 em Geografia (PPGEO)
 Portaria 2045/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – Campus Universitário do Guamá – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Geografia – Av. Augusto Correa, nº11, Belém, PA – CEP 66.075-110 – Fone: (91) 3241-8104
 ppgeo@ufpa.br / Site: www.ppgeo.ufpa.br

Fonte: PPGEO (2018)

Mapa-base, para os mapeamentos



Fonte: Lima (2018)

ANEXO C – NORMAS DE UTILIZAÇÃO DA BASE DO ICMBio DO AMAPÁ



MINISTÉRIO DO MEIOAMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE FLORESTA NACIONAL DO
AMAPÁ

NORMAS DE UTILIZAÇÃO DA BASE

1. A Base da Floresta Nacional do Amapá destina-se a fornecer estadia a servidores do ICMBio e funcionários de instituições parceiras durante a realização de trabalhos na região da Unidade entorno;
2. A utilização da base da Floresta Nacional do Amapá por pessoas externas à sua equipe gestora depende de autorização por escrito de um servidor desta Unidade de Conservação, através de formulário específico, cuja solicitação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 dias corridos;
3. A chave dos quartos da base será fornecida após o preenchimento do formulário de autorização, em data próxima à viagem e deve ser devolvida ao final da estadia a um servidor da Floresta Nacional do Amapá;
4. A organização dos pertences pessoais de todos os presentes no alojamento, assim como a manutenção da organização e limpeza, é de responsabilidade dos mesmos, e é obrigatória;
5. É necessário o máximo de cuidado com os objetos pertencentes à Floresta Nacional do Amapá. Em caso de extravio ou avaria de qualquer material ou equipamento pertencente à Floresta Nacional do Amapá, o responsável deverá realizar a sua reposição. Na ausência de responsável, todos os presentes na ocasião partilharão igualmente o valor, em reais, do bem desaparecido/avariado, para que o mesmo seja repostado;
6. A Floresta Nacional do Amapá não se responsabiliza por extravio de bens particulares, como máquinas fotográficas, vestimentas e outros;
7. Solicitamos o fechamento de torneiras, desligamento de luzes, etc., quando não houver necessidade de uso ou em caso de ausência. Lembramos que a água da base é submetida a tratamento em pequeno volume e o seu uso deve ser controlado;

8. A fim de propiciar tranquilidade, respeito e educação aos demais, é necessário silêncio após as 22 h, salvo situação de acordo comum entre os alojados;
9. Ressaltamos a proibição de uso de bebidas alcoólicas e outros entorpecentes;
10. Os responsáveis pelas ações estarão sujeitos a sanções administrativas previstas no Decreto 6514/08 e demais instrumentos legais vigente;
11. Atenção ao horário de atividade do mosquito da Malária, das 6 e às 18h mantenha a proteção ficando dentro de casa com mosquiteiro e usando repelente;
12. Lembramos que a base é uma repartição pública, deve ser mantida a vestimenta adequada nas dependências da base;
13. O depósito é de uso exclusivo da Unidade de Conservação e o acesso ao seu interior é restrito;
14. As redes atadas na Maloca devem ser retiradas durante o dia, podendo permanecer as cordas usadas para fixação;
15. Os quartos são de uso coletivo, separados por gênero, assim como os banheiros;
16. No caso de constatação de desrespeito a alguma dessas normas, a estadia estará imediatamente suspensa;
17. Qualquer dúvida sobre estas normas devem ser esclarecidas junto ao servidor da Floresta Nacional do Amapá que emitiu a autorização de estadia;
18. O gerador é ligado apenas 4 horas por dia, caso haja necessidade de uso por um período mais longo que este, o combustível deverá ser previsto na atividade;
19. O lixo gerado não deve ser deixado na base, o mesmo deve ser levado para um local de depósito devido, que seja em Porto Grande, ou em outra sede de outro município.

Equipe da FLONA do Amapá

ANEXO D – DOCUMENTOS DO ICMBio PRODUZIDOS PARA O ESTUDO



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 69446-1	Data da Emissão: 23/05/2019 09:49:06	Data da Revalidação*: 23/05/2020
De acordo como art.28daIN03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do SISBIO no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Lais Melo Lima	CPF
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ:

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Visita técnica	06/2019	12/2019

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio n° 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio n° 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas à autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição <i>in situ</i> .
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Floresta Nacional do Amapá	AP	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal



Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 69446-1	Data da Emissão: 23/05/2019 09:49:06	Data da Revalidação*: 23/05/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do SISBIO no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Lais Melo Lima	CPF:
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ:

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.